

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

NAYARA DE AMORIM SALGADO

**CARTOGRAFIAS DA PEDRA. ESTUDO SOBRE OS
CIRCUITOS DE CONSUMO DE CRACK NO BAIRRO DA
LAGOINHA, REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE
(MINAS GERAIS – BRASIL)**

BELO HORIZONTE

2017

NAYARA DE AMORIM SALGADO

**CARTOGRAFIAS DA PEDRA.
ESTUDO SOBRE OS CIRCUITOS DE CONSUMO DE CRACK NO
BAIRRO DA LAGOINHA, REGIÃO CENTRAL DE BELO
HORIZONTE (MINAS GERAIS – BRASIL)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Área de Concentração: Sociologia da Criminalidade

Belo Horizonte

2017

301

S164c

Salgado , Nayara de Amorim

2017

Cartografias da pedra [manuscrito] : estudo sobre os circuitos de consumo de crack no Bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte (Minas Gerais – Brasil) / Nayara de Amorim Salgado . - 2017.

128 f.

Orientador: Bráulio Figueiredo Alves da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Teses. 2. Crack (Droga) - Teses. 3. Ecologia humana - Teses. 4. Crime – Aspectos sociológicos - Teses. I. Silva, Bráulio Figueiredo Alves da . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

NAYARA DE AMORIM SALGADO

Aos 04 (quatro) dias do mês de julho de 2017 (dois mil e dezessete), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **“Cartografias da pedra. Estudo sobre os circuitos de consumo de crack no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte (MG – Brasil)”**. A banca foi composta pelos professores doutores **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (Orientador- DSO/UFMG), **Corinne Davis Rodrigues** (DSO/UFMG), **Claudio Chaves Beato Filho** (DSO/UFMG) e **Luis Flávio Saporì** (PUC Minas).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2017.

Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva (Orientador- DSO/UFMG)

Profa. Dra. Corinne Davis Rodrigues (DSO/UFMG)

Prof. Dr. Claudio Chaves Beato Filho (DSO/UFMG)

Prof. Dr. Luis Flávio Saporì (PUC Minas)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Pai pela oportunidade de realizar esse sonho e pela força durante esse processo, a quem entrego todo louvor, honra e glória. A Jesus, meu salvador em quem confio, modelo a ser copiado todos os dias. E ao Espírito Santo, que me guia e fortalece todos os dias.

Aos meus pais Maria Lúcia e João Humberto, que na sua simplicidade me ensinaram os melhores caminhos, sempre me ajudaram e nunca me deixaram parar. Essa vitória é de vocês!

Ao professor Bráulio Figueiredo que desde o início dos trabalhos me apoiou e com muita animação me proporcionou as melhores orientações, sempre com grande inteligência, humildade e bom humor, o que tornou o processo mais leve e divertido. Isso o torna um grande mestre! Agradeço a Deus por sua vida!

Ao professor Luiz Flávio Saporì um agradecimento muito especial, por todas as suas ajudas, desde a graduação, sempre de bom grado. Que Deus o retribua toda bondade.

A Bruna Hausemer, colega de classe que se tornou uma grande amiga e companheira de jornada - presente de Deus.

A Ana Flávia Soares Borges e ao Charles Luiz da Silva, meus antigos e amados amigos, ajudadores na pesquisa. Os incentivos de vocês foram de grande valia, como sempre.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia que ajudaram a moldar minha formação.

A CAPES pelo financiamento da bolsa de mestrado.

“Vida loka cabulosa, o cheiro é de pólvora
Mas eu prefiro rosas.”

(Racionais Mc's)

RESUMO

Propõem-se aqui uma análise sobre a formação de espaços urbanos de usos do crack no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Brasil. Conhecidos como “Cracolândias”, esses territórios são analisados sob a perspectiva da ecologia do crime, assim como trabalhos subsequentes a ela, que levanta a indagação sobre a distribuição dos desvios e crimes nos centros urbanos. A Lagoinha apresenta-se atualmente como um ambiente degradado, o que compõe um tema de estudo relevante por gerar impactos negativos para a cidade e se constituir como um problema para a segurança pública, pois teorias da criminologia indicam relação entre a desordem e sua contribuição para a decadência urbana e o aumento da criminalidade. Assim buscou-se instrumentos para analisar como surgem no espaço urbano, áreas mais propícias para o desenvolvimento crimes e desvios, como o espaço da Cracolândia, e mais especificamente, quais os aspectos do ambiente urbano são de grande importância para que, efetivamente, ocorra esse fenômeno. O que se observa é a ocorrência de processos marcados por aproximações e similaridades desse fenômeno no tempo e no espaço, trata-se de fenômenos sociais espacialmente e temporalmente concentrados, pois não acontecem homoganeamente em toda a cidade. A expansão e o reconhecimento da existência do fenômeno das cracolândias se colocam como desafio para a saúde e segurança pública assim como para os planejadores urbanos. Indubitavelmente, a partir da originalidade das informações sobre o bairro Lagoinha e suas transformações, o texto serve de fonte de referência empírica sobre uma das mais conhecidas territorialidades de uso de crack do Brasil. Finalmente, a constatação do fenômeno social dos lugares urbanos de uso de drogas ilícitas, em territórios nacionais e latino-americanos sugerem a necessidade de estudos comparativos, para que possam basear políticas públicas de segurança e de saúde para a intervenção de forma humana, prevenção eficaz e democrática.

PALAVRAS CHAVE

Cracolândia, ecologia social, desorganização social, sociologia do crime, Lagoinha

ABSTRACT

The proposal here is an analysis of the formation of urban spaces of uses of crack in the neighborhood of Lagoinha, central region of Belo Horizonte, capital of Minas Gerais, Brazil. Known as "Cracolândias", these territories are analyzed from the perspective of the ecology of crime, as well as subsequent work that raises the question about the distribution of deviations and crimes in urban centers. Lagoinha presents itself today as a degraded environment, the physical and social disorder, it composes a relevant study theme to generate negative impacts for the city and to constitute as a problem for the public security, since theories of the criminology indicate relation between the disorder And its contribution to urban decay and increased crime. Thus, tools were sought to analyze how urban areas are more propitious for the development of crimes and deviations, such as the Cracolândia space, and more specifically, what aspects of the urban environment are of great importance in order to effectively phenomenon. What is observed is the occurrence of processes marked by approximations and similarities of this phenomenon in time and space, these are social phenomena spatially and temporally concentrated, since they do not happen homogeneously in the whole city. The expansion and recognition of the existence of the phenomenon of cracolândias poses a challenge for public health and safety as well as for urban planners. Undoubtedly, based on the originality of the information about Lagoinha neighborhood and its transformations, the text serves as an empirical source of reference on one of the most well known territorialities of crack use in Brazil. Finally, the observation of the social phenomenon of urban places of use of illicit drugs in national and Latin American territories suggests the need for comparative studies, so that they can base public health and safety policies for intervention in a human, effective and democratic way .

KEYWORDS

Cracolândia, social ecology, social disorganization, sociology of crime, Lagoinha

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1. Consumo de cocaína na América do Sul	41
IMAGEM 2. Planta Cadastral da Cidade de Belo Horizonte 1928. Em destaque o bairro Lagoinha.	54
IMAGEM 3. Planta da Cidade de Minas 1985.	55
IMAGEM 4 . Praça Vaz de Melo no ano de 1930.	61
IMAGEM 5. Praça Vaz de Melo no ano de 1930.....	61
IMAGEM 6. Praça Vaz de Melo no ano de 1950. Bonde em direção a Pampulha.....	61
IMAGEM 7. Praça do Peixe, 2010.....	69
IMAGEM 8. Praça Vaz de Melo, 2017	69
IMAGEM 9. Construção do Complexo viário da Lagoinha em 1984.	72
IMAGEM 10. Complexo de viadutos do bairro Lagoinha (2016)	72
IMAGEM 11. Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha.....	82
IMAGEM 12. Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha	82
IMAGEM 13. Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha	82
IMAGEM 14. Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha	83
IMAGEM 15. Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha.....	83

LISTA DE TABELAS

GRÁFICO 1- Distribuição das ocorrências de apreensões de crack em Belo Horizonte por faixa de horário. (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)	90
GRÁFICO 2- Forma de apreensão do crack em Belo Horizonte (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)....	91
GRÁFICO 3- Ocorrências de consumo e tráfico de crack em Belo Horizonte (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016).....	93
GRÁFICO 4- Bairros de Belo Horizonte com maior número de ocorrências de uso e tráfico de crack de Belo Horizonte (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)	94
GRÁFICO 5- Ocorrências relacionadas ao problema das drogas no bairro Lagoinha (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)	95
GRÁFICO 6- Apreensão de crack no bairro Lagoinha (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)	95
GRÁFICO 7- Ocorrências relacionadas ao problema das drogas no bairro Lagoinha (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa do Brasil, em destaque o Estado de Minas Gerais e sua capital Belo Horizonte.	53
Mapa 2. Mapa da cidade de Belo Horizonte com destaque para o bairro Lagoinha.....	54
MAPA 3. Bairro Lagoinha – detalhe ruas e avenidas.	73
MAPA 4. Belo Horizonte: divisão de bairros. Pontos de apreensão de drogas.....	98
MAPA 5. Mapa de calor Belo Horizonte para apreensões de drogas	100
MAPA 6. Belo Horizonte: divisão de bairros - destaque para a Lagoinha. Pontos de apreensão de crack na cidade de Belo Horizonte	101
MAPA 7. Belo Horizonte: divisão de bairros. Mapa de calor da apreensão de crack na cidade de Belo Horizonte	102
MAPA 8. Região Lagoinha	103
MAPA 9. Região da Lagoinha	104
MAPA 10. Bairro Lagoinha em detalhe a estrutura do bairro e pontos de consumo de crack	105
MAPA 11. Mapa de Calor bairro Lagoinha em detalhe pontos de consumo crack.....	106

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DE PESQUISA	11
1.1 Introdução	11
1.2 Sobre os objetivos do trabalho	13
1.3 Sobre a metodologia utilizada	14
CAPÍTULO 2 - O advento do crack – uma pedra nada preciosa	17
2.1 Primeiro ato: As pedras no caminho	18
2.2 Segundo ato: A mística da miséria	20
2.3 Terceiro ato: o fenômeno da cracolândia.....	23
2.4 Espaços de exclusão social e a consolidação das cracolândias.....	25
2.5 Crônicas das cidades cinzas - Cracolândias pelo país.....	33
2.6 Cocaína fumada – Mais uma veia aberta na América Latina.	40
2.7 A Ecologia Social do crime e a emergência das cracolândias	45
CAPÍTULO 3 - O bairro Lagoinha em Belo Horizonte - “Crônica de uma morte anunciada?”	52
3.1 Sobre o surgimento do bairro	52
3.2 Sobre o espaço liminar	62
3.3 As intervenções urbanísticas no bairro Lagoinha	65
3.4 O bairro da Lagoinha e o patrimônio cultural	73
3.5 Horizontes do crack. A chegada de uma nova droga na capital mineira	78
3.6 Cenas urbanas – O bairro Lagoinha na atualidade	84
CAPÍTULO 4 - O CRACK SOCIAL	89
4.1 Análise de dados sobre ocorrências relacionadas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte	89
4.2 Análise espacial de dados sobre ocorrências relacionadas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte.	97
4.3 Conexões urbanas – Sobre entrevistas e impressões no bairro da Lagoinha.....	107
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS	121

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DE PESQUISA

1.1 Introdução

A cidade pode ser pensada como uma totalidade em que suas materialidades plurais (BARREIRA, 2007) trazem referências importantes tanto para se pensar na expansão comum às metrópoles como nos territórios específicos oriundos de cada localidade urbana. Em tal perspectiva, as cidades, assim como os bairros, trazem as marcas de seus atores, o fluxo das interações descontínuas e das sociabilidades conflitivas. Assim quando estudamos sobre o urbano, a forma como os grupos se apropriam do espaço, em particular dos espaços públicos, devem ser levados em consideração. Existem várias possibilidades de estudo para um ordenamento territorial e nesse estudo a opção é uma análise que parte da inter-relação indivíduo-espaço e busca entender como os indivíduos moldam, alteram e configuram a paisagem urbana juntamente com a forma pela qual as materialidades determinam seu comportamento.

O espaço, da mesma forma que agrega e une as pessoas, é um fator de distinção, impulsionador de diferenciação e qualificador dos sujeitos que no seu dia-a-dia alteram e manipulam os sentidos e significados dos lugares, criando estruturas afetivas, cognitivas e individuais. Cada espaço da cidade, uma edificação, uma rua ou um bairro é, sobretudo, um mundo especial e pleno de sensações, cuja identidade, assim como a identidade dos sujeitos, é uma construção histórica realizada a partir da experiência cotidiana.

Objetiva-se aqui um estudo do Lagoinha, bairro importante para a capital mineira (Lemos, 1996; Araújo, 1997; Machado e Pereira, 1997; Freire, 2009; Teixeira, 2010; Andrade e Arroyo, 2012; Bernandes e Borsagli, 2014) devido a sua antiguidade, por possuir um patrimônio cultural significativo para a memória da cidade, pelas grandes intervenções urbanísticas pelas quais passou, bem como pela modificação de uso que vivencia atualmente, passando a ser um espaço deteriorado que culminou na apropriação por usuários de crack. Além disso, o bairro foi escolhido para o estudo por apresentar diferenças em relação a outros bairros também pericentrais da cidade, como o Floresta e o Santa Tereza possuidores de características históricas similares, mas distintos no que diz respeito ao estigma de “cracolândia”.

As pesquisas sobre o bairro em questão se iniciaram quando, na graduação em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, participei de um estágio de iniciação científica, durante os anos de 2009 e 2010 na pesquisa intitulada “Bairros Históricos de Belo Horizonte: patrimônio cultural e modos de vida” e durante o trabalho de campo nos bairros pericentrais da capital (Floresta, Santa Teresa, Lagoinha, Bonfim, Carlos Prates e Padre Eustáquio), me deparei com uma realidade bem particular no bairro Lagoinha. Realizei então a monografia de conclusão de curso com um estudo das representações dos moradores da Lagoinha sobre a presença dos usuários de crack no bairro. Assim, essa investigação é o desdobramento dessas pesquisas, na qual procurei continuar o estudo da temática, explorando questionamentos gerados nos trabalhos de campo anteriormente realizados e aprofundando as análises, enfocando novos aspectos, ligados a estudos sobre sociologia do desvio e criminalidade.

Dessa forma, evidencia-se aqui, a trajetória do Lagoinha, um dos bairros pericentrais da cidade de Belo Horizonte; as marcas produzidas pelas transformações sociais do contexto em que está inserido e a deterioração urbana; que será explicada aqui pela descaracterização progressiva que sofreu ao longo do tempo e o uso de seu espaço para os circuitos de consumo e venda de crack.

Indubitavelmente, a partir da originalidade das informações sobre o bairro Lagoinha e suas transformações, o texto serve de importante fonte de referência empírica sobre uma das mais importantes territorialidades de uso de crack do país. Essa droga tem sido alvo de muitas discussões no Brasil atualmente, o que justifica a necessidade do estudo das especificidades de seu uso e comércio em território mineiro. Os problemas gerados juntamente com o modo sensacionalista pelo qual a mídia tem explorado o assunto, se constituem como elementos de demanda para que o setor público se mobilize afim de solucionar tais questões.

A expansão e o reconhecimento da existência do fenômeno das cracolândias compõem um desafio para a saúde e segurança pública assim como para os planejadores urbanos, pois é justificável identificar e compreender os mecanismos que operam de modo a fazer com que alguns lugares se transformem em cracolândias. As ações para tratar da problemática têm sido da esfera da repressão, com vistas à higienização e à requalificação urbana que acabam compondo um processo de segregação ao expulsar tais indivíduos destes espaços sem oferecer-lhes tratamento adequado.

Não se deve ignorar também que grande parte dos estudos que se tem sobre o crack abordam a questão, predominantemente pelo viés biomédico, psiquiátrico e de saúde pública, destarte torna-se de grande relevância seu estudo sob viés sociológico.

1.2 Sobre os objetivos do trabalho

Inserindo-se na linha de estudos de “Gestão Urbana e Criminalidade” essa dissertação parte da seguinte problematização: Quais os processos socioculturais e ambientais determinantes que levaram um bairro histórico, portador de patrimônio cultural importante para a cidade, à decadência urbana que culminou com a apropriação de território por usuários de crack, transformando-se em uma cracolândia?

O objetivo geral da pesquisa é então, compreender a formação de espaços urbanos de usos de drogas ilícitas no bairro da Lagoinha, na região central de Belo Horizonte (MG - Brasil), através das teorias ecológicas do desvio, suas configurações, as sociabilidades construídas entre seus atores e impactos sociais que gera.

Seguindo a mesma lógica, os objetivos específicos, são apresentados a seguir. Inicialmente a proposição trata-se de analisar a influência da desordem urbana e sua contribuição para o surgimento de espaços de uso de drogas ilícitas; assim como identificar as características ambientais que favoreceram a formação de um espaço de uso de crack no bairro da Lagoinha, suas generalidades e particularidades, além de suas implicações simbólicas. Detectar também as configurações do espaço de uso de crack no bairro da Lagoinha, os processos históricos, sociais, culturais e ambientais por quais o lugar passou e que geraram suas configurações atuais; e finalmente investigar as sociabilidades existentes entre atores sociais de tal contexto (moradores, transeuntes do bairro, trabalhadores), mapeando a territorialidade dos usuários de crack e seus efeitos simbólicos, além da influência da territorialidade nas sociabilidades dos indivíduos usuários da droga.

Como hipóteses que guiam o trabalho, tem-se que que o espaço de uso do crack é resultado de um processo de desorganização social de determinadas áreas no interior das cidades cuja rede local não é capaz de exercer o devido controle para prevenir a formação de tal fenômeno. A região do bairro Lagoinha passou por processos sociais, urbanísticos e outros que favoreceram a formação de uma cracolândia. Ainda sim, essa região se encontra em um lugar próximo a pontos cruciais para o mercado de drogas –

um ponto de distribuição, que é a Pedreira Prado Lopes e um ponto de consumo, que é o centro da cidade – que então sofreu com um efeito vizinhança negativo.

1.3 Sobre a metodologia utilizada

A questão central da proposta de análise refere-se ao estudo de um bairro urbano que passa por situação de degradação. Gonçalves (1988) propõe a realização de uma análise do espaço social urbano, como um espaço utilizado pelos atores sociais, resultante das relações intrincadas existentes entre os vários grupos, com suas posições diferenciadas e com suas distintas capacidades de ação sobre a vida social e sobre o espaço. Carneiro (2001) reafirma tal perspectiva de análise, pois avalia que o enfoque na dimensão cultural e simbólica do espaço urbano, não significa abandonar as outras faces que o compõem. O espaço urbano é tomado como expressão de linguagem e de comunicação social e, portanto, deve estar intimamente associado ao imaginário social.

Como estratégia de trabalho nesse estudo, a opção foi utilizar uma mescla de metodologias. O início se dá com uma exploração quantitativa de dados sobre ocorrências relacionadas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte e especificamente no bairro Lagoinha. Na sequência, realizou-se uma análise espacial dos dados (registros de ocorrências de Tráfico Ilícito de Drogas consumados na capital Belo Horizonte entre janeiro de 2012 e agosto de 2016) sobre a cidade e o bairro em estudo, e para tal, foi utilizado o software QGis 2.18 para gerar mapas descritivos com objetivo de melhor visualizar o fenômeno estudado e guiar o trabalho de campo, que aconteceu posteriormente, a partir de entrevistas com moradores e comerciantes do bairro Lagoinha.

O trabalho de campo aconteceu durante o período de abril de 2016 a maio de 2017, onde foram realizadas visitas semanais ao bairro, em dias e horários aleatórios, para realização da observação da cena e realização de entrevistas – com cerca de quinze selecionadas, mais aprofundadas e recentes, para essa análise, que será mais detalhada posteriormente.

Gutierrez (et al. 2016) e Santos (2016) nos informam sobre a importância do trabalho multimétodos que tenha como objetivo aumentar as possibilidades de análise do fenômeno complexo que é a violência, de forma que o mapeamento da violência possa se tornar um dispositivo de intervenção. Assim a utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) podem ser uma ferramenta importante para o entendimento dos fatos e

fenômenos que ocorrem no espaço geográfico. As análises produzidas a partir de tal sistema, podem se tornar grande aliadas dos órgãos governamentais e dos planejadores urbanos. Na atualidade, existem vários instrumentos de geotecnologias e suas características são diversas em termos de sistemas de análise e estrutura de dados, o que contribui para uma maior compreensão do problema em diversas áreas, incluindo a de segurança pública, principalmente, fornecendo informações sobre a dinâmica espacial de crimes, sendo possível realizar mapeamento e garantir ações específicas e mais precisas. Com isso o uso de uma metodologia baseada em dados pré-existentes sobre as ocorrências e georreferenciadas mostra-se eficaz para identificar padrões de ocorrência, pois no caso da violência, a espacialização dos dados mostra-se como uma alternativa às que são apresentadas comumente, pois além de revelar o dado e informação, revela também a componente espacial do problema, pois na relação criminalidade e espaço é importante a identificação dos lugares de ocorrência dos crimes.

De acordo com o objeto a ser estudado, visando um aprofundamento da pesquisa, a opção seguinte foi por agregar uma metodologia qualitativa que possibilita que o pesquisador busque através de significados individuais, a investigação das particularidades locais, tendo como prioridade explicativa o conhecimento teórico obtido por ele no momento em que estabelece contato direto com o entrevistado. Esse tipo de pesquisa pode contribuir cientificamente, de diversas formas, como ao compreender melhor as dimensões do uso e tráfico de drogas, as significações e representações acerca de contextos do uso de crack em cenas abertas baseando políticas globais e locais sobre drogas, essas perspectivas incluem ainda a análise em detalhe dos padrões de comportamento dos usuários, como forma de identificar suas potências e fragilidades, além da exposição a riscos e danos sociais e de saúde. (Toleto et all; 2017)

A pesquisa qualitativa segue critérios sistemáticos de planejamento e execução, além de dispor de marcos conceituais e procedimentos diversos, mas claramente definíveis e passíveis de debate e crítica, caracterizando-a como método científico de análise de situações e temas pertinentes à saúde e segurança pública, além dos estudos na área do uso e abuso de drogas.

Para a análise final dos dados produzidos e obtidos nessa pesquisa, foi realizada uma análise de conteúdo, que tem ênfase no teor manifesto do discurso e nos argumentos apresentados. Esse método se aplica a conteúdos extremamente diversificados, como ao material coletado por meio de fotos e notas de campo, pois todas as formas de

documentação têm relevância no processo de pesquisa. O texto de Laurence Bardin (2010) discute a aplicação da técnica de análise de conteúdo onde afirma que a formação nessa técnica se faz pela prática e é um recurso indispensável para tirar proveito de um material qualitativo.

Com isso segue a ordenação dos capítulos desse trabalho:

Nesse primeiro capítulo, tem-se uma apresentação da temática, da metodologia, da justificativa e dos objetivos do estudo. O capítulo 2, fala sobre o crack, o modo como se espalhou pelo Brasil e pelo mundo, os problemas sociais que gera como a crackolândia - discutida a partir de pesquisas nacionais e internacionais, com enfoque para a dimensão do espaço na sua constituição. Nessa seção, a perspectiva por qual se enverada o estudo – a teoria da ecologia social do crime – é apresentada. Logo a seguir, no capítulo 3 tem-se a reconstituição histórico e social do bairro estudado, a Lagoinha e os processos por quais passou e que vive na atualidade, com suas cenas abertas de uso de crack. Já o capítulo 4 é composto pela análise de dados quantitativos e também qualitativos, que se complementam e clarificam a realidade social estudada. Finalmente, o capítulo 5 apresenta os apontamentos e considerações relacionadas a todo material pesquisado e analisado.

Capítulo 2

O advento do crack – uma pedra nada preciosa

*'E havia uma pedra no meio do caminho
Ele não é preto véio mas no bolso leva um cachimbo
É o sleazestack do zóio branco, repare o brilho
Chewbacca na Penha, maizena com pó de vidro
Comerciais de Tv, glamour pra alcoolismo
E é o kinect do Xbox por duas buchas de cinco'
(Criolo – Duas de Cinco)*

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a formação do fenômeno contemporânea da cracolândia e subsidiar posteriormente o estudo de caso do bairro Lagoinha em Belo Horizonte (MG/Brasil). Início a discussão com a história do surgimento do crack, uma reflexão teórica sobre o conceito de Cracolândia, o contexto de expansão da droga pelo Brasil e os impactos sociais que gera.

Como ponto de partida, proponho um paralelo com o modelo sequencial elaborado por Howard Becker (2009) utilizado para analisar o desvio e sua mudança ao longo do tempo, no qual o autor demonstra como as regras, desvios e rótulos são sempre construídos em processos políticos. Entende-se assim que o desvio não é uma característica própria de certos comportamentos, mas sim, produto de uma longa construção social que implica na reação de outros indivíduos às suas condutas. Essa perspectiva se torna relevante também para a análise sobre o uso do crack.

Em *Outsiders*, Becker (2009), toma como referência os músicos de jazz e fumantes de maconha para analisar o desvio em uma análise sequencial, o que nomeia de “carreira desviante” – que também pode ser aplicado ao caso estudado, que são os usuários de crack. O primeiro passo na maioria dessas carreiras desviantes é o cometimento de um ato não apropriado. As pessoas experimentam impulsos desviantes com frequência, contudo, uma pessoa ‘normal’ controla-os facilmente, já o desviante encontra formas de neutralização para o ato, pois desenvolve motivos e interesses desviantes. Torna-se crucial para o processo de construção de um padrão estável de comportamento desviante o momento em que o indivíduo é descoberto e rotulado publicamente, pois ser apanhado e marcado como desviante tem importantes consequências para sua participação social mais ampla, além da sua auto-imagem. O passo final na carreira de um desviante é seu ingresso num grupo desviante organizado e isso tem forte impacto sobre sua concepção de si mesmo.

Essa ideia das carreiras desviantes, mobiliza as dimensões objetivas e subjetivas do desvio. Objetivamente a carreira do consumidor de droga, como o craqueiro, corresponde às diferentes etapas que a compõem, cada uma corresponde a determinada modalidade de usos, sendo que estar numa fase determinada não significa necessariamente que se passará a uma fase seguinte.

Assim, o ato usar o crack, em geral, resulta de uma curiosidade em que a motivação surge no processo das experiências ligadas à droga. Dessa forma, para começar a fumar é preciso querer se engajar na prática e aprender a fumar, além do que, para consumir a droga regularmente, o fumante deve manejar os controles sociais que apontam para seu comportamento como imoral, como no caso das penas legais, das reações familiares ou dos estereótipos que relacionam a droga com indivíduos mentalmente instáveis, sem vontade e escravos do seu vício. Nesse processo, o consumidor se destaca de suas antigas ideias, construindo uma justificação para si mesmo como reação aos estereótipos. Para aumentar seu consumo e continuar sua carreira ele deve interpretar sua prática em outros termos, de maneira divergente das definições sociais hegemônicas e essa é a dimensão subjetiva da carreira desviante.

Assim o uso de crack pode ser analisado, pois a partir da expansão dessa droga, os usuários compulsivos surgiram e constituíram um modo de vida peculiar, chegando a formação das cracolândias e toda uma carreira desviante. A partir dessa perspectiva, as etapas do consumo do crack serão melhor exploradas nos atos que serão apresentados a seguir.

2.1 Primeiro ato: As pedras no caminho

No início da década de 1980, dependentes da cocaína descobriram uma forma de potencializar os efeitos dessa droga, tornando-os mais intensos, apesar de menor duração. Estudos apontam o aparecimento do crack no contexto da política proibicionista antidrogas, como resultado das sanções do estado norte-americano ao comércio de produtos utilizados na produção de cocaína e intensificação da repressão aos laboratórios de refino (DOMANICO, 2006). Assim a nova droga surge entre setores carentes da população negra e latina das áreas centrais de Nova York, Los Angeles e Miami, trazendo consigo uma nova forma de produção e distribuição, de maior facilidade e baixo custo.

O crack se espalhou pelo mundo de forma rápida. No Brasil, sua chegada foi só questão de tempo; sua expansão pelo território nacional ao longo dos anos 1990 aconteceu em razão da combinação de preço baixo, disponibilidade crescente e efeito potente (RAUP e ADORNO, 2011; DOMANICO, 2006; UCHÔA, 1996). Os estudos sobre a entrada do crack no Brasil têm algumas divergências.

Raup e Adorno (2011) afirmam que o crack surgiu no Brasil em meados da década de 1980. Segundo esses autores, as primeiras informações sobre a droga circularam em jornais e revistas com base em dados policiais, situando suas primeiras aparições no estado de São Paulo, principalmente em pontos de venda de drogas da periferia da capital. A partir de 1991 já era consumido explicitamente nas ruas da região central de São Paulo, principalmente na região da Luz, disseminando nacionalmente o termo e a “fama” da Cracolândia.

Por outro lado, Domanico (2006) aponta relatos de usuários em São Paulo apenas a partir do ano de 1987, já os relatórios elaborados pelo Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo (DENARC) só começam a notificá-los no ano de 1989. Essa desconexão se dá, pois, os usuários normalmente tem contato com novas substâncias ilícitas antes de ocorrerem as primeiras apreensões policiais.

Uchôa (1996) reafirma a dúvida sobre “quem atirou a primeira pedra” na cidade:

“Mas o ano de 1988 prometia. Naquele ano, eram as primeiras cenas dos viciados em pedra nas ruas. A palavra aportuguesada passava a integrar o vocabulário de médicos, policiais e especialistas. A droga do "apocalipse americano", ninguém sabe como, estava na periferia da cidade na cadência das buzinas e do corre-corre. (...). Quem ensinou aos "nossos brasileiros" o know-how do cachimbo improvisado? É a segunda pergunta sem resposta no mistério sobre o "pai do crack em São Paulo". Em todo caso, aprenderam bem a lição.” (UCHOA, 1996, p. 30)

A despeito dessas divergências sobre o momento de consolidação do crack no Brasil, o modo de utilização dessa droga é rudimentar, os cachimbos são improvisados a partir de potes de iogurte, latinhas de refrigerante e mais um tubo, que pode ser feito de antena de carro ou tubo de caneta, por exemplo. Dentro dele são colocados cinzas de cigarro e sob as cinzas, coloca-se as pedras de crack, que são então acesas e a fumaça é tragada através do tubo. Quando em contato com o fogo, os pequenos cristais estalam, por isso receberam o nome de crack, que vem do verbo quebrar na língua inglesa. Esse momento de aprendizagem sobre o preparo da droga, parte dos primeiros passos da carreira desviante, é descrito por Becker (2009) para os usuários de maconha e com o

crack também acontece de forma semelhante. Os usuários de crack em geral, de forma mais ou menos compulsiva, utilizam a substância que está à sua disposição, como cocaína, inalantes, maconha, álcool, cigarro ou outras.

Se o debate anterior estava na discussão de quando a droga surge na maior metrópole do país, em 2012, segundo o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad)¹, no Brasil havia cerca de um milhão de usuários em mais de 3.900 municípios. Na pesquisa realizada em 2010 pela Confederação Nacional de Municípios (CNM)², o consumo do crack foi um problema citado por 90,7% dos municípios pesquisados e em 2013 o crack era consumido em 98% dos municípios que receberam a pesquisa, o equivalente a 71% dos municípios brasileiros. Os gestores avaliaram o nível de consumo do crack em seus municípios, que foram tidos como baixo em 1.135 cidades (28,1%), médio em 1.809 (44,7%) e alto em 1.078 (26,7%); números que indicam que o problema do uso de crack se tornou um caso de saúde pública.

2.2 Segundo ato: A mística da miséria

Na atualidade, o abuso de algumas substâncias psicoativas tem adquirido dimensões preocupantes. Com o surgimento do crack esse quadro é agravado devido ao aumento dos danos sociais e à saúde dos usuários. É necessário diferenciar aqui o uso controlado de crack do uso compulsivo, que segundo o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas, difere o primeiro como um uso mais racional e não diário da droga, que tem menores implicações individuais e sociais para o usuário; já a forma compulsiva, consiste no uso diário de crack que pode se estender por dias levando o usuário ao esgotamento físico, psíquico ou financeiro.

Considera-se para esse estudo, o aspecto sociocultural das drogas e as representações sociais que se desenvolvem em torno dessas substâncias e também que se moldam nos contextos em que ocorre seu uso, o que corrobora com Becker (2009) sobre a importância. Com o tempo foram surgindo inúmeras visões sobre os usos de droga, que acabaram por forjar uma ideologia para cada uma, assim de acordo com Jessé de Souza (2016) o sujeito que consome certa substância não consome apenas um arranjo químico, mas um produto que carrega sentidos específicos.

¹ Fonte: Site do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas do Álcool e Outras Drogas.

² Fonte: Site da Confederação Nacional de Municípios

Ao longo da história e especificamente a partir da modernidade encontramos múltiplos sentidos atribuídos aos consumos de drogas, desde as práticas tóxicas dos artistas do fin de siècle (ópio, haxixe), passando pela “contracultura” dos anos 1960 (LSD, maconha); pela “crise da contracultura” – que veio acompanhada do consumo de heroína pelos desviantes dos anos 1980 (junkies) e da cocaína pelos yuppies do mercado financeiro; chegando ao consumo de ecstasy no contexto das festas da juventude burguesa –, isso tudo sem levar em conta o farto consumo contemporâneo de substâncias lícitas e como tais toleradas socialmente – e celebradas em comerciais televisivos no horário nobre –, como o álcool e os psicofármacos. (SOUZA, 2016, pp 104)

Já o crack foi ao logo do tempo, associado à situação de miséria e de marginalização, conhecida como a “droga das ruas”. “O crack representa uma mística da miséria; se a cocaína simboliza o luxo dos ricos e vencedores, a base bicabornatada de coca simboliza o ‘luxo dos miseráveis’”. (SILVA, 2000, p. 15). Para Souza (2016, p. 148), o crack “é consumido em grande medida como um objeto carregado de sentido, construído pelo senso comum: uma droga-lixo, a “cocaína dos pobres”, consumida por desclassificados sociais que mantêm seu sustento catando lixo”. Para esse autor, o estigma de usuário de crack potencializa o efeito dos estigmas que os pobres, os sujeitos da “ralé” já carregam.

Os usuários de crack passam também por problemas que vão além daqueles de ordem biológica e psicológicos. O crack apresenta qualidades intrinsecamente destrutivas, desestrutura a personalidade e cria forte dependência em pouco tempo, processo que conduz o usuário, na maioria das vezes, à degradação física e social. Como consequência do uso frequente da droga em discussão, é comum que o usuário perca noções básicas de higiene, sofra com a diminuição do seu apetite, o que o leva a rápida perda de peso, também podem ocorrer depressão, irritabilidade e paranóia - a “nóia” - que gera medo e intensa agressividade, perda de interesse sexual, entre outros problemas. Kessler e Pechansky (2008) afirmam sobre o que os sensibiliza na expansão do uso de crack é a velocidade da deterioração da vida mental, orgânica e social do indivíduo, além do fato do crack ser uma droga de difícil tratamento, principalmente no caso brasileiro, com seus modelos de atendimento utilizados.

Ainda sobre a forma de uso contínuo do crack, se torna recorrente também a perda dos vínculos familiares e sociais do usuário, e que por falta de alternativa no mercado formal, são levados a optar por um estilo de vida marginalizado. Para sobreviver, acabam se inserindo em trabalhos informais ou “bicos”. Alguns destes usuários acabam

se associando ao comércio de drogas e ao crime não só para suprir necessidades básicas de sobrevivência como também para a manutenção de seu uso. Em pesquisa sobre os usuários de crack, Saporì, Sena e Silva (2010, p. 72) afirmam que o cliente do crack é considerado um consumidor compulsivo, “um usuário que se imobiliza e aos poucos vai se tornando um ‘noinha’, um mendigo que fica lá nos becos ou casinhas”. Ainda de acordo com estes autores, a rentabilidade do consumidor do crack para a rede não está relacionada às extensões advindas das redes de relacionamento dos usuários, mas a sua grande demanda, caracterizada pelo consumo rápido.

Ainda sobre o tema do consumo autodestrutivo do crack, Jessé de Souza (2016) afirma sobre a necessidade do reconhecimento do modo como o mecanismo de classificação e desclassificação social é tanto constituído, quanto tornado invisível na sociedade brasileira, reforçando os mecanismos dos estigmas que conduzem a esse tipo de comportamento. A desclassificação objetiva, que são aquelas sentidas pelo agente e pela sociedade que o rodeia, acontece pelo fato de serem julgados e avaliados como “indignos”, o que significa serem menos que humanos, além da maioria dos usuários autodestrutivos do crack ser construída socialmente pelo seu abandono secular e pela experiência de humilhação cotidiana que ela implica.

Nesse sentido, verifica-se a existência de diferenças marcantes nos usuários de crack que precisam ser melhor conhecidas, devido a tendência do senso comum de homogeneização desses grupos. Há muitos moradores de rua que fazem uso do crack, mas há também aqueles que estão em situação de rua, devido ao uso da droga. Há casos de usuários que tem moradia mas mantém estadia nos lugares próximos de onde se vende a droga, por exemplo. Nessa trajetória de vida na rua existem também períodos de institucionalização, em serviços de assistência social como abrigos, clínicas ou encarceramentos. Existem aqueles que ainda possuem algum contato familiar e por vezes voltam para casa, para curtas temporadas regenerativas. De acordo com Souza (2016) existe uma relação de continuidade entre a rua, o abrigo, a prisão, os aluguéis precários e a casa na qual habita algum familiar ou conhecido.

O usuário de crack traz consigo especificidades com relação a usuários de outras drogas. Para Veríssimo (2015, p. 304), o usuário do crack aglutina em sua pessoa tudo aquilo que não se deve ser, de acordo com modelos de sociabilidade, estética e desempenho associados a uma imagem muito difundida e verossímil de vida coletiva, se

tornando assim “um antimodelo, o sujeito que deu errado ou que deve ser salvo (quer queira, quer não)”. Ou seja, a mística da miséria os acompanha

2.3 Terceiro ato: o fenômeno da cracolândia

A partir da análise sequencial do desvio causado pelo uso do crack, seguimos pensando o passo final, que é o ingresso em grupos desviantes organizados que solidificam a identidade desviante e tem várias consequências para a carreira do usuário da droga em análise. Os grupos desviantes tendem a racionalizar sua posição e podem até desenvolver justificativas históricas, legais e psicológicas muito complicadas para a atividade desviante, além de apresentar uma fundamentação auto justificadora. O ingresso nesses grupos proporciona aos indivíduos aprendizagens sobre como levar adiante sua atividade desviante com um mínimo de contratempos. Dessa maneira o indivíduo que ingressa num grupo desviante organizado e institucionalizado tem mais probabilidade do que nunca de continuar nesse caminho.

Ainda de acordo com Becker (2009), as marcas de desviante tem importantes consequências como uma mudança drástica na identidade pública dos indivíduos, pois quando rotulado de viciado e tratado como tal, seu status de desviante, passa a ser seu status principal. Os usuários de crack, são tratados de acordo com o diagnóstico popular que descreve sua maneira de ser e esse tratamento pode reforçar o desvio, muitas vezes, marcados por estereótipos e estigmas corporais como sujeitos, perigosos, ameaçadores da segurança local, sinônimos de encrenca e vergonha. O tratamento do desvio do drogado situa-o numa posição em que será necessário, muitas vezes, recorrer a fraude e/ou crime para sustentar seu hábito. O comportamento é uma consequência da reação pública do desvio, não um efeito das qualidades inerentes do ato desviante.

Em vista do que foi dito, esse estudo busca discutir o que os especialistas, os usuários de crack, as autoridades policiais, os profissionais de saúde, a mídia e a população em geral, convencionalmente chamam de 'cracolândia', que se trata de uma representação construída socialmente para definir e caracterizar um determinado espaço. Leva-se em conta que entorno do aumento do consumo de crack e da proliferação das chamadas “cracolândias” por todo o país, se estabeleceu um campo de disputa entre sujeitos, instituições e saberes, de forma que diversas tecnologias, práticas de repressão, vigilância e cuidado têm sido acionadas, assim como diferentes esferas da vida social vem

sendo mobilizadas, como saúde, assistência, repressão e família. Objetiva-se assim nesse estudo, o olhar da sociedade que define a categoria de desvio e o olhar dos estigmatizados, que integra a etiqueta posta pela sociedade, mas que desenvolve obviamente o seu próprio ponto de vista. Busca-se uma reflexão sobre o processo de estigmatização social³, tal como é entendido por Goffman (1983), que deriva de uma etiquetagem social, de forma que a estigmatização pode ser encarada como uma forma de classificação onde, ao avivar as suas identidades negativas, lança no descrédito determinadas categorias sociais consideradas como anormais, face aos padrões dominantes.

Pelo imediatismo do uso do crack, que costuma acontecer próximo ao local da compra da droga, as possibilidades da circulação do usuário ficam reduzidas. O uso do crack nas cidades se constitui como um fenômeno social que extrapola a individualidade do sujeito e ocupa o espaço urbano, ainda traz à tona o incômodo social provocado pela caracterização de sujeitos desqualificados socialmente, associados a espaços territoriais de uso e abuso de drogas, que são as "cracolândias" (RUI, 2012) - termo que neste trabalho merece atenção analítica. Essa designação tem sido aclamada para nomear os cenários de crack em várias cidades brasileiras e sua utilização tem tido grande uso e forma polissêmica, o que sugere no mínimo cautela e parcimônia. De acordo com Rui (2012, p. 197), crack e "cracolândia" tem se tornado sinônimos, pois "onde há usuários de crack, brotam cracolândias". A emergência e relevância do problema pode ser confirmado a partir do mapeamento realizado em 2011⁴. De acordo com esse estudo, o Brasil tinha pelo menos 29 grandes cracolândias distribuídas em 17 de suas capitais, sendo que em 9 dessas cidades, tais pontos estão concentrados em áreas centrais. A região Sudeste se destacava por concentrar as maiores, que se espalham por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Situação bem similar foi verificado por Uchôa (1996) ao pesquisar o uso do crack nos Estados Unidos. O autor identifica uma forma peculiar de uso coletivo da droga no país, que tem algumas configurações que se aproximam das cracolândias, as "Crack Houses" ou "Rock Houses".

³ Erving Goffman define o conceito de estigma social como uma marca ou um sinal que designaria ao seu portador um status "deteriorado" e, portanto, menos valorizado que as pessoas "normais", chegando ao ponto de incapacitá-lo para uma plena aceitação social; utilizado assim em referência a um atributo profundamente depreciativo.

⁴ Mapeamento realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *Jornal Estadão*, São Paulo, 10/12/2011.

A polícia faz de tudo para acabar com a tradição americana de fumar crack em locais criados especificamente para ele e para a heroína: as crack houses ou rock houses, locais onde o viciado compra a droga e se instala em quartos para "seus embalos". Essa modalidade já se espalhou pelo país, chegando às áreas rurais. Esses espaços são comparados a bares comuns, onde as pessoas vão para "manter contatos sociais", ou seja, fumar e se prostituir, transar, "fazer dinheiro para comprar a droga". Algumas pessoas ficam de três a quatro dias em cubículos fumando direto, sem parar. As crack houses geralmente empregam um cozinheiro para converter a pasta-base em pedra, um gerente que recebe o dinheiro, um leão-de-chácara e vários vigilantes que ficam à espreita da polícia. Esses vigilantes são geralmente adolescentes que se viciam na droga por serem "curiosos feito gatos". Essas casas especializadas para o consumo de crack e heroína ganharam força nos Estados Unidos a partir de 1985. Quando descobertas, os policiais encontram um cenário de horror. Mulheres magras, homens doentes, trêmulos, com cachimbos e pedras nas mãos. Quartos escuros e abafados onde as pessoas se prostituem por qualquer quantia. Cenário de horror que continua principalmente nos bairros pobres. (UCHÔA, 1996, p. 28)

Não obstante padrões similares que conduzem ao fato de que o termo cracolândia seja usado de forma similar, Rui (2012) alerta para o fato de que a generalização do uso dessa terminologia conduza a obscurecer as especificidades de cada cenário de uso, assim como homogeneizar a multiplicidade de contextos existentes, além do que, esses ambientes de utilização do crack também atualizam antigas representações estigmatizantes acerca dos moradores de rua, que se fundem àquelas atribuídas aos usuários de crack; de forma que se reproduz, a partir dessa figura, uma série de novas tensões sociais. Em outro trabalho da autora (Rui, 2014), ela afirma que a cracolândia configura-se como um espaço repleto de personagens abjetos. Além disso, aponta um descompasso entre a literatura específica da área, que aponta a cracolândia como itinerante e as ações do poder público são voltadas para um território fixado. A persistência dos modos de ocupação itinerante do local é entendida ainda como estratégia de resistência em face às violentas investidas de repressão e controle do local.

Com tudo isso, observar o consumo de drogas como o crack nesse modelo sequencial permite-nos lembrar que esse processo pode ser reversível, mas que, ao mesmo tempo que se avança mais a fundo na carreira moral, mais difícil pode ser a saída desse processo, uma vez que o indivíduo estará cada vez mais envolvido, tanto objetivamente e subjetivamente, com o comportamento desviante. Em consonância com Becker (2009), o fato de que consumir crack, não é necessariamente o resultado de uma predisposição psicológica ou social, mas de uma aprendizagem necessária para avançar na carreira.

2.4 Espaços de exclusão social e a consolidação das cracolândias.

De acordo com os teóricos da teoria ecologia humana as comunidades mais violentas eram caracterizadas por certas propriedades que afetavam a interação social e a capacidade de organização comunitária, assim, as características estruturais desses “lugares” e o comportamento desviante tornam-se elementos constituintes de um ambiente “socialmente desorganizado”. Nesse sentido, um ambiente de desorganização social em uma dada comunidade ou vizinhança, impede o estabelecimento ou a manutenção de consenso interno relativo a valores, normas e regras formais entre seus membros. Assim, as características estruturais desses “lugares” e o comportamento desviante tornam-se elementos constituintes de um ambiente “socialmente desorganizado”.

Essa relação com o espaço, ou melhor, seu uso devido ao caráter itinerante do fenômeno, pode ser compreendido à luz dos estudos clássicos sobre ecologia humana da escola de Chicago, no início dos anos de 1920. Segundo Park (1984 [1925]) as pessoas tendem a distribuir-se no espaço de acordo com seus interesses, formando as “regiões morais”, que seria uma região em que prevalece um código moral distinto, frequentada por pessoas que são dominadas por um gosto, paixão, ou interesse enraizado diretamente na natureza original do indivíduo. No caso dos ‘nóias’, os usuários de crack que rompem os laços sociais, encontram nas cracolândias indivíduos com o mesmo estigma, além de um lugar favorável ao estabelecimento de sua condição, o que possibilita novas formas de sociabilidades. Os indivíduos encontram nesses lugares meios de identificação, acolhimento, visibilidade, interação social e proteção, além de acesso fácil e com menos riscos as substâncias ilegais. Seguindo essa lógica, as regiões morais passam a existir a partir das associações entre pessoas e suas afinidades morais, tendendo a configuração de áreas homogêneas em termos de percepção e práticas sócio espaciais.

Nessa mesma linha, Fernandes e Pinto (2004) realizam um estudo dos territórios psicotrópicos em Portugal, muito utilizado como referência para estudos sobre uso de crack em vias públicas no Brasil. Esses locais são descritos pelos autores como sedutores de indivíduos que tem interesses em torno das drogas, e também comportamentos orientados para aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que as drogas possuem papel importante. Assim as cracolândias seriam entendidas como locais de comércio e uso de substâncias psicoativas tornadas ilícitas; territórios psicotrópicos que

são interstícios espaciais apartados do cotidiano urbano, regidos pelos mercados de produtos e serviços legais.

Tais autores reforçam a necessidade da soma das análises psicológicas, sociais, ecológicas, e biológicas do fenômeno das drogas a dimensão espacial, assim como a interação entre todas essas esferas da vida social. Fernandes e Pinto (2004) utilizam como metodologia a observação de ruas e becos, ângulos e cantos, escadas, enfim; locais onde as drogas são utilizadas e vendidas. Afirmam ser comum na cidade do Porto, a utilização de várias substâncias ilegais, sendo que cada uma tem suas nuances particulares, dinâmicas sociais próprias, além das dimensões espaciais que também influenciam essa atividade. Em sua pesquisa, analisam o uso da heroína e da cocaína nas ruas, questionando a geografia psicotrópica portuense, descrevendo a anatomia destes territórios e as relações estabelecidas com a cidade.

Se configuran como territórios a través del reconocimiento de las funciones que desempeñan y de los comportamientos de defensa en relación a extraños por parte de los actores que se apropian de dichos territorios. Se estructuran como intersticio espacial, constituyendo el eslabón final de la maquinaria de distribución de las drogas. Un territorio psicotrópicoes un escenario de conducta de acuerdo con el concepto propuesto por la psicología ambiental: tiene como función importante clarificar los papeles y las expectativas de los actores en presencia, a través del interconocimiento de su repertorio comportamental. El escenario de conducta concibe a los individuos como anónimos y equipotenciales, no dependiendo para su funcionamiento de algún actor en concreto, lo cual explica su resistencia a las embestidas del control social. (FERNANDES e PINTO, 2004, pág. 148)

Assim, os atores envolvidos, se apropriam de determinados lugares da cidade com perfis ecossociais que se mostram como aqueles mais adequados a esse tipo de atividade. O critério utilizado, seria a territorialização funcional dos espaços, que esses autores afirmam se dividir entre pontos de mercado, pontos de consumo e pontos de aquisição de fundos. Essas territorialidades das atividades psicotrópicas criam divisões nos espaços urbanos e a segregação chega a divisão do espaço a tal ponto que se distinguem pontos de consumo fumado e do consumo injetável; além de se organizarem principalmente em locais onde o controle social informal foi perdido pela população. No Porto, onde realizaram sua pesquisa, somente alguns bairros assumiram essa funcionalidade; aqueles que reuniram condições social e ecológicas ideais para a aparição desse tipo de mercado, aqueles com dimensões de degradação social considerável, com mecanismos de controle social informal debilitados. Com isso, os moradores que não aceitam o tráfico de drogas não conseguem impedi-lo.

No contexto nacional, Valim, Zaluar e Sampaio (2015) em etnografia de cracolândias do Rio de Janeiro, sugerem uma cartografia, com foco nos aspectos sociais do uso da droga e sua territorialização. Verificam que muitos usuários de crack constituem guetos - tendência historicamente relacionada ao uso de drogas - e esses guetos são constituídos não somente com o objetivo de consumir a droga, mas também como efeito da exclusão social dos indivíduos. Para essas autoras, essa abordagem permite o entendimento dos seus efeitos ambivalentes, “de um lado, a droga oferece uma passagem para o Éden através do comprimido da felicidade; de outro, a droga promove a dependência química, psicológica e social que pode ocasionar um processo de escravidão a um ou vários produtos, ou ao grupo a que passa a pertencer ao usuário.” (Valim, Zaluar e Sampaio, 2015, pp 20)

Já Medeiros (2010) faz uma reflexão sobre a criação de espaços específicos para o uso de drogas em Belo Horizonte e utiliza o conceito de “territórios urbanos das drogas” para denominá-los. A cracolândia seria o lugar cronificado por indivíduos como o lugar de uso do crack. O processo de cronificação territorial pode ser traduzido como procedimento de demarcação de determinados espaços pela incapacidade de controle, devendo, portanto, ser etiquetado e separado dos demais para não ser confundido.

Ainda no Brasil, Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) em estudo sobre o bairro da Luz em São Paulo, partem da observação etnográfica das redes de relações e conexões do local e propõem o entendimento da cracolândia como uma modalidade de territorialidade itinerante dentro de um contexto multifacetado e marcado por inúmeras variações situacionais. Tal conceito consegue apreender a dinâmica da cracolândia, pois este território está sujeito a mudanças que podem estar relacionadas, por exemplo, ao local da venda da droga, ao policiamento local ou também como acontece na cidade Belo Horizonte por obras de intervenções viárias.

Para Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) a cracolândia é um “campo de relações”, pois se tornou referência do lugar da degradação, conflitos, criminalidade urbana, também como pela presença dos atores sociais excluídos, associados simbolicamente a uma série de estigmas como sujeira, perigo, ameaça, drogas, encrenca, vergonha; o que gerou uma série de ações envolvidas tanto na repressão quanto na mediação.

Já Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013) analisando a fixação territorial e as possibilidades de deslocamentos das/nas cracolândias, exploram o conceito de territorialidade, levando em conta seu caráter itinerante, móvel e provisório, como

também, vulnerável e intersticial, sem chegar a um processo de deslocalização ou mesmo de desespacialização. Esses autores enfatizam principalmente as possibilidades de olhar ocupações do espaço urbano que combinem estrategicamente mudanças e permanências, sedentarismo e nomadismo, ou captura e fuga, numa determinada área específica. Chamam atenção também para o fato de que tais territorialidades, embora proscritas, são estigmatizadas e alvo de uma série de práticas disciplinares, não constituem propriamente um mundo isolado, mas envolvem uma série de relações, interações e conexões, nas quais os usuários de crack têm um papel proeminente, mas articulado a uma série de outros sujeitos, cujos arranjos dialogam com cada contexto particular e são marcados por variações situacionais.

É importante ressaltar que Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013) buscam compreender dinâmicas que produzem tanto “territorialidade” quanto “itinerância”. Essas territorialidades envolvem determinados usos de calçadas, ruas, praças e outros espaços, que nos dá a possibilidade de pensar como a observação de tais locais pode revelar dimensões públicas relevantes, tendo em vista o que efetivamente emerge desse conjunto de interações e não com base em qualidades apriorísticas do espaço público. Mas também, não há como não considerar os fatores estruturais desses lugares como variável relevante para sua ocorrência e prevalência ao longo do tempo.

Nessa mesma direção, Alves (2014) faz uma análise complexa sobre o ambiente do uso do crack e sua atração sobre os craqueiros em três locais distintos: uma biqueira com fumódromo a céu aberto, a Cracolândia paulistana e uma biqueira com fumódromo em local fechado. A primeira, a biqueira - local de venda de substâncias psicoativas ilícitas - com fumódromo a céu aberto é onde acontece o comércio e uso constante do crack. No local há barracos que são abrigo e proteção, sua constituição é tão variada quanto são os materiais disponíveis, habilidade, propósitos e gostos pessoais. Surge então, um ambiente íntimo, adequado para o uso seguro da droga, livre da vergonha da agressão aos valores dos passantes. O ambiente externo ao barraco está na verdade amplamente interligado a ele, porque a biqueira com fumódromo a céu aberto é um lugar extremamente agitado, onde a troca recíproca de todo tipo de bem e serviço é constante. O barraco é suficientemente permeável a ponto de possibilitar a requisição de bens e serviços disponíveis no lado externo e ao mesmo tempo acompanhar alguma agitação maior na rua. Já o segundo ambiente estudado, a Cracolândia, foi entendida como ambiente mutável. O fluxo é uma aglomeração humana com dezenas ou mesmo centenas

de usuários de crack a depender de diversos fatores, desde climáticos, passando pela repressão policial ao tráfico, até a proximidade ou não dos dias de pagamento. A disponibilidade da droga também é fator importante na construção e localização desse fluxo que está onde existe a droga e vice-versa. Tal autor também pesquisou sobre o uso coletivo do crack em uma biqueira com fumódromo em local fechado, que se trata de um cômodo em terreno murado, juntamente com outros poucos imóveis do mesmo tipo, localizado no bairro paulistano do Cambuci. Um espaço fora da legalidade, isento dos deveres quanto aos padrões de construção, assim como dos direitos aos serviços de saneamento básico, constituindo-se, portanto, em um lugar intersticial (ALVES, 2014).

Com isso, Alves (2014) propõe uma maneira de pensar o ambiente possibilitado pelo uso do crack, a partir da qual seja possível lançar alguma compreensão a respeito de seu apelo e atração sobre os craqueiros, para além da fissura proporcionada pela droga, que segundo ele, se trata da importância da atração exercida pelo contexto social na manutenção de certo padrão de uso. O autor busca então, na ideia de “*communitas*” uma chave capaz de nos proporcionar meios analíticos para desvendar o fascínio do ambiente sobre o usuário de drogas, particularmente o crack. Sugere assim, que as relações sociais dentro de determinado contexto social não devem ser consideradas apenas sob sua forma socioestrutural, o que reforça a perspectiva dos estudos da escola sociológica de Chicago.

Outra autora, Carvalho (2013), fala da *cracolândia* como se fosse uma cidade informal na cidade de São Paulo, composta por indivíduos isolados do mundo, reclusos em uma cruel realidade, à espera da morte; o que se trata de um verdadeiro Estado de Exceção que os reduziu a uma mera existência biológica, sem a observância de um dos princípios mais importantes assegurados constitucionalmente, que é a dignidade da pessoa humana. A autora considera que essas pessoas excluídas seriam reduzidas a uma mera existência biológica, na qual o detentor do poder, o soberano, decidiria acerca dos direitos dos indivíduos, inclusive à vida, numa perspectiva de inclusão ou exclusão política. Para a autora, os usuários vivem na *Cracolândia* na condição de ‘*matabilidade*’, onde não são designados como pessoas, pois perderam o status de se considerarem “gente humana”, sendo excluídas do contexto jurídico pelo fato de serem usuárias de drogas:

Acontece uma condenação do indivíduo ao esquecimento. E do esquecimento a morte. Sem moral, sem religião, sem família e sem bens o homem entende que não é nada. E encontra neste grupo de excluídos a sua referência, a sua identificação. Julga-se indigno. E a maneira como o Estado o trata o faz reafirmar que de fato é indigno. Impuro. Sem valores. E o Estado ao invés de enfrentar, se ausenta. Posiciona-se novamente

neutro. Fazendo com que os indivíduos não acreditem em seus projetos sociais porque eles são frios. O exceto é unido na desgraça com o outro. E neste espaço o Estado simplesmente não existe. (CARVALHO, 2013, pag. 14)

Silva e Adorno (2013) reforçam sobre a ideia de que o uso de drogas ilícitas pode indicar uma forma de exclusão social, através do qual são construídas identidades sociais. Os territórios de “marginalização” são também territórios de consumo e de trabalho. O consumo de droga identifica e aproxima consumidores e vendedores do produto, assim, ser um “nóia”, por exemplo, é também uma maneira de ser e estar no mundo, uma forma de identificação coletiva. Portanto, além das “indústrias das drogas” e de valores sociais relacionados ao uso de drogas, existem elementos da sociabilidade contemporânea que ampliam as possibilidades de busca por intensidade na relação indivíduo-substância.

Jessé de Souza no livro “Crack e exclusão social” do ano de 2016, examina a relação entre exclusão social e uso do crack no Brasil. Jessé analisa os vínculos de desigualdade aos quais os craqueiros estão ligados, que são o pertencimento de classe, a clivagem de gênero (masculino), a cor/raça (negros) e o habitus precário. O elemento diferenciador desse segmento interno da ralé - como se refere aos usuários de crack - seria a presença do polimorfismo em matéria de diferentes tipos de comportamento desviante e do uso de diferentes tipos de narcóticos, pois ele não se trata de apenas de ser usuário abusivo de crack, mas sempre está acompanhado de outros desvios comportamentais.

Para o autor, ainda que significativos estudos evidenciem uma clara relação entre consumo de crack e condição de classe, pode-se perceber que algo “misterioso” torna a ralé mais suscetível à “dependência química” e aos perigos decorrentes do uso contínuo; sendo que pouco tem se investigado esse “algo” em relação ao contexto de marginalização e produção massiva do abandonado urbano como um tipo social típico. A hipótese com que trabalha esse autor é que esse “algo” são comportamentos que tem a ver com a disponibilidade ou carência de recursos materiais e simbólicos em relação a contextos tendencialmente verificáveis em estratos de classe, o que permite diferenciadas agências performáticas dos sujeitos nesses contextos, mas que são fortemente contingenciadas pela produção massiva de populações desassistidas institucional e emocionalmente, marca central da exclusão na periferia do capitalismo.

Assim, para Souza (2016), o pertencimento de classe influencia decisivamente no destino e nas consequências do consumo, sobretudo o problemático, de crack. Um exemplo, é que o sujeito da classe média tem acesso a estratégias que possibilitam a

manutenção de seu consumo em segredo, pois possui ambientes de intimidade, quartos próprios, casas no litoral, festas em lugares afastados, clubes privados, automóveis etc. Já o sujeito da ralé, não possui os mesmos recursos, de maneira que seu consumo é rapidamente percebido. Desse modo, enquanto a classe média protege-se da estigmatização, a “ralé” é rapidamente estigmatizada, o que inclusive pode contribuir para a radicalização de sua prática – com isso sua relação com o espaço urbano degradado que recebe a denominação de cracolândia.

Da mesma maneira, o consumo esporádico dos filhos da classe média é controlado e protegido pelos pais com as mais variadas estratégias, inclusive a vista grossa, quando tais usos não estiverem prejudicando as demais tarefas, especialmente o estudo, enquanto a “ralé” brasileira não possui as mesmas disposições para dar conta desse tipo de situação, recorrendo rapidamente à violência ou à exclusão. Também quando o consumo se torna problemático e rompe a barreira da “normalidade”, notamos que a classe média dispõe de recursos institucionais mais eficazes do que aqueles que dispõem a maioria dos ‘subcidadãos’ brasileiros. Não obstante, ressalta-se que há situações em que o potencial de vício da droga é tão elevado que ocorre de pessoas de origem socioeconômica alta acabam encontrando na cracolândia a última parada em sua trajetória de uso de drogas.

Ainda, para Jessé de Souza, a formação das cracolândias revela ao máximo um isolamento por oposição da classe dos excluídos, constituindo uma caricatura da sociedade brasileira. A criação de cracolândia não é casual ou provocada apenas pela pobreza (países pobres podem não ter cracolândias), mas determinada pela dominação da existência por uma coesão artificial, atuante sobre indivíduos que não puderam ao longo de suas vidas, pelos motivos que forem encontrar a coesão necessária para se temporalizar por meio das relações e instituições humanas. Trata-se de uma subjugação da existência individual que se reforça ainda mais pelo modo como se dão as relações sociais. Inexiste, assim, no fenômeno das cracolândias, uma decomposição existencial neutra, na qual a rua seria meramente a ausência de um local íntimo e pessoal para se viver e é exatamente ao contribuir para o agravamento desse processo de desfiliação social que o consumo do crack reforça a reprodução da “ralé estrutural”, gerando um círculo vicioso entre exclusão, abuso do crack e exclusão difícil (contudo, não impossível) de ser rompido. Mas se o crack potencializa as características da vida da “ralé”, ele também pode, ainda

que em menor frequência, levar membros de outros estratos sociais a vivenciar formas de vida parecida com as da “ralé”.

Por fim, uma pesquisa recente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), buscou demonstrar, que o uso do crack é consequência e não causa de exclusão social. O uso da droga seria assim, consequência de uma vida precária que leva à dependência e faz com que muitos indivíduos sejam encontrados em situação de pobreza extrema, fazendo uso da droga nas ruas de cidades brasileiras, vulneráveis a riscos, como homicídios. O levantamento mostrou que o uso da droga apenas piora a situação de pessoas que não tem laços familiares, moradia, trabalho e estudo - problemas que chegaram antes da dependência. De acordo com Roberto Dutra Torres⁵, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), “Ninguém vira zumbi pelo crack”, pois reverter a dependência é possível por meio de políticas públicas sociais, de saúde e de reintegração na comunidade e nas próprias famílias.

De acordo com o que foi informado acima, pode-se afirmar que a realidade observada das pessoas em situação de risco pessoal, social e em uso de substâncias psicoativas constitui-se dessa forma, como um problema para a cidade. Para o alcance de soluções para a questão dos usuários de drogas que vivem em contextos marginalizados da sociedade e para que seus direitos sejam garantidos, há que se analisar seu contexto e peculiaridades para que as intervenções não prossigam, como acontece, somente na esfera da repressão, com ações higienizadoras que “escondem” a realidade e acabam compondo um processo de segregação ao expulsar tais indivíduos desses espaços sem oferecer-lhes tratamento adequado (DOMANICO, 2006).

Dessa forma, os elementos explicativos utilizados até aqui remontam para o entendimento da cracolândia belo-horizontina, objeto desse estudo, como fruto da degradação do bairro Lagoinha ao longo do tempo. Um processo social, cultural, político e econômico que foi construído historicamente na cidade e que será examinada nos próximos capítulos da pesquisa.

2.5 Crônicas das cidades cinzas - Cracolândias pelo país.

A mulher cheia de crack, e carrega um neném

⁵ De acordo com entrevistas divulgadas pela imprensa. PORTAL EBC. “Pesquisa aponta que uso do crack é consequência, e não causa de exclusão social”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/pesquisa-aponta-que-uso-do-crack-e-consequencia-e-nao-caoa-de-exclusao-social>>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

*Encosta do seu lado, quer um trocado, você diz: “não tem”
Foge dela feito o demo quando vê a santa cruz
E caminha angustiado, assustado, na estação da luz.
Quase teve um enfarte, então fundo respirou
Pois o medo lhe arrasta e na pilastra você se apoiou
Um cachorro para em frente, e as feridas soltam pus
E a miséria reluzente mostra os dentes na estação da luz
Enxergando bichos, em meio aos pixos,
comiam no lixo e achavam deliciosos
Visão de um hospício, monstros, vício.
Correu pro metrô pra poder escapar e ligou pro chofer lhe buscar
Lá fora Jesus é quem morre num blues na estação da luz
Ficou em choque. Cê ficou em choque e pra onde você vai correr?
(Na estação da luz, OGI.)*

A seguir, são apresentados estudos sobre locais das crackolândias pelo Brasil, ressaltando conexões entre as características de desordem, de forma que as características dos lugares em debate adquirem grande relevância para essas análises, o que corrobora com a hipótese desse trabalho, de como o lugar é relevante para o estudo da crackolândia.

O que se pretende nessa parte não se trata de generalizações, mas apontamentos sobre regularidades descritas por estudos de crackolândias em algumas capitais brasileiras, o que pode ser aprofundado em outras pesquisas. O que se observa é a ocorrência de processos marcados por aproximações e similaridades desse fenômeno no tempo e no espaço. Assim, o usuário de crack é conhecido nas grandes cidades do Brasil como crackudo, “nóia”, “boca de lata”, “sacizeiro”, o “craqueiro”, - as denominações variam de acordo com a diversidade cultural. Variantes do crack também são encontradas, como a pasta base, a merla e o oxi. De acordo com a descrição de Veríssimo (2015) trata-se de uma imagem corrente:

...mendigos que andam pelos centros urbanos pedindo moedas e restos de comida, ou os alucinados que povoam as crackolândias, que são dali removidos à força para depois fugirem dos abrigos públicos ou hospitais após a (ou mesmo antes da) primeira crise de fissura. Ao mesmo tempo, a difusão do consumo de crack não se limita apenas a esses grupos de marginais. Encontra-se muito mais espalhada pelo tecido social, ganhando novas matizes que, não raro, embaralham as representações do fenômeno, tornado “problema”. (VERÍSSIMO, 2015, p. 306)

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre uso de crack⁶ (BASTOS e BERTONI, 2014) no país, realizada no ano de 2012, que teve como propósito delinear o perfil dos

⁶ Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça (MJ), instância responsável por coordenar a implementação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD);

usuários de crack e/ou similares que usam tal droga em cenas de uso públicas e ou abertas; de modo geral, são em sua maioria, homens, jovens, pouco escolarizados, que estão vivendo em situação de rua, sem emprego ou renda fixa, que se constituem como um grupo bastante vulnerável socialmente. E, contrariamente a percepção do senso comum, as estimativas de proporção de usuários de crack e ou similares não são mais elevadas na região Sudeste, onde, contudo, o consumo em locais públicos é mais visível devido à magnitude das suas metrópoles e o tamanho expressivo das grandes cenas de uso conhecidas como cracolândias. As capitais da região Nordeste, ainda que estatisticamente, apresentem proporções similares de uso frente às capitais da região Sul, foram aquelas que apresentaram o maior quantitativo de usuários, quando considerado o uso regular dessa droga, apresentaram mais de 150 mil pessoas.

Assim, a pesquisa ainda revelou que os usuários de crack são, majoritariamente, jovens adultos – com idade média de 30 anos⁷, predominantemente do sexo masculino (78,68%) e também prevalecem os “não brancos” nas cenas de uso, sendo apenas 20% os de cor branca, o que demonstra maior vulnerabilidade dessa população. A maioria dos usuários declarou ser solteiro (a), o que é esperado para situações de afrouxamento dos laços familiares. A proporção de usuários que cursaram e concluíram o Ensino Médio, por volta de 16%, e baixíssima a proporção de usuários com Ensino Superior, que foi de 2%. Esses sujeitos, fazem o uso do crack e similares justaposto ao uso de outras substâncias psicoativas.

Quanto a moradia, desmitificando o senso comum de que esse grupo das cenas de uso abertas são sempre população de rua, 40% dos usuários no Brasil se encontravam em situação de rua no momento da pesquisa, o que não quer dizer que necessariamente que moravam nas ruas, mas sim que nelas passavam a maior parte do seu tempo. Ainda, nos municípios que não eram capitais, os sujeitos apresentavam um vínculo mais estreito com seus domicílios (de origem ou escolha) do que os usuários das capitais. Ainda outro dado interessante, diz respeito a motivação subjacente ao consumo, onde mais da metade dos usuários no país disseram sobre o uso motivado pela vontade e curiosidade que

juntamente com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Tratou-se de uma ampla investigação, composta por exploração etnográfica das cenas de uso e inquérito epidemiológico, de abrangência nacional.

⁷ A pesquisa entrevistou apenas usuários com 18 ou mais anos, contudo os autores especificaram que durante visitas realizadas a algumas cenas de uso de crack, foi computada a presença expressiva de crianças e adolescentes, não chegando a constituir a maioria das cenas em nenhum local pesquisado.

tiveram de experimentar e sentir o efeito da droga. Outros motivos mais comuns foram os problemas familiares ou perdas afetivas além da pressão e influência de amigos.

Sobre formas de obtenção de dinheiro relatada pelos usuários de crack pesquisados por Bastos e Bertoni (2014), o trabalho esporádico ou autônomo, correspondeu a cerca de 65%. Destaca-se a frequência elevada do relato de sexo em troca de dinheiro ou drogas. Atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, furtos e roubos, foram relatadas por uma minoria dos usuários entrevistados, sendo pouco mais de 6%, além do que, uma das principais fontes de renda relatava eram as esmolas. Para finalizar, entre os usuários de crack e/ou similares do Brasil, 41,63% relataram ter sido detidos pelo menos uma vez no último ano (2011). Entre os usuários que disseram já terem sido detidos, um terço disse que foi devido ao uso ou posse de drogas (30,97%), outros motivos pela detenção alegados foram assalto/roubo (20,40%), furto/fraude/invasão de domicílio (19,43%), agressão/brigas/violência doméstica (13,95%) e tráfico ou produção de drogas (11,36%).

Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013) fazem uma análise comparativa de cracolândias de São Paulo e do Rio de Janeiro e afirmam que nesses locais, os aspectos conjunturais convergem para paisagens materiais assinalados por ruínas. No bairro da Luz em São Paulo e em Manguinhos no Rio de Janeiro, as cracolândias se reproduzem ou surgem em meio a escombros de obras de grande escala, que compõem projetos mais amplos, políticos e urbanísticos, de ressignificação de certas regiões do espaço urbano. Essa reflexão sugere uma hipótese para os estudos das cenas de uso de crack no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, que serão exploradas durante o trabalho de campo, pois esses acontecimentos apresentam certas regularidades, isto é, lugares com características específicas que “atendem” a demanda de uma população que faz uso da droga.

Em São Paulo, as cenas de uso de crack estão localizadas na região central e tem uma nomeação geralmente no singular, mesmo que outros espaços venham aos poucos se tornando também locais de uso regular do crack, sem que se configure necessariamente a mesma paisagem. Contudo, trata-se de uma região de grande fluxo, que se entrecruza, que às vezes se integra e que às vezes não, ao longo de sua história, de forma que foi sendo recusada pelas elites paulistanas, se popularizou e gradativamente se degradou; espaço esse que vem sendo objeto de tentativas de reforma urbana e social. A região da Luz é uma região importante da cidade de São Paulo, que vive um processo de decadência, é uma região central não somente em termos espaciais, mas, sobretudo,

simbólicos. A degradação da “cracolândia” tem consequências para todo o entorno, como a desvalorização dos imóveis. O espraiamento do uso do crack guarda certa relação com dinâmicas de repressão que se articulam com os interesses de projetos públicos para a região em que se encontra, o bairro da Luz. Caso que se assemelha com os espaços de uso de crack do bairro Lagoinha em Belo Horizonte

Embora tenha chegado mais tarde no Rio de Janeiro por volta do ano de 2005, o crack instaurou uma nova dinâmica no tráfico de drogas, gerando uma nova estrutura de gestão e de vendas da droga, mas também esforços cotidianos do próprio tráfico na ordenação dos espaços sob a sua influência, gerando novas territorialidades produzidas pelas tensões entre os fluxos e as permanências dos usuários de crack. Assim como observado em outras cidades, as concentrações de usuários de crack encontram no interior ou nos entornos de favelas o ambiente propício para sua existência. Mesmo nos bairros ditos formais onde são encontradas concentrações itinerantes de usuários, mas que não são consideradas cracolândias pelos atores sociais envolvidos ou interpelados por essas territorialidades, existem peculiaridades internas que explicam sua formação. No Rio de Janeiro, as tensões produzidas entre a permanência e a itinerância das cracolândias acontece em escalas mais amplas do que em São Paulo. Sua geografia itinerante está ligada também ao processo de implantação de Unidades de Polícia Pacificadora na cidade.

Nas regiões pesquisadas, o Estado realizou investimentos em infraestrutura aliados a grandes esforços de “recuperação” de regiões consideradas degradadas, perigosas ou fora de seu alcance, com o objetivo último de tornar essas regiões permeáveis, ou atraentes para as forças do mercado. A esses esforços, somam-se estratégias de produção de novos sentidos simbólicos articulados às áreas em processo de intervenção – no caso da Luz, inicialmente a de “bairro cultural”, posteriormente uma área mais ampla de intervenção, no caso de Manguinhos, de região “pacificada” a território “retomado” pelo Estado. A produção desses novos espaços gerou escombros, e imprimiu uma temporalidade provisória a lugares outrora afeitos a rotinas relativamente estabelecidas. Fica evidente, em ambos os casos, que foram impostos nesses lugares, novos usos, relacionadas a intervenções urbanas concebidas através de processos políticos em que a ausência de transparência em relação aos cronogramas, aos projetos de demolição e à realocação, além dos atrasos das obras, geraram paisagens marcadas por ruínas; com isso surgem novas apropriações e outros usos, dentre os quais se destacam as cracolândias. Essa reflexão sugere uma hipótese para os estudos das cenas de uso de crack

no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, que serão exploradas durante o trabalho de campo proposto nessa pesquisa.

Malheiro (2013) ao analisar o espaço de uso de crack em Salvador (Bahia, nordeste do Brasil) afirma que a popularidade da droga, neste território, foi atribuída principalmente a dois fatores, que são os fortes efeitos provocados pela droga e, segundo, pela forma de uso menos agressiva e com menos custos sociais do que o uso de cocaína injetável. O local de maior consumo fica próximo ao Pelourinho, Centro Histórico da cidade. Um circuito de consumo de crack se caracteriza por lugares no espaço urbano que são reconhecidos por moradores locais pela prática de venda e uso da substância, sendo que essa atividade interliga os diferentes pontos no espaço urbano dando uma ideia de continuidade. O autor recorre ao conceito de Magnani (2005) sobre os circuitos, que são conjuntos de lugares na cidade que se definem por certas práticas específicas, no caso o consumo do crack – conceito conectado a ideia de zonas morais de Robert Park e de áreas naturais da escola de Chicago. O cenário descrito tem atores como prostitutas, recicladores, vendedores de objetos roubados, transeuntes e moradores de rua povoam casarões antigos, destruídos pelo tempo, nas ruas sem pavimentação, na Rua 28 de Setembro, na movimentada Rua do Gravatá e na famosa Praça da Sé, Centro Histórico de Salvador, Patrimônio da Humanidade e território alvo de inúmeras políticas patrimoniais e é onde ocorre tráfico e o consumo de crack.

O autor, sob a perspectiva dos territórios psicotrópicos de Fernandes e Pinto (2004) distingue os pontos de mercado, que seriam aquelas áreas caracterizadas pelo mercado de drogas mais especializado; dos pontos de uso, conhecidos como a cracolândia baiana, que se caracterizam por serem interstícios, lugares marginais ocupados pelas por usuários de drogas e são lugares públicos, mas escondidos de olhares estranhos aos da população local e por estarem ocupados por dezenas de usuários, não são frequentados por outros atores sociais. Há também a zona de aquisição, que é a Praça da Sé, um dos principais pontos turísticos de Salvador, localizando-se entre o Terreiro de Jesus (próximo à Praça XV de Novembro) e a Praça Municipal. Durante a reforma do Pelourinho, esta praça foi alvo de uma das primeiras revitalizações que aconteceu no ano de 1990 com a finalidade de transformar a praça para atrair a atenção dos turistas. Ao redor da praça, observou-se a manutenção de um comércio local de discos, artigos para presentes, restaurantes, cafés, lanchonetes, lan house, joalheria e lojas de instrumentos musicais. Lá foram encontrados uma série de atores sociais que ocupam o espaço do Pelourinho:

turistas, baleiros, comerciantes com seus carrinhos de café, transeuntes, guardadores de carros e prostitutas, todos pareciam conviver em harmonia no território descrito.

Raupp e Adorno (2015) pesquisaram sobre locais de consumo de crack na região central de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil) e afirmam que o cotidiano do local pesquisado se liga à história de degradação da região central da cidade, marcada atualmente por tentativas de controle e ordenação do espaço urbano. Mais uma vez, a característica do lugar passa a ser central para explicar a ocorrência. A noção de territórios psicotrópicos de (Fernandes e Pinto, 2004) forneceu pistas importantes para a compreensão do espaço de exclusão em questão. Os autores enfatizam que a área de consumo de crack trata-se de uma área barulhenta, degradada e desvalorizada, onde muitos prédios passaram a abrigar casas de prostituição e hotéis baratos, intensificando a atividade de prostituição já existente na antiga zona industrial. Atualmente, é uma área pouco valorizada, em que se destacam diversos estabelecimentos ligados à atividade de reciclagem, formando um circuito que integra galpões, cooperativas e fábricas. Predominava nos locais estudados, o padrão de uso compulsivo de cigarros, crack e álcool, embora fossem perceptíveis diferenças entre usuários.

Para esses autores as mudanças relatadas na dinâmica da cidade de Porto Alegre ao longo de sua história, que se refletiram na mudança de padrões de ocupação e circulação pelas ruas da região central, refletem processos variados que vão desde a degradação da paisagem e de prédios históricos da região à questões de especulação comercial, imobiliária, política e de necessidades sociais que produzem novos espaços, enquanto reconfiguram outros; afastando cada vez mais a população melhor favorecida economicamente e atraindo pessoas em busca de formas de sobrevivência disponíveis pela dinâmica comercial e econômica do centro da cidade.

Com tudo isso, analiticamente, o modo como as cracolândias se colocaram como objeto de investigação, permitiu discutir a hipótese de que espaços provisórios, que ocupam os interstícios de territorialidades em processo de reacomodação espacial, simbólica e cotidiana, como os escombros de grandes obras de remodelamento urbano, constituem locais férteis para a constituição ou a consolidação de práticas e rotinas associadas ao uso do crack, e que são reconhecidas ou já foram, como cracolândias. Tal realidade será melhor explorada a seguir para demonstrar que também pode ser encontrada nos espaços de uso de crack da região central de Belo Horizonte, no bairro da

Lagoinha, que teve em seu espaço muitas obras viárias e que geraram escombros, ruas sem saída, pontos isolados que foram muito utilizados para consumo do crack.

Questões relacionadas ao uso de drogas necessitam de abordagens amplas. Ficou evidente assim, que as cracolândias dessas cidades mostram territorialidades em forte relação com áreas urbanas onde predominam as camadas populares, lugares em degradação e baixo nível de controle social informal. Os contextos estudados vão de encontro a realidade do bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, onde os mesmos fatores sociais e ambientais levaram a um processo de degradação social que culminou com a formação de um espaço de uso de crack – o que será exposto no próximo capítulo.

2.6 Cocaína fumada – Mais uma veia aberta na América Latina.

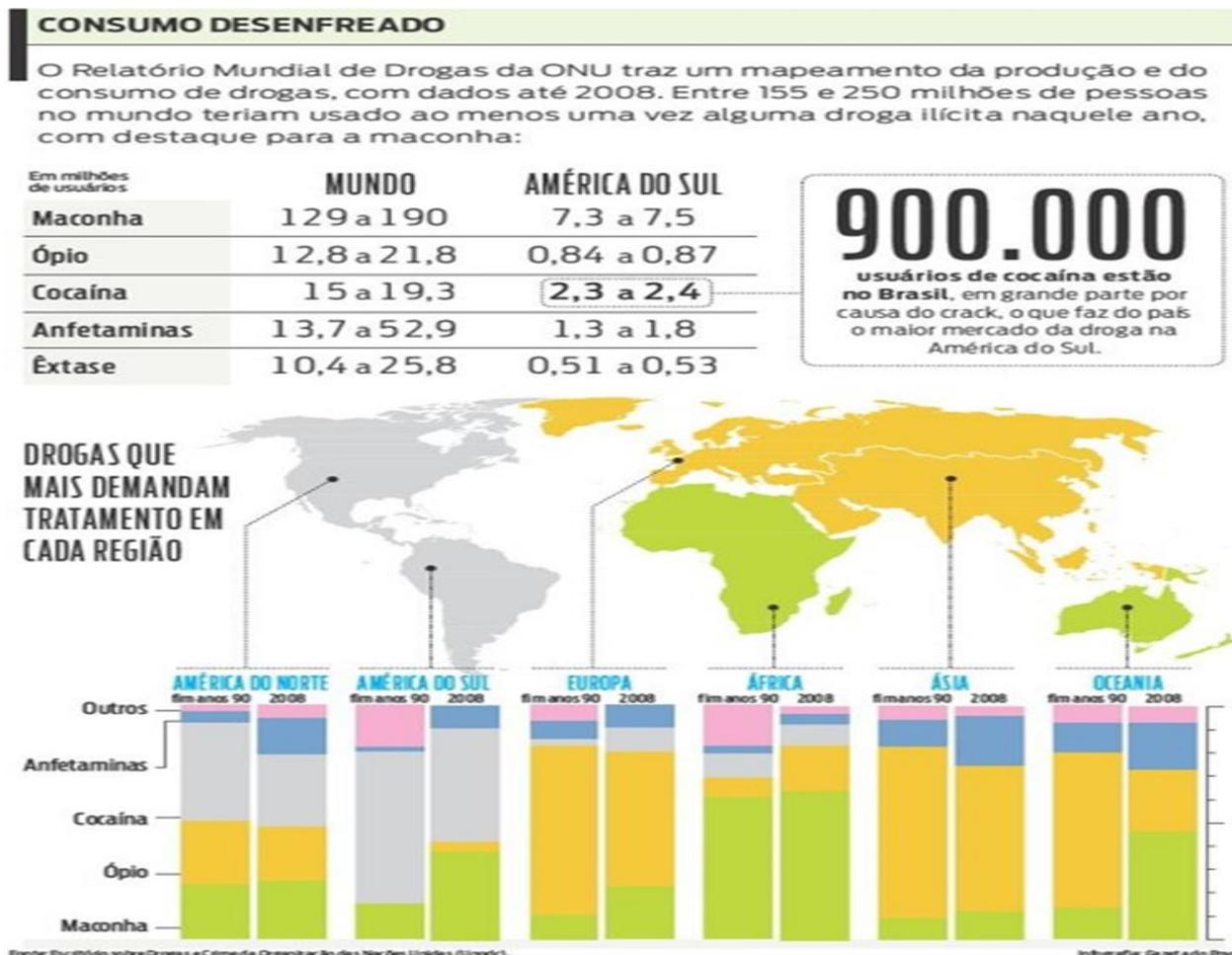
Nessa parte são apresentados estudos sobre locais de uso de crack na América Latina, onde continuo ressaltando as características de desorganização social dos espaços que são descritos, foco desse trabalho.

Ocorre na modernidade um novo padrão de uso e abuso das “chamadas cocaínas fumáveis”, que atingiu situações alarmantes principalmente em cinco países da América do Sul sendo Argentina, Uruguai e Brasil, até o final da década de 1990, anteriormente no Chile e mais tarde, no Paraguai. Segundo Ahumada, Hynes e Cumsille (2015), esse fenômeno do consumo de cocaínas fumáveis - drogas de baixa qualidade e baixo preço, mas muito viciante - se tornou visível em áreas de alta vulnerabilidade social, marcadas por episódios de violência e graves danos à saúde dos jovens e usuários em geral, sem acesso a programas de tratamento ideais. A questão teve alto impacto nos meios de comunicação e entrou rapidamente na agenda política dos governos e candidatos vários cargos legislativos e executivos.

O Relatório Mundial sobre Drogas do ano de 2010, realizado pela Organização das Nações Unidas apontou a América Latina como o local de maior crescimento do consumo de cocaína do mundo, juntamente com seus derivados, sendo que a média de consumidores na região chegou a superar em quatro vezes a média mundial. Os dados mostravam ainda que 1,6% da população da América do Norte tinham feito uso de cocaína em 2009, já na América do Sul, o índice foi de 1,5%, levando em conta a média mundial que era de 0,4%. Chamou atenção ainda o índice alto de consumo de derivados da cocaína de baixa qualidade, como o crack e parecidos, pois com a disponibilidade de

substâncias de baixa qualidade e preço, o número de consumidores e de viciados tendeu a crescer.

IMAGEM 1. Consumo de cocaína na América do Sul



Fonte: Gazeta do Povo em 23 de junho de 2010

Dando seguimento ao estudo, estudos sobre uso de crack e similares na América Latina foram revisados e a maioria se relaciona a perspectiva da saúde. Não obstante, alguns estudos sobre o uso de crack em vias públicas debatem a importância do espaço para tal atividade - perspectiva que importa nesse estudo.

No continente americano o consumo de cocaína fumada, além do crack, tem variantes como o “Basuco”, a “Base Libre”, a “Pasta Básica de Cocaína” (PBC) e na Argentina, é conhecida como paco, que se popularizou no país por volta dos anos 2000 e assustou pelas consequências geradas aos usuários abusivos, como o definhamento rápido da saúde e o aumento das mortes, direta ou indiretamente, relacionadas ao seu consumo. Até o ano de 2010, de acordo com o Observatório Argentino de Drogas, 0,3% da população argentina (cerca de 120 mil pessoas) já havia experimentado paco e 0,1%

havia fumado crack; os dados disponibilizados pelo governo preocupavam também pela média de idade dos seus consumidores, muito baixa. Pesquisadores afirmaram ainda que o paco pode chegar a ser mais tóxico do que o crack, por ser feito principalmente de solventes e substâncias químicas como querosene, contando ainda com a mistura de outros solventes, acrescentados pelos traficantes, como ácido bórico e fermento. O rápido aumento no uso de drogas na área metropolitana de Buenos Aires correspondeu com a expansão das consequências de políticas econômicas e neoliberais (a pobreza, o desemprego, a marginalização, a deterioração das reformas do sistema de saúde etc.), e as populações mais vulneráveis foram aquelas de setores mais populares.

Com o consumo do paco, que tem como referência geográfica principal o bairro da Ciudad Oculta, em Buenos Aires, surge “las giras - que es estar consumiendo sin volver a tu casa” (Observatório Argentino de Drogas, 2007, p. 51), situação onde o usuário se abandona no consumo e vaga pelas ruas e vilas durante horas ou dias sem regressar a sua casa. Os espaços de uso de drogas proporcionam ao indivíduo, sensação de pertencimento, de forma que o consumidor se habilita para entrar até em espaços mais fechados de venda e consumo. Esse estudo trata como aspecto significativo da análise a dimensão que adquire o território; em vilas, bairros, zonas ou esquinas se constituem em um espaço ressignificado como lugar identitário; assim se falam em zonas e bairros de consumo de certas drogas. Surge uma identidade centrada na relação entre territórios e consumo de drogas. E a partir dessa perspectiva, o espaço urbano imaginário de áreas nobres e ignóbeis, seguras ou inseguras, saudáveis e doentes, estabelecem um conjunto de polaridades que compõem uma ideia de conflito entre territórios, ou a apropriações espaciais conflitantes. Assim os espaços urbanos de uso de drogas, são aqueles onde a droga ou as drogas, tomam posição de destaque em detrimento de outras atividades.

García (2014) faz uma etnografia sobre jovens usuários de crack na Cidade do México, em locais de venda e uso de crack, conhecidos como fumódromos, que são cantos, campos, parques, becos e espaços fechados como casas e apartamentos. O crack chega ao México no início dos anos de 1990, mas situações problemáticas relacionadas ao aumento de seu consumo, são relativamente novas segundo o autor, datadas de 2008. A droga surge no mercado como alternativa para usuários com menos recursos, sem que isso signifique que seja exclusivo para essa classe.

O mesmo autor, utiliza propostas teóricas de Pierre Bourdieu, em especial sobre as noções de área social, habitus e de capital com a intenção de posteriormente aplicá-los

na análise de práticas e estratégias dos jovens usuários de crack. Para ele, no espaço social específico do uso de drogas (o campo), existem diferentes agentes sociais com as quais esses jovens se relacionam, a partir de sua posição nesse espaço, a sua aprendizagem (habitus), recursos, formação e propriedade (capital) acumulado no curso de sua vida, que acabam como determinantes, entre outros fatores, das formas de gerenciar riscos, prazeres e problemas potenciais associados ao uso de substâncias psicoativas. Mas também se caracteriza pela ausência de outros agentes, como uma comunidade coesa e capaz de inibir esse comportamento local nas vizinhas. Assim, chama atenção para o fato do espaço social da fissura ser um dos principais eixos e categorias analíticas para expor as maneiras de gerenciar o uso de crack e práticas que são gerados dentro desse espaço socialmente construído pelos próprios usuários.

Un espacio en donde el análisis de las relaciones entre los agentes sociales cobra relevancia, porque como lo destaca Bourdieu “lo real es relacional”, en el mundo lo que prevalece son relaciones objetivas, más allá de la conciencia y de la voluntad de los individuos. Estas relaciones se definen históricamente respecto a otras posiciones superiores o inferiores y de acuerdo a un tipo especial de capital que se manifiestan en un espacio social concreto. (GARCÍA, 2014, p. 83)

O usuário de drogas, nesse sentido, é entendido como um produto da relação estabelecida entre o contexto e as substâncias, causando um sistema de significados. Ponto que merece atenção, já que poderia explicar o motivo dos usuários irem até a Lagoinha para fazer uso do crack. Os jovens têm um conjunto de recursos que utilizam para mover-se no espaço social de drogas e, especificamente, para o uso do crack. A partir desse espaço social específico são constituídos como usuários de drogas, em uma construção social que vai além das atividades realizadas, em particular, formada a partir do discurso social e cultural do contexto, um produto de sua própria história e seus próprios termos. No espaço social das drogas, modos e estilos específicos desses jovens são construídos.

Ainda Garcia (2014), distingue jovens que fumam crack no contexto do bairro, aqueles mais pobres e mais expostos a violência e, aqueles que optam por fumar de crack em casa, grupos com maior poder aquisitivo e proteção. Nas ruas, esses espaços exigem um conjunto de regras e estratégias feitas a partir do acúmulo de certo capital, necessário para se permanecer dentro deles. Os aprendizados mais úteis, no espaço social do crack, são baseados em sua experiência de rua, conhecimentos que não tem o aval de um documento ou título oficial, uma capital que tomar posse em práticas e relacionamentos

que envolvem o uso de crack, eles aprendem a roubar e lutar, tabagismo e uso de drogas, dando-lhes a fama no bairro. Reafirmando assim, a importância do local para o estudo do uso abusivo do crack.

Outro cenário citado por suas características parecidas, localizado na América Latina, é “A zona”, área assim conhecida do bairro Mariscal, em Quito no Equador. Alvarez (2014) em etnografia da dinâmica do uso de drogas nessa área multicultural e muito movimentada, descreve esse lugar onde o uso de substâncias lícitas e ilícitas é visível e reconhecível à primeira vista, com suas características de boemia, controversa, irregular, marginal e opulenta, muito frequentada por jovens e turistas. A pasta base de cocaína tem fácil acesso nas ruas de Quito, não somente no Mariscal, sendo reconhecida como “pipa”, “pó” ou “amarelo”.

Durante o dia e principalmente à noite, são vistos usuários do crack nas vias públicas, em meio aos bares, boates e hotéis baratos, o que presenciei em 2015, em visita ao país para realização de outras pesquisas – dinâmica parecida com o bairro Lagoinha em Belo Horizonte. Traficantes oferecem a droga a turistas e jovens frequentadores das casas noturnas, são avistados também pessoas em situação de rua fazendo uso compulsivo do crack. O bairro tem valor arquitetônico para o patrimônio da cidade, de forma que era considerado um bairro de elite décadas antes, se transformou num lugar de práticas legais e ilegais, com grande influência multiétnica, sendo reduto de grupos indígenas, afrodescendentes e imigrantes em precárias condições socioeconômicas.

Não se pode deixar de citar finalmente o caso de Bogotá, na Colômbia, sobre o bairro do Bronx que chama atenção por suas características de desordem urbana. Trata-se de uma espécie de cracolândia, localizada a poucos quarteirões do palácio presidencial, onde o rei é o bazuco, droga derivada da coca e que se tornou um dos maiores mercados de drogas de tal país. Essa região ficou conhecida por suas ruas estreitas, cheias de lixo, hotéis baratos, laboratório de processamento de drogas, edifícios antigos, pichações, prostituição, presença de traficantes de armas, crianças viciadas, casas usadas por viciados - ou seja, várias características de desordem e degradação urbana.

Em 2016 houve uma intervenção da prefeitura de Bogotá no espaço, que demoliu edificações, removeu consumidores e narcotraficantes; sendo que é notável frisar que a polícia demorou para ter acesso a esse território que por décadas foi protegido por grandes e fortes gangues locais. As pessoas que viviam na região foram distribuídas em setores vizinhos, sendo que aqueles que se recusam a sair sobrevivem nas ruas próximas, se

reorganizando. Os planos governamentais envolvem também a construção industriais, comércio, áreas culturais além da construção de uma sede administrativa da Prefeitura.

“Por quase duas décadas foi a casa diária para 3.000 pessoas de todos as classes sociais, 5.000 nos finais de semana. Nas ruas, não pavimentadas, há restos de madeira e os toldos das barracas que vendiam crack a céu aberto por menos de cinco reais... O mercado funcionava 24 horas, sete dias por semana. Em um dia movimentava 130 milhões de pesos (cerca de 145.000 reais) de lucros do tráfico de drogas. No sábado foram apreendidas 105.900 doses de entorpecentes. As equipes de limpeza retiraram desde então 131 toneladas de lixo, "mais do que produz um município de 10.000 habitantes em um mês", nas palavras de um dos responsáveis pelo serviço. ” (Jornal El país, em 29 de maio de 2017).

Esse trabalho de revisão, seja narrativa ou sistemática, proporciona ao leitor a oportunidade de dispor, em um único manuscrito, de informações e conceitos referentes às principais correntes de pensamento, a síntese de evidências científicas e a fundamentação teórica de um determinado objetivo de estudo (TOLEDO et all, 2017). Assim, vimos nesse capítulo, a onda de cocaína de má qualidade que atingiu as cidades; os passos constituintes da carreira desviante dos fumantes de crack até a formação das cracolândias; o mesmo fenômeno social e suas peculiaridades em estados brasileiros e em países da América Latina, sempre com foco nos estudos com ênfase na importância do lugar para o acontecimento do desvio estudado, que é o uso compulsivo de crack em ambientes abertos. Com tudo o que foi dito até aqui, torna-se claro o objetivo de ressaltar como as características do lugar são proeminentes para o estudo dos espaços de uso de crack. Seguimos então para a base teórica que subsidia essa pesquisa: a ecologia social do crime.

2.7 A Ecologia Social do crime e a emergência das cracolândias

O problema analisado nesse estudo trata-se de um bairro urbano que passou por dificuldades associados a consolidação de um território marcado pela presença de usuários de crack, que lhe rendeu o estigma de cracolândia. Nessa parte, busco subsídios teóricos para o entendimento dessa problemática, assim, o objetivo dessa parte é analisar estudos que tem ‘o lugar’ como dimensão de entendimento de desvios e crimes nos grandes centros urbanos. A abordagem ecológica será utilizada como referência, assim como trabalhos subsequentes a ela. A teoria original passou por diversas modificações, de forma a corrigir as imperfeições iniciais e a partir de suas reelaborações, pensaremos a análise.

De acordo com Silva (2004) na literatura sociológica existem muitos trabalhos sobre o desvio e a criminalidade com explicações no plano macro; como as teorias da ecologia urbana da delinquência, onde são identificadas correlações macrosociais do delinquente e da vítima em comunidades ou vizinhanças e também, no plano micro; onde encontramos teorias baseadas no modelo da escolha racional, onde o foco fica sobre a autonomia dos indivíduos para decidirem se vão cometer ou não um ato criminoso, sendo uma relação custo-benefício. A abordagem sociológica do crime pela qual se envereda nesse estudo é a teoria da desorganização social, que busca o conhecimento da situação do ambiente para sua análise, gerando um entendimento do contexto sobre como, numa mesma cidade, podem acontecer diferentes níveis de desvios e criminalidade. O papel da territorialidade vira foco, ao ser entendida como um limite das estruturas e fenômenos sociais, em que a criminalidade, não deve ser considerada propriedade das pessoas, mas dos grupos aos quais pertencem. Assim, a dimensão de comunidade e não de indivíduos, assume uma posição central na teoria, pois a estrutura física das comunidades reflete o seu nível de organização social e define aspectos comportamentais dos seus habitantes (Shaw e McKay, 1942).

Para a utilização da abordagem ecológica sobre a compreensão do desvio e criminalidade, as primeiras referências são os trabalhos da sociologia americana produzidos pela Escola de Chicago na primeira metade do século XX. Nessa escola, a partir dos estudos de Park e Burgess que originam posteriormente os trabalhos de Shaw e McKay, se inicia o esforço epistemológico na busca de uma ecologia social do urbano, onde a explicação para a criminalidade estaria ligada a características particulares do ambiente urbano. Analisando a ocorrência e a distribuição espacial da criminalidade, propondo a elaboração de mapas e de outros instrumentos que melhor permitissem a visualização da cidade e dos problemas decorrentes da urbanização, a perspectiva funcionalista da Escola de Chicago foi pioneira no que hoje podemos chamar de “cartografia urbana” do crime e do desvio.

Com a Escola de Chicago, a cidade passa a ser tratada como um laboratório para explorar a interação social, pois a verdadeira "natureza humana" seria melhor observada dentro dessa estrutura social complexa. A noção de "homem no seu habitat natural" introduz o tema, que levava aos modelos e metáforas ecológicas, aptos para a discussão das relações sociais urbanas. Estas estruturas sociais poderiam ser vistas como uma teia complexa de processos dinâmicos, semelhante aos componentes de um ecossistema,

progredindo em direção à maturidade. Esses modelos eram dispositivos explicativos poderosos, mesmo que considerados simplistas na sua concepção original, levaram ao exame ativo de paralelos entre sistemas naturais e sociais.

Estudos como Park (1984 [1925]), Park e Burgess (1925) e Park, Burgess e Mckenzie (1925); objetivaram a reutilização de conceitos da ecologia natural para a explicação da vida social e a operacionalização desses conceitos de ecologia para a análise da sociedade humana, os quais usaram o modelo ecológico para descrever o modo como se dava a conformação das cidades americanas a medida que se desenvolviam e cresciam. Silva (2004) argumenta que esses estudos foram importantes por terem atraído a atenção de estudiosos que buscavam compreender as causas da criminalidade a partir da (des) organização social de algumas áreas dentro das cidades. A proposta era estudar as interações sociais a partir de um modelo analítico previamente aplicado às inter-relações de plantas e animais; com isso, a partir do princípio sociológico de “cooperação competitiva”, na qual a competição cedeu espaço naturalmente à ordem social, eles perceberam como o agregado de unidades individuais da população assumiam o caráter de um sistema mais ou menos fechado e estável. De acordo com essa lógica, as áreas possuíam uma dinâmica econômica e social específica na qual os indivíduos interagiam e organizavam-se coletivamente. A expressão “áreas naturais” é utilizada, portanto, para designar os distintos espaços homogêneos não planejados, cuja ocupação natural e seletiva advém da diferença entre os grupos sociais.

Assim, esse paradigma teve como base a ideia de que o crescimento das cidades de forma desorganizada seria gerador de um ambiente mais propício para o desenvolvimento de desvios. Nos estudos sobre a morfologia da criminalidade no meio urbano, Shaw e McKay (1942) examinaram variáveis relativas a desorganização social, como esvaziamento populacional, deterioração física, tamanho das famílias por domicílio, mortalidade infantil, doenças mentais. Os autores chamaram atenção para as áreas com altas taxas de criminalidade de Chicago que exibiam elevados índices de rotatividade populacional, pobreza e composição étnica e cultural bastante diferente, que influenciavam no baixo controle social que existiam nessas regiões. Assim, entende-se que a desorganização social acontece com o “decréscimo das regras sociais de comportamento existente sobre os membros individuais de um grupo” (BURSIK, 1988 apud SILVA, 2004), ou seja, a desorganização social é um processo que acontece na medida em que as regras e normas em vigor na sociedade são ignoradas ou desobedecidas, gerando modificações no contexto social.

A análise ecológica levanta a indagação sobre a distribuição dos desvios e crimes nos centros urbanos. De acordo com Beato et al (2001) sobre o fenômeno da explosão da criminalidade nas cidades, caberia a correção, de se falar de implosão, pois ocorre em áreas específicas, no interior das comunidades, onde vítimas e agressores são originários do mesmo espaço e nele coabitam.

O impacto da desordem na vida comunitária acontece de forma lenta. As cidades têm partes mais valorizadas do que outras, onde as pessoas optam por habitar ou frequentar mais, tem infraestrutura e agentes capazes de manter a ordem, além de mecanismos informais de controle social que têm impacto na vida da comunidade. Como guardiões capazes de prevenir o crime, podem ser considerados não apenas as organizações do sistema de justiça criminal tal como concebido pela criminologia mais tradicional, mas ganham destaque principalmente, os mecanismos de controle social informais. Assim os guardiões podem ser os vizinhos, os amigos, os parentes, os transeuntes ou o proprietário do objeto visado.

As teorias da desordem tentam explicar que a assimetria na distribuição do poder social e político não são suficientes para explicar porque áreas parecidas apresentam muitas vezes níveis diferentes de qualidade de vida e de segurança, apontam ser necessário levar em consideração na análise o papel desempenhado por certos atributos comunitários, em combinação com as políticas de segurança, que facilitam o exercício do controle social e mantem a organização da comunidade. O que se discute é que a dificuldade de agir coletivamente é um dos principais fatores que afetam a segurança e a estabilidade social dos bairros. Os processos que levam à degradação de certas áreas urbanas não estão ligados somente a distribuição de capital econômico, mas são processos mais complexos, onde contam também as dinâmicas comunitárias, combinadas às políticas urbanas e de segurança inadequadas. (CARNEIRO, 2012)

A discussão da relação entre organização social e comunitária e controle do crime está na raiz da reformulação da Teoria da Desorganização Social. Em um contexto de desorganização social, o baixo nível de integração social impede o estabelecimento de laços sociais estáveis e a manutenção de valores relativos a normas, papéis e arranjos hierárquicos entre seus residentes. Sem a percepção de valores comuns, o exercício coletivo de mecanismos informais de controle social torna-se inoperante fazendo surgir assim, oportunidades para o desvio. A vizinhança passa a ser entendida como um complexo sistema relacional entre amigos e familiares e de vínculos associativos formais

e informais, com base na família e no processo de socialização vigente no bairro. Esses elementos são responsáveis pela capacidade do bairro de exercer autorregulação, ou seja, pelo grau de supervisão coletiva fundamental na manutenção do controle da ordem local. O grau de organização de uma comunidade passa a ser considerado, portanto, como resultado dos mecanismos de superação a obstáculos estruturais que impedem o efetivo controle social fundamentado nas redes formais e informais. Do contrário, um lugar com alto nível de desorganização social tem enfraquecida suas instâncias formais e informais de controle (família, escola, igrejas e outras instituições locais) de tal forma, que os custos associados ao cometimento de crime, ou desordem, ficariam reduzidos.

Uma das críticas mais importantes realizadas a teoria da desorganização social trata de questionar a criação de medidas da própria desorganização social. De acordo com Silva (2004), esse fato levou ao desenvolvimento de novos estudos que procuravam esclarecer a definição em termos da capacidade de um bairro de se autorregular por meio de processos formais e informais de controle, baseada na ideia de que as redes locais por meio da interação dos indivíduos se interagem afetando diretamente a eficácia da autorregulação comunitária.

Por causa de críticas como essa, verifica-se a reformulação da teoria da desorganização social, em termos sistêmicos, realizada por Bursik e Grasmick (1993). Esses autores tentaram buscar quais os fatores gerados pela característica estrutural de uma vizinhança que implicam maior ou menor taxa de criminalidade da mesma. A capacidade local de autorregulação seria determinada pela extensão e densidade de redes formais e informais entre os residentes no interior das vizinhanças. Essas redes entre os residentes conduzem a um efetivo controle social local, que depende de três dimensões básicas que afetam as relações formais e informais dentro de uma comunidade, e foram aquelas propostas por Shaw e Mackay (1942), que são o baixo status econômico, instabilidade residencial e heterogeneidade étnica. Com isso ocorre um enfraquecimento do controle social comunitário em três níveis distintos, que são o privado, paroquial e público, relacionados as diferentes formas com que os indivíduos de uma comunidade buscam a ordem social. (SILVA, 2004)

Recentes estudos nessa perspectiva teórica, consideram elementos da desordem social e física e avaliam sua relação com decadência urbana e o aumento do crime. Duas teorias principais concorrem para explicar os efeitos da desordem sobre o crime, a teoria das janelas quebradas e a teoria da eficácia coletiva. Em nosso entendimento, ambas

contribuem para uma melhor compreensão do processo através do qual o bairro Lagoinha, ou parte dele como será demonstrado, foi se conformando em um ambiente propício para o estabelecimento do que se denomina de cracolândia.

De um lado, a perspectiva da eficácia coletiva (Sampson et al 1997) cuja matriz teórica provem dos estudos urbanos sobre desorganização social, demonstra que a desordem e o crime são fenômenos compreendidos como manifestações produzidas por um mesmo mecanismo causal, que é a perda da capacidade coletiva da comunidade de exercer o controle social em seus limites. Isso explica a variabilidade do nível de segurança e ordem nos bairros. De acordo com essa perspectiva, o controle social informal efetivo na vizinhança se traduz na capacidade de seus residentes de obterem recursos financeiros e respostas direcionadas as demandas locais, sendo que essa viabilização de serviços públicos direcionados as demandas locais minimiza os efeitos da desordem social sobre as taxas de criminalidade local e comportamento desviante.

Em adição, a teoria das janelas quebradas (WILSON e KELLING, 1982) nos permite compreender a formação de espaços segregados onde usuários de crack se encontram para fazer o uso de drogas e outras atividades muitas vezes ilícitas. Baseada em experimentos policiais, a teoria das janelas quebradas foi importante para as políticas de segurança pela ideia de que a presença de desordem como grafites, pichações, lixo e prédios abandonados, entre outros, contribuíam para criar um senso de abandono na comunidade que estimulava a adoção de condutas antissociais nos espaços públicos. Esses cenários são evitados e abandonados. Consequentemente, as regiões socialmente degradadas produziram os ingredientes necessários a ocorrência de crimes. O elevado índice de desordem pode influenciar pessoas honestas a mudarem do lugar ou a se isolarem em suas casas, além do que, esse efeito da insatisfação tem relação com os componentes que promovem eficácia coletiva na área, que são a vigilância social informal, coesão social e confiança mútua entre vizinhos. Dessa forma, o retraimento da vida comunitária mina o desenvolvimento dos residentes e sua predisposição para intervir em comportamentos que abalam a ordem social local.

Estudos foram realizados sobre esse tipo de mecanismo e procuraram demonstrar que a desordem pode ser vista como um fator fortemente associado a incidência de crime. Essa abordagem ajudou na fixação de foco das intervenções públicas na recuperação do espaço físico e no controle dos comportamentos antissociais nos

espaços públicos, atingindo repercussão internacional após a experiência de Nova York na década de 1990.

Essas duas vertentes teóricas, portanto, apontam para uma relação direta entre o indicador de desorganização social e desordem física e as medidas de crime, entretanto, são antecidos pela ausência do componente comunitário associado a coesão, confiança e predisposição para o controle local. Assim como ocorre com o crime, a desordem não está distribuída na cidade de uma forma homogênea, pois assim como existem áreas mais violentas que outras, também há localidades que apresentam maior incidência de desordem física e social.

A investigação sobre os mecanismos que se antecedem e relacionam desordem e crime permite melhor articular uma resposta à criminalidade que vai além do recurso ao sistema de justiça criminal e da adoção de leis, abrindo novos caminhos para a participação da administração pública local na gestão das políticas de segurança pública. A desordem é um problema em si mesmo, que tem efeitos diretos e negativos sobre a comunidade, como a diminuição da confiança interpessoal e da capacidade de cooperação e o enfraquecimento dos mecanismos informais de controle social. Entende-se que a desordem física e social são recursos importantes para o acontecimento de desvios e crimes, pois refletem a ecologia das áreas urbanas e produzem situações favoráveis à sua ocorrência. Trata-se, portanto, de arcabouços teóricos que levam em conta a dimensão do ‘lugar’ para a compreensão do fenômeno do crime.

O ambiente no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, muitas vezes, se aproxima do que Shaw e McKay (1942) entendem como “comunidades desorganizadas”. Tais abordagens sugerem que é necessário que existam certas condições para que o crime ocorra, e que isso se deve a características dos lugares, antes que das pessoas. Assim, toma-se aqui essas teorias como um recurso importante para se compreender como surgem no espaço urbano áreas mais propícias para o desenvolvimento crimes e desvios, como o espaço da Cracolândia, e mais especificamente, quais os aspectos do ambiente urbano são de grande importância para que, efetivamente, ocorra esse fenômeno.

CAPÍTULO 3

O bairro Lagoinha em Belo Horizonte - “Crônica de uma morte anunciada?”

3.1 Sobre o surgimento do bairro

A cidade de Belo Horizonte foi planejada para abrigar a nova capital do Estado de Minas Gerais, em substituição da colonial Ouro Preto. É conhecida como uma das primeiras cidades da República Brasileira totalmente planejada e a inspiração para a lógica de sua construção foram as experiências modernas de planejamento urbano que vigoravam na Europa da época, como a da Paris haussmaniana⁸ (1853-1870). A equipe que projetou a cidade, chefiada por Aarão Reis, dividiu a cidade em três principais seções, sendo elas a área urbana, a área suburbana e a área rural; que diferiam entre si quanto aos usos e divisão adotada para cada uma delas.

O plano original da cidade previa para a zona urbana, limitada pela Avenida do Contorno com formato de anel, o lugar onde seria a sede do governo do Estado, contendo os prédios administrativos e as residências de seus funcionários, além do centro comercial, o parque municipal, entre outros projetos; esse foi o lugar que recebeu os grupos sociais de altos estratos econômicos, como o dos funcionários públicos. Na zona rural, eram previstos os espaços das colônias agrícolas que não chegaram a se consolidar como tal e que se expandiram formando a região metropolitana da cidade posteriormente. Entremeio as áreas urbana e rural, era prevista a zona suburbana da cidade, que seria o espaço dos sítios e chácaras, mas que cresceu mais que a zona urbana, contrariando as expectativas dos fundadores da cidade; essa região recebeu parte da imigração da metrópole em formação e foi apropriada por estratos de classe média.

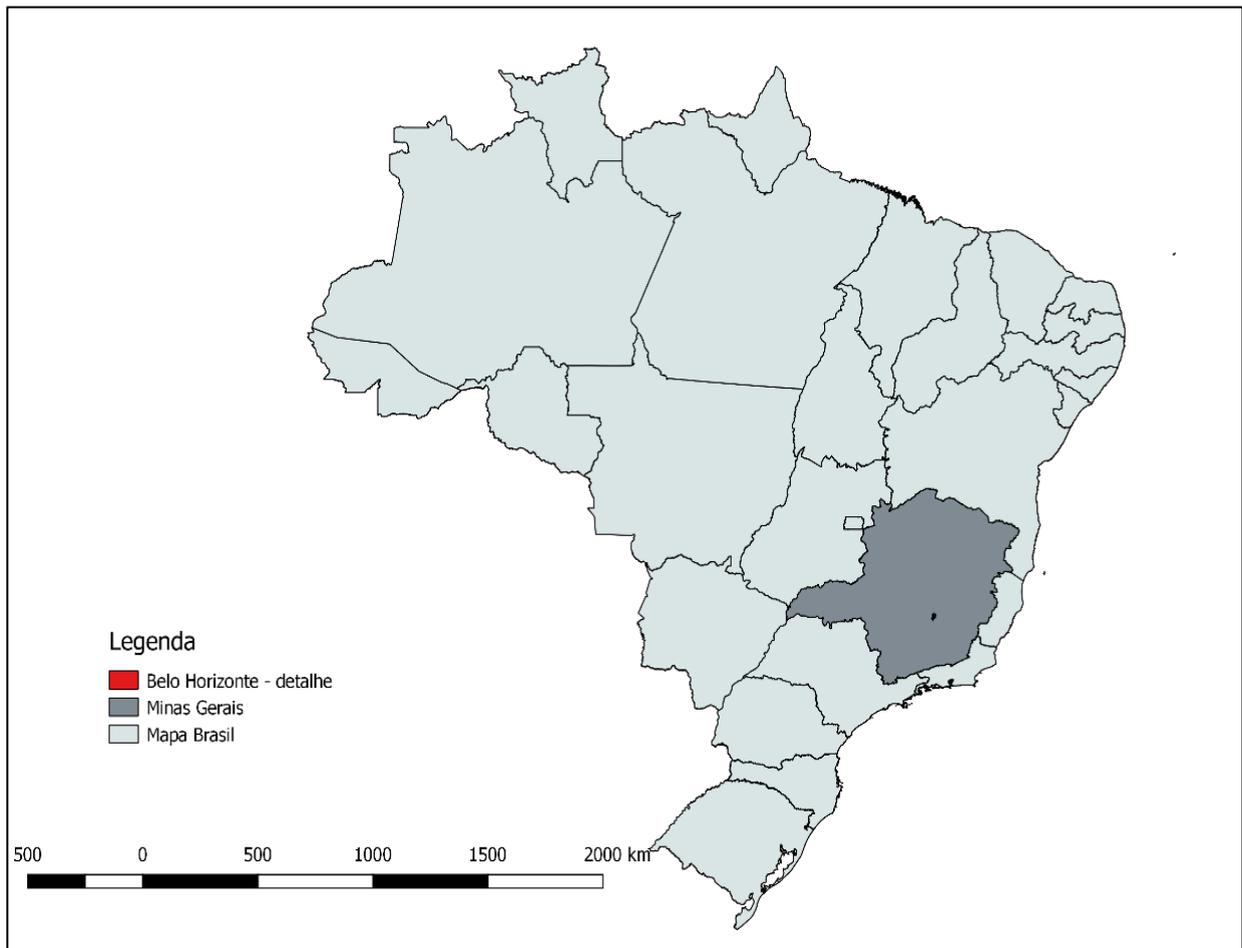
O bairro Lagoinha nasceu junto a capital Belo Horizonte e, no traçado original da cidade, está localizado na área suburbana. Tal bairro juntamente com Bonfim, São Cristóvão e a Pedreira Prado Lopes, formaram a parte da 6ª Seção Suburbana de acordo com a Planta Geral da Cidade de Minas. Nascida de uma pedreira e das glebas agrícolas, o bairro emergiu para “fazer nascer a bela cidade”. (LEMOS, 1996, p. 157) O bairro foi designado Lagoinha devido ao córrego⁹ de mesmo nome que havia em seu território e a

⁸ George-Eugene, barão de Haussmann, nomeado prefeito por Napoleão III, em 1853 que fez intervenções na cidade de Paris transformando-a em uma metrópole moderna.

⁹ O Córrego da Lagoinha foi canalizado sob a Avenida Antônio Carlos.

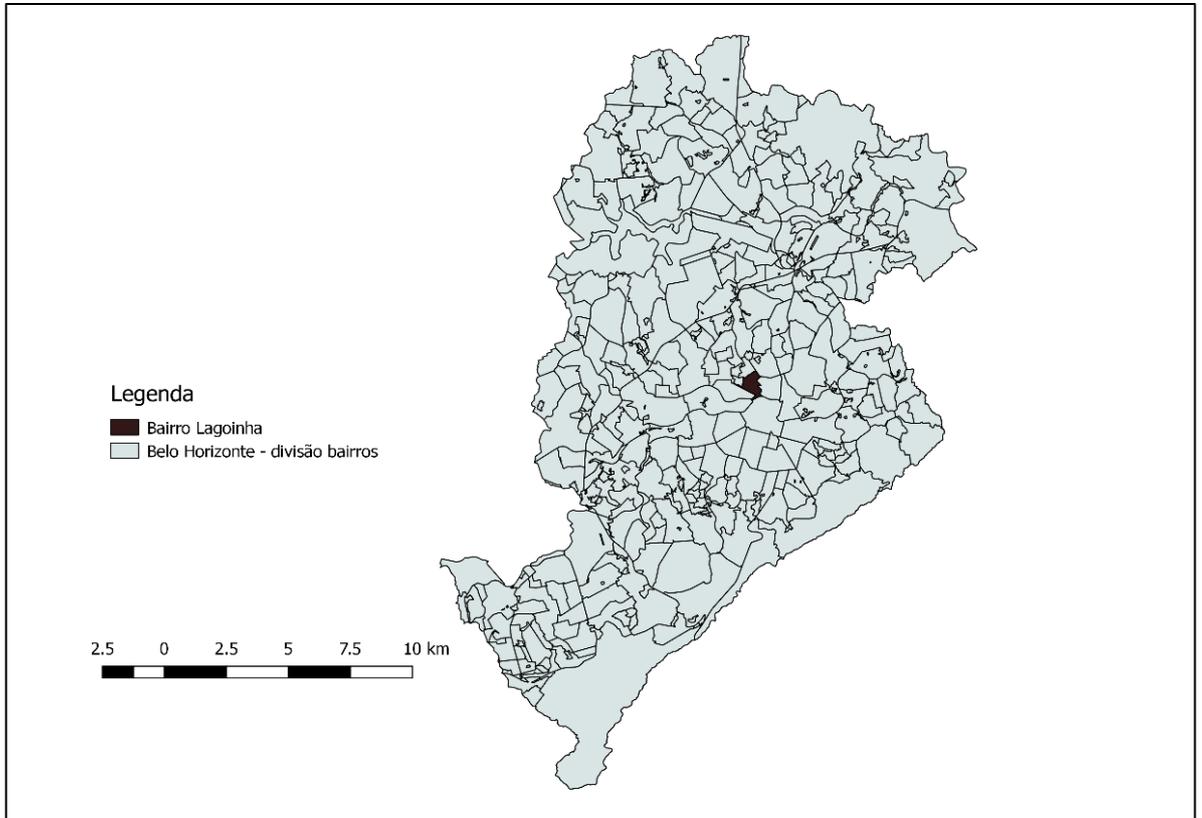
região recebeu suas primeiras ocupações antes da inauguração da cidade, ocorrida em dezembro de 1897. (MACHADO e PEREIRA; 1997).

Mapa 1 – Mapa do Brasil, em destaque o Estado de Minas Gerais e sua capital Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pela autora

Mapa 2 – Mapa da cidade de Belo Horizonte com destaque para o bairro Lagoinha



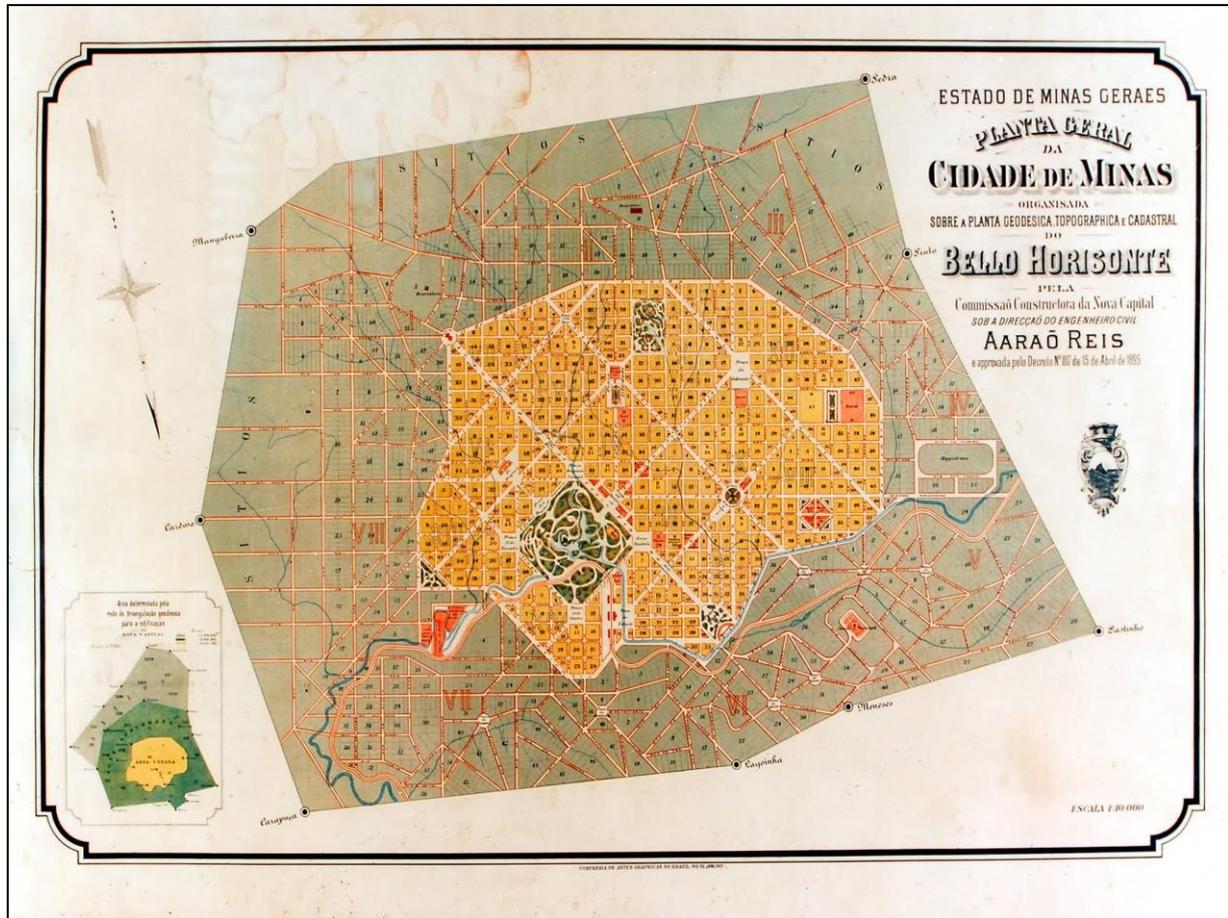
Fonte: Elaborado pela autora

IMAGEM 2 – Planta Cadastral da Cidade de Belo Horizonte 1928. Em destaque o bairro Lagoinha



Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte

IMAGEM 3 – Planta da Cidade de Minas 1985



Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte

A ocupação do bairro estudado ocorreu de forma desorganizada, com ruas tortuosas que destoavam da ordem estabelecida no centro da cidade planejada, embora esteja em uma área contígua a área urbana. Foi um dos primeiros grandes núcleos populosos da cidade, abrigou os operários construtores de Belo Horizonte, vindos de todo o Estado de Minas e também imigrantes italianos, portugueses e alemães. Em função da sua localização, o Lagoinha teve como função o abastecimento alimentício da cidade, tornando-se um subcentro local, sendo que nos anos finais da década de 1920, era um importante ponto comercial, além de um local de articulação entre a zona urbana e os bairros e vilas que surgiram na região norte da capital. A proximidade do bairro com o centro e com a linha de trem levou muitas pessoas a se acomodarem nas pensões das redondezas e na medida em que a cidade crescia, formou-se no Lagoinha uma área boemia, dotada de muitos bares e de uma vida noturna bastante agitada (MACHADO e PEREIRA; 1997).

A facilidade de transporte para o centro favoreceu o parcelamento de lotes suburbanos no Lagoinha e no seu vizinho, o bairro Bonfim. De acordo com Aguiar (2006), nessa época, o Lagoinha era mais adensado que o bairro Floresta, e assim como em outros bairros suburbanos, os grandes lotes do traçado da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) passavam por diferentes processos de divisão e adensamento. No Lagoinha, o processo de parcelamento aconteceu com a abertura de ruas e delimitação de novos quarteirões, divididos em lotes de áreas relativamente reduzida, e seu adensamento ficou marcado, pela construção de vários edifícios por lote, multiplicando o número de habitações na região.

“Assim em 13 grandes lotes que formavam o alinhamento norte da Rua Itapecerica, entre a Praça Vaz de Melo e a Rua Rio Novo, poderiam ser identificados 28 edifícios. E nos três lotes que ocupavam o pedaço de quarteirão entre a Rua Itapecerica e o córrego da Lagoinha e as ruas do Rutilo e Rio Novo poderiam ser contadas as projeções de 36 construções, a maioria com áreas muito reduzidas, sendo provavelmente barracões construídos para aluguel.” (AGUIAR, 2006, pp. 351)

Segundo o mesmo autor, em 1913 a Companhia de Eletricidade e Viação Urbana da cidade implantou uma nova linha de bonde no Lagoinha, que tinha no seu percurso a Rua Itapecerica, de forma que a VI seção suburbana - a mais povoada das seções implantadas na área pericentral- passou a ser coberta por três linhas. A Praça Vaz de Melo em pouco tempo se transformou em um centro comercial local que polarizaria a vida urbana dos bairros Lagoinha e Bonfim até os anos de 1970, configurando o coração do bairro e símbolo da boemia. Essa praça era um alargamento da Rua Itapecerica, onde através de uma ponte sobre o Ribeirão Arrudas (que já existia quando a CCNC fez os levantamentos topográficos do arraial para a construção da cidade), alcançava-se a Praça do Mercado, já na área urbana. Sobre a praça, afirma Carneiro (2001):

“A praça Vaz de Melo era, naqueles anos, estuário transmutado em vulcão. Durante o dia disfarçava-se no comércio pobre: sapatarias modestas, casas de louças e tecidos - e os botequins apenas conviviam com o tédio de comprar e vender coisas. A partir das seis, quando desciam as portas de aço das lojas, para a Praça, em busca de exílio confortador, confluíam suores, as narinas abertas, a afrodisíacos cheiros, a patológica necessidade da aventura pequena, os fingidores. Mas emergia, também de seus porões mofados, a população permanente da praça: aqueles que criados na margem escura da vida temiam a luz. Então, enquanto a cidade, normal e aborrecida, dormia nos casarões de Lourdes e nas velhas casas do Funcionários, a segunda cidade realizava seu congresso na Praça.” (CARNEIRO, 2001, pp. 24)

O bairro Lagoinha desde as suas primeiras décadas foi cenário de uma diversidade social e cultural significativa, traços que ficaram marcados no imaginário da população e na história de Belo Horizonte. Essa efervescência cultural, proporcionada pelo encontro e pela miscigenação de culturas e valores diferentes, para Moraes e Goulart (2002) também se mostrou no desenvolvimento de serviços tradicionais especializados, baseados em técnicas artesanais e manuais, como por exemplo, oficinas de luthier, sapateiros, alfaiates, entre outros.

Belo Horizonte desenvolveu-se da periferia para o centro, ao inverso do pretendido, sendo que em 1912 a cidade tinha mais de 70% dos seus habitantes fora da zona urbana, principalmente nos bairros da Lagoinha, Santa Efigênia, Floresta, Calafate e colônias agrícolas.

Inicialmente a região do bairro Lagoinha abrangia os bairros de Bonfim, Santo André, Colégio Batista, São Cristóvão. Até os dias atuais a Lagoinha é conhecida como “região da Lagoinha” em referência aos bairros vizinhos. É também porta de acesso para as comunidades da Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos, que são importantes para a definição das características singulares do bairro.

Fazendo um paralelo com o modelo de zonas concêntricas de Park e Burgess, (PARK, 1952) muito utilizado no debate especializado sobre ecologia humana e crime, o bairro da Lagoinha seria o exemplo de ocupação humana que se situaria entre a zona II, conhecida como zona de transição, e a zona III, de ocupação predominantemente de indivíduos de renda mais baixa. O modelo descrito pelas Zonas Concêntricas, da primeira metade do século XX, buscava demonstrar de que forma as cidades geralmente eram organizadas, apontando que haveria uma zona central, por eles denominada loop, ao redor da qual se espalha o restante da cidade em círculos concêntricos, sendo que a criminalidade diminui do centro para as margens. Essa teoria tem como origem os primeiros estudos sobre a cidade de Chicago que poderia, à época, ser dividida em cinco zonas concêntricas, que se expandem a partir do centro, todas detendo características próprias e constante mobilidade, avançando no território das outras por meio de processos de invasão, dominação e sucessão.

As zonas concêntricas se expandem a partir do centro, todas detentoras de características próprias e constante mobilidade, avançando no território das outras por meio de processos de simbiose, invasão, dominação e sucessão, conceitos da ciência natural adaptados por Park à teoria da ecologia humana. A primeira zona concêntrica era

o loop, espaço eminentemente comercial, onde circulavam as mercadorias, valores e serviços; mais barulhento, de trânsito problemático, com emissão de constante poluição. A zona II era ocupada pelas pessoas mais pobres, é a chamada zona de transição, tanto em sentido estático como dinâmico. Estava permanentemente sujeita à invasão resultante do crescimento da zona central, à degradação física, além da força centrífuga de seus habitantes, sempre dispostos a abandoná-la logo. A situação de desorganização, característica da zona mais próxima ao centro, caracteriza-se pela situação de ausência de laços de solidariedade, relações transitórias e vigilância baixa. Elementos esses que proporcionam um ambiente favorável ao desvio social, criminalidade e outros problemas urbanos. De acordo com Park, o estudo aprofundado da área II mostrava que nessa região havia maior incidência de criminalidade, o que é explicado por meio do processo de desorganização e baixo controle social. O contato pessoal é precário, pois seus habitantes não buscavam permanência definitiva nesses locais, ficavam em situação transitória. Seguindo modelo concêntrico, a zona III possuía residências de trabalhadores que conseguiram escapar das péssimas condições de vida da zona II, sendo composta pela segunda geração de imigrantes. A zona IV era formada por bairros residenciais, caracterizada por casas e apartamentos de luxo, onde residiam as classes média e alta. A zona V se localizava além dos limites da cidade e continha áreas suburbanas e cidades-satélites, habitada por pessoas que trabalhavam no centro e despendiam um tempo razoável no trajeto entre casa e trabalho, tratavam de classes média-alta e alta. Ainda é importante ressaltar que Belo Horizonte difere do modelo de Park, pois, ao menos nos primeiros anos da concepção da cidade, o centro fora planejado para ser uma área de urbanização qualificada, preparada para uma população com maior nível sócio econômico. O conceito de subúrbio das cidades norte-americanas é diverso das cidades da América Latina, pois nas cidades latino-americanas o subúrbio é usualmente caracterizado por ser uma área pobre, já nos Estados Unidos da América é o local de residência de pessoas de alto padrão socioeconômico.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, na concepção da cidade, o Lagoinha se situa mais próximo ao que Park definiu como zona III. Segundo Lemos (1996, p. 45), “o bairro [Lagoinha] é marcado pela ideia de um passado feliz”. Havia os times de futebol de várzea, como o Clube Fluminense, o Terrestre e o Áustria, além do Campo de Futebol Pitangui. Famoso era o bloco carnavalesco Leão da Lagoinha e a Escola de Samba Surpresa, que marcavam os pontos de lazer e recreação no bairro nas suas primeiras

décadas de existência. A tradicional Banda Mole, que reúne milhares de foliões uma semana antes do carnaval em Belo Horizonte, caracterizada pela brincadeira onde os homens utilizam vestimentas femininas, de acordo com Bernandes e Borsagli (2014), teve origem com o Leões da Lagoinha. Outro traço importante foi o forte caráter religioso do lugar, marcado pelas procissões, as festas de santos, celebrações de casamentos e missas, além dos ritos fúnebres. Assim, tal autora afirma que “Ao som da banda, no seio das festas juninas e do reisado¹⁰, sob as bênçãos de Nossa Senhora da Conceição, nasceu no bairro uma estrutura de sentimento que oscilava entre a inocência do campo e o vício da cidade grande” (LEMOS, 1996, p. 45).

Contudo, a vida no lugar era fortemente pontuada pelo bucolismo e pela tradição, apesar da boemia. Os traços religiosos e folclóricos eram compartilhados por todos os grupos, sendo que as famílias conformavam estreitos laços de boa vizinhança. De acordo com Carneiro (2001), conviviam no bairro, grupos sociais diferentes. Durante as tardes, as famílias reuniam-se na praça e os amigos encontravam-se nos bares da região. Quando as famílias se recolhiam entravam em cena os boêmios, prostitutas e pessoas que trabalhavam ou desfrutavam da vida noturna. O amanhecer colocava em cena novamente os operários, as crianças e as donas de casa. Assim, se por um lado essa heterogeneidade poderia significar certos conflitos de valores, conforme afirmam os teóricos da escola de Sociologia de Chicago, no caso do bairro Lagoinha, ao contrário, ela aparece como um elemento de agregação e coesão, devido a característica mista que o bairro assumira desde sua consolidação, ainda que elementos “desviantes” eram observados desde tal época.

Freire (2009) afirma que em 1950 o Lagoinha aparece como espaço da boemia da cidade, tendo como centro principal a Praça Vaz de Melo, o que o torna conhecido como a “Lapa Mineira”, pois existiam casas de prostituição, muitos bares, restaurantes, cinemas, clubes de dança que eram pontos tradicionais de encontro de boêmios e artistas, cenário que correspondia a região da Lapa no Rio de Janeiro. Nessa época o Lagoinha despontou como uma nova zona boêmia, um espraiamento do chamado “quadrilátero da zona” – Rua Guaicurus, Caetés, Curitiba e Avenida Oiapoque, localizadas no centro de Belo Horizonte.

Em um estudo sobre a territorialidade da prostituição em Belo Horizonte, Andrade e Teixeira (2004) afirmam que semelhantemente a zona do centro, o Lagoinha e o bairro vizinho, o Bonfim, atraíram em seus tempos áureos, grande diversidade de

¹⁰ Festa popular que se realiza na véspera e no dia de Reis; reisada.

pessoas, pois havia cabarés para todos os níveis sociais. Vale ressaltar que, se por um lado toda essa idiosincrasia social tenha sido retratada como elemento de coesão, por outro lado, o fenômeno particular do desvio caracterizado pela prostituição provocou, na época de maior “auge” no bairro, uma significativa mudança de famílias para outros bairros de modo que as casas de prostituição foram obrigadas a usar luz vermelha como forma de identificação e diferenciação das demais. Atualmente ainda existem casas de prostituição nesses bairros, mas sem a centralidade, a expressividade e o glamour que já exerceram noutros tempos, quando foi associada a boemia e a cultura popular.

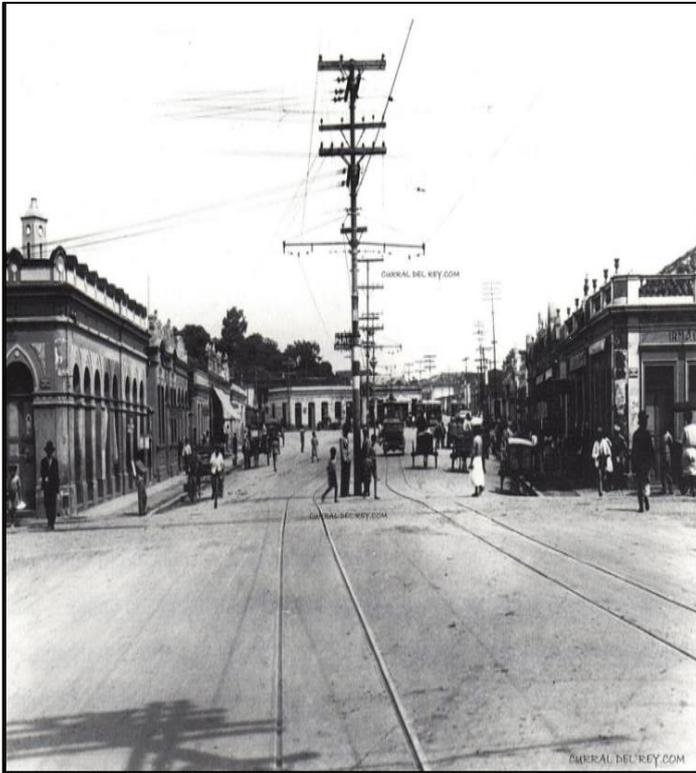
Pode-se pensar então que a prostituição dá início a um movimento de flagelação comunitária (primeiros sinais de desordem de acordo com a teoria das janelas quebradas, e perda de coesão social, outro elemento da teoria da eficácia coletiva) a Lagoinha. Ainda segundo Bernandes e Borsagli (2014), por ser o reduto da boemia e do meretrício, o bairro, na segunda metade do século XX, passou a ser visto como um entrave não só no desenvolvimento residencial, comercial, econômico, além da rede viária, como também em relação a moral e os bons costumes da época, apesar de ser frequentado por pessoas pertencentes a todas as camadas sociais de Belo Horizonte.

Assim, o período áureo de boemia da região do bairro Lagoinha teve seu auge durante as décadas de 1950 e 1960, já a partir dos anos de 1970 inicia-se um processo de decadência, que tem em 1981 sua acentuação, marcada pela demolição da Praça Vaz de Melo, assim como outras intervenções urbanísticas no bairro. Carneiro (2001) afirma que desde os anos de 1960, já se ouvia dizer, com saudosismo, que a Lagoinha não era a mesma e já havia também uma aura romântica que envolvia o passado do bairro.

O bairro em questão teve ambiências interioranas até a década de 1980, segundo Lemos (1996), o seu quadro urbanístico, apresentava uma realidade diferente da que apresenta atualmente. Na região pericentral houve uma tendência de intensificação da verticalização, contudo o bairro Lagoinha não seguiu essa tendência, que vem perdendo população e acontece a ausência de renovação; realidade que impulsiona a um Lagoinha decadente, com edificações descaracterizadas e com uma paisagem fragmentada devido as intervenções urbanas. Dessa forma, as características estruturais desse lugar e o comportamento desviante tornaram-se elementos constituintes de um ambiente “socialmente desorganizado”. Nesse sentido, um ambiente de desorganização social em uma dada comunidade ou vizinhança, impede o estabelecimento ou a manutenção de consenso interno relativo a valores, normas e regras formais entre seus membros. Ainda

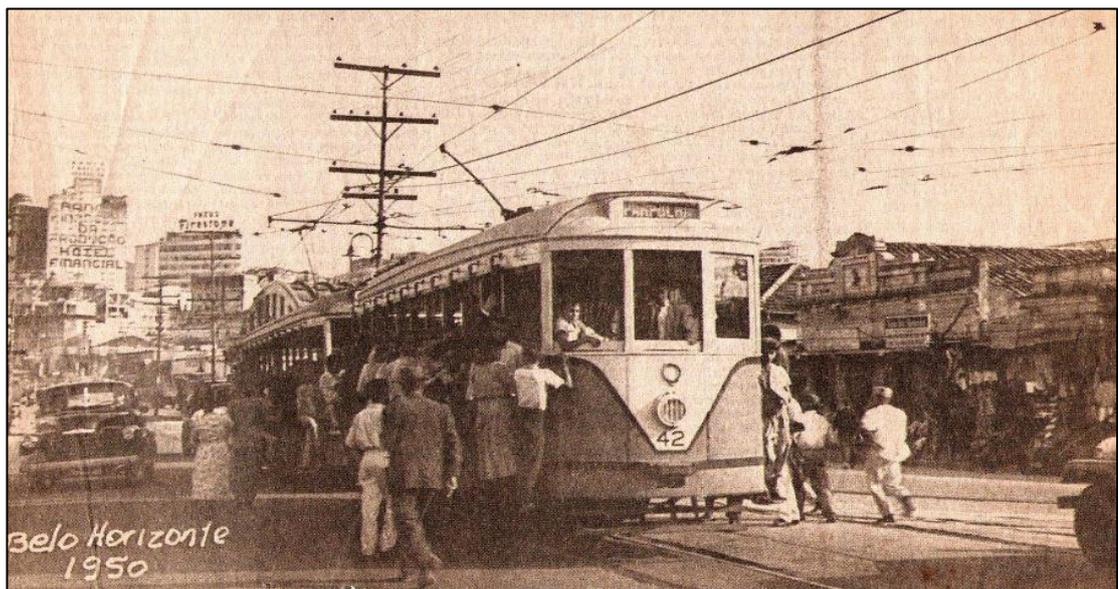
para Lemos (1996), “o Lagoinha já nos anos oitenta não é mais a mesma, as pedras soterradas no lugar foram e ainda estão sendo retiradas uma a uma.” (LEMOS, 1996, p. 136).

IMAGEM 4 e 5 - Praça Vaz de Melo no ano de 1930 - Coração da boemia



Fonte: Site CurralDelRey.com

IMAGEM 6 - Praça Vaz de Melo no ano de 1950. Bonde em direção a Pampulha



Fonte: Arquivo Público Mineiro

3.2 Sobre o espaço liminar

Partindo das discussões sobre o conceito de “lugar” como uma dimensão determinante do desvio, a análise sobre o bairro da Lagoinha segue. Considera-se que as cidades são lugares de liminaridade, com estruturas formadas por grandes forças em complexa interação com os espaços locais, espaço onde se tem a confirmação da diferença, da liberdade e da expressão de um menor controle social. Nessa perspectiva, determinados espaços, dentro do espaço urbano, são espaços privilegiados de liminaridade, onde acontecem as relações entre centralidade e marginalidade, das práticas e da criação cultural, da definição dos espaços sociais, culturais e físicos; tanto dos que são hegemônicos e legitimados através do poder simbólico como também dos espaços de exclusão. Em contraponto com a teoria da ecologia social, esses espaços liminares são aqueles entendidos como zonas morais ou áreas naturais, aquelas áreas da cidade que são adequadas para certas funções, melhor do que qualquer outras e estão sempre em um estado de fluxo, através de diferentes estágios de desenvolvimento, onde os indivíduos tendem a segregar-se, não apenas segundo seus interesses, mas ainda segundo seus gostos e temperamentos

O bairro da Lagoinha é entendido aqui nessa perspectiva, em sua condição de liminaridade. Para o antropólogo Vitor Turner os atributos de liminaridade são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição faz com que se furtem ou escapem “à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural”. (TURNER, 1969, p. 117). O conceito sugere a ideia de transição, de um intervalo entre o encerramento de uma situação e o início de outra. Trata-se de uma condição transitória na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente. Sartin (2013) explica que a liminaridade é uma forma expressiva que os atos culturais assumem, possibilitando a criatividade e a transformação, pois pode-se induzir o estranho a se tornar familiar e o contrário também, demonstrando o funcionamento das normas sociais. E são nas margens então que a norma é ilustrada, visibilizada, além de ser onde os hábitos são esclarecidos e o inconsciente é posto em questão.

A condição de liminaridade do bairro da Lagoinha sempre esteve presente em sua história. Para Machado e Pereira (1997) constata-se a existência de um bairro com

características peculiares, para a autora: “Suas contradições se configuram interna e externamente ao bairro, ou seja, nas relações bairro/cidade. E podem ser percebidas por parte de seus moradores, dos habitantes da cidade como um todo, de estudiosos e jornalistas.” (MACHADO e PEREIRA, 1997, p. 41). As pesquisas sobre a história do bairro mostram a coexistência de várias características diferentes, seja o Lagoinha da boemia, da vida bucólica, das atividades religiosas, dos antiquários, dos ambulantes, entre outras. Assim como outros bairros pericentrais da cidade, como por exemplo, a Floresta, Santa Tereza e Bonfim, o Lagoinha representou e ainda representa um importante papel na história da cidade de Belo Horizonte, pois também possui uma cultura própria, um modo de vida peculiar, uma tradição cultural que faz parte do imaginário da cidade.

De acordo com Carneiro (2001) foi na Lagoinha que se desenvolveu o contraponto da cidade planejada, pois o que era proibido na Belo Horizonte oficial, tornava-se permitido no bairro em questão, onde não havia traçado oficial, as construções nasciam espontaneamente e as ruas seguiam a topografia do lugar. Para o autor:

“Na Lagoinha extramuros da cidade oficial, enfatizava-se a liberdade e a espontaneidade no ordenamento proposto, a liberdade de ocupação, um ordenamento dissimulado e não reconhecido oficialmente. O espaço, permitia expressar diversas formas de convívio social, longe dos olhos controladores do poder público. Nele conviviam os operários, os pequenos comerciantes, os artesãos, os imigrantes, os migrantes do interior em busca de novas oportunidades de trabalho, as "mulheres de vida fácil", os boêmios, os poetas, os músicos e até mesmo as associações religiosas.” (CARNEIRO, 2001, pp 45.)

O ecletismo social espontâneo da Lagoinha era seu diferencial, contrário ao ecletismo arquitetônico da cidade oficial. No lugar da boemia conviveu também a religiosidade. As ruas ganhavam usos específicos, conforme sua finalidade, por exemplo as ruas Bonfim e Mauá, lugares de boemia; a religiosidade se manifestou intensamente em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Rua Além Paraíba, havia também a rua Itapecerica, do centro comercial, dos antiquários, das famílias e a rua Diamantina para dos mais ricos, que preferiam frequentar as igrejas, o comércio e os clubes do Bairro da Floresta (CARNEIRO, 2001).

Esse entendimento vai ao encontro a ideia de Arantes (2000), na qual os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano, no qual constroem coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, ordenam as categorias e os grupos sociais nas suas mútuas relações. Assim as ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações

compartilhadas, compondo lugares sociais que se sobrepõem e entrecruzam-se de um modo complexo, formam zonas simbólicas de transição, onde os sujeitos e os cenários da sua interação desenvolvem atributos liminares. O autor entende esses territórios zonas de contato, onde se entrecruzam moralidades contraditórias, exatamente como o cenário do Lagoinha, um paradoxo urbano (BERNADES e BORSAGLI, 2014), em que fé, tradições típicas das famílias mineiras contrastavam com a boemia que sempre foi associada ao bairro.

Ao mesmo tempo, essa liberdade do bairro Lagoinha se caracteriza e tem como resultado formas urbanas e organização social fruto do processo de sucessão, invasão, dominação e ocupação; conceitos adaptados da ecologia pelas correntes teóricas oriundas da Escola de Chicago, a Ecologia Humana. A cidade seria um superorganismo, onde a perspectiva de vida coletiva é assumida como um processo concreto de relação entre meio-ambiente, população e organização, sendo que sua expansão gera áreas marcadas por aspectos particulares a cada uma delas, que sofrem influência da ação desses fatores de invasão, dominação e sucessão, utilizados para explicar a dinâmica urbana.

A tradição consolida-se na organização da vida cotidiana, estabelece regras e códigos formais ou informais de convivência. Assim, a dimensão de liminaridade do bairro se mostra de forma recorrente em sua constituição. A vida no Lagoinha é representada pelo ritmo dos movimentos dos moradores antigos que circulam pelo bairro e de suas histórias, das pessoas que trabalham ali, dos transeuntes que vão para o centro, o mercado, a arquitetura, o frenesi da vida urbana tudo isso compõe a vida local. O bairro torna-se um filtro da memória da cidade, seus cenários podem ser adotados como uma lente ótica através da qual poderão ser captados fragmentos de imagens belo-horizontinas. (LEMOS, 1996)

Pode-se afirmar então que a mística do Bairro Lagoinha tem como alicerce sua pluralidade, um cenário rico e variado de tipos sociais, sendo, ao mesmo tempo muito diferente do centro da cidade. Para Carneiro (2001) essas características originais da Lagoinha tornaram o bairro conhecido em toda a Belo Horizonte e contribuíram, talvez, para uma visão utópica do bairro, que sobrevive de certa forma até os dias atuais. Tal autor afirma ainda que foi formada sobre o bairro, uma visão romantizada desse passado glorioso que muitos lamentam ter sido destruído e alguns pensaram em trazer de volta.

A noite e o dia, o conservadorismo religioso e a boemia laica, os permanentes e os temporários, todos os enfrentamentos que fizeram e ainda se fazem presentes no

cotidiano do bairro, compõem a identidade local e situam o bairro Lagoinha neste espaço liminar. Nas suas passagens, múltiplas fronteiras separam as épocas, os grupos e as práticas e o que prevalece são as trocas entre memórias diversas, relacionadas a diferentes tempos. Como descreve Lemos (1996, p. 136), observando os cenários do bairro, “encontra-se uma polifonia, em que convivem ‘velhas pedras’, renovadas ou não, e espaços refigurados, ligados às novas apropriações”. As características ambíguas do local em questão se mostraram como o ponto inicial da análise de tal espaço urbano.

3.3 As intervenções urbanísticas no bairro Lagoinha

Nessa parte do trabalho, temos como objetivo realizar uma análise sobre as principais alterações urbanas que aconteceram no território do bairro da Lagoinha ao longo de sua existência; consequência das constantes ampliações viárias realizadas que levaram a impactos sociais, econômicos, ambientais e históricos. Isso se justifica pelo fato de que perceber essas modificações, implica em compreender a dinâmica do bairro como um “organismo vivo” que vai se adaptando, modificando, e alterando suas características por meio de um processo onde estrutura física e organização social se relacionam mutuamente. E, portanto, a “fotografia” que se tem de um dado momento é o resultado desse processo em que indivíduos e ambiente agem de maneira quase dialética.

Assim, o bairro estudado, devido a sua área de localização, sempre sofreu com os impactos da expansão do centro da capital Belo Horizonte e a partir dos anos de 1930 teve grandes interferências em sua extensão, principalmente com as intervenções viárias, que acabaram por desfigurar o seu patrimônio. De acordo com Carneiro (2001) já na segunda metade da década de 1920, foi concebido o projeto de canalização do primeiro trecho do córrego Lagoinha (da Rua Formiga ao Arrudas) e a implantação de uma avenida sanitária ao longo dele. Esse projeto só foi realizado na administração do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935-1938) e contribuiu para reforçar o papel de entroncamento viário da Lagoinha.

Desde a década de 1940 a Lagoinha teve várias áreas demolidas. De acordo com Moraes e Goulart (2002) as grandes transformações foram iniciadas com a abertura de duas vias de função estrutural para a cidade, que são as avenidas Dom Pedro II e a Presidente Antônio Carlos, assim como a implantação de um bairro popular nas suas proximidades, o Conjunto Habitacional IAPI. A Avenida da Pampulha, atual Avenida

Presidente Antônio Carlos, se configurou como um dos principais corredores de acesso para região norte da cidade, ligando o centro da cidade a Pampulha e ao distrito de Venda Nova. A partir da construção desta avenida a Lagoinha foi dividida, e surgiram novos tipos de uso no lugar, próprios de áreas de passagem e de muito tráfego. Como via arterial, a Avenida Antônio Carlos induz um comércio de maior porte, enquanto, na sua porção leste, a partir da Rua Diamantina, permanece uma ocupação predominantemente residencial, bastante semelhante à dos bairros vizinhos, Colégio Batista e Floresta, essencialmente ocupados por uma população de classe média, que contrastava com a da área à esquerda da avenida, em usos e atividades.

Segundo Carneiro (2001) o plano de “Modernização urbana” na administração do prefeito Juscelino Kubitschek (1940-1945), fez com que a Prefeitura de Belo Horizonte, iniciasse grandes intervenções no Lagoinha, para modernizar suas condições de infraestrutura, mas pensando na expansão do vetor norte da cidade. Nessa mesma década, bairros Bonfim e Cachoeirinha, até então identificados como Lagoinha, passaram a ter identidade própria, o que reduziu significativamente a área física do bairro. Além do tradicional conjunto Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), composto por nove edifícios residenciais, ruas internas, praça, jardim e área de lazer; foi implantado no Lagoinha, o Hospital Municipal Odilon Behrens e o Mercado Municipal da Lagoinha, que aumentaram a importância do trecho inicial da avenida, incrementando a constituição de um polo de atividades no entroncamento da Avenida Pampulha com a Rua Formiga.

Em 1949 foi construída a feira dos produtores na Lagoinha, na Avenida Dom Pedro II, que tinha uma função social e era local de encontro da população, mas que foi transferida para o bairro Cidade Nova para dar início à construção do metrô. Houveram várias desapropriações de terrenos lindeiros a praça Vaz de Melo. Esse era um momento em que o bairro exercia o papel de subcentro, fortalecido como corredor de passagem para bairros distantes, gerando uma região comercial que se dividia em direção Aos bairros Santo André, Bonfim, Cachoeirinha, São João Batista, Conjunto IAPI e Caiçara.

Ainda nessa época, o processo de metropolização de Belo Horizonte atingiu diretamente a região do bairro Lagoinha, com relação ao tráfego de veículos e pedestres. Segundo Bernandes e Borsagli (2014), tal problema era agravado pelo fato das duas linhas férreas que atendiam Belo Horizonte, a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e a Rede Mineira de Viação (RMV) atravessarem o bairro, causando acidentes semanais nas

passagens de nível e bloqueando o fluxo do trânsito na passagem das composições, na Praça Vaz de Melo e na Avenida do Contorno. Na primeira metade da década de 1960, os trilhos da RMV que atravessavam o bairro foram removidos e unificados com os trilhos da EFCB na Avenida do Contorno, suprimindo as perigosas passagens de nível da Praça Vaz de Melo e Rua Berilo. Tais obras marcariam o início das intervenções urbanas por parte do Poder Público que alterariam profundamente a fisionomia do bairro nos anos seguintes.

Nas décadas de 1950 e 1960, houve a implantação de atividades de maior porte no Bairro Lagoinha, como o Supermercado Popular Municipal - o chamado mercado popular da Lagoinha, a escola do SENAI, a FAFI-BH (atualmente UNI-BH) - e, mais adiante, o Hospital Belo Horizonte. A partir da década de 70, acentuam-se os problemas de congestionamento do trânsito e a constatação de que a Avenida Antônio Carlos já não atendia à demanda do fluxo intenso de tráfego. Novamente ganha peso a discussão quanto à necessidade de intervenção nessa avenida, buscando melhorar as condições de utilização desse corredor viário. Assim, marcante também foi a conclusão do Túnel Lagoinha-Concórdia, cujas obras, iniciadas em 1948, foram concluídas em 1971.

Já na década de 1980, o bairro foi palco da construção de viadutos, denominados “Complexo Viário da Lagoinha”, que gerou a retirada da feira dos produtores do bairro e várias demolições em sua área, como o cine Paissandu, a Feira de Amostras que deu lugar para construção da rodoviária, e a famosa praça Vaz de Melo, centro da boemia do bairro e também da cidade, que foi suprimida para dar lugar a um entroncamento de viadutos. Carneiro (2001) destaca o fato de que essas obras foram iniciadas em 1981 com a implosão de algumas quadras do bairro e ficaram paralisadas durante sete anos, o que acabou por contribuir com a degradação do bairro. Quando as obras foram retomadas, a Lagoinha mostrava sinais visíveis de uma perda de unidade, por uma indefinição do poder público em relação ao perfil do próprio bairro. Acontece assim, uma perda de identidade social e cultural por grande parte da população.

Em 1986 o trem metropolitano entrou em operação, com uma estação nos limites do bairro com o centro, contribuindo para a mudança da face sul da Lagoinha, que deixou de ser, aos poucos, parte do bairro para se integrar ao espaço da metrópole, tornando-se um ponto de articulação regional e metropolitano, uma área de distribuição de fluxos para as zonas norte, leste e oeste, além de um polo articulador de transportes, pela presença da

Rodoviária e da Estação do Metrô. A paisagem da região sofreu mudanças, com a utilização de viadutos e pistas de velocidade. Segundo Machado e Pereira:

Na década de 1980, com as obras de construção do complexo viário da Lagoinha, a região viria a sofrer certa descaracterização, representada pelo desaparecimento da Praça Vaz de Melo, o principal núcleo da boemia, que se retraiu desde então. O bairro foi uma área durante muito tempo abandonada pelo poder público, convivendo com a prolongada improvisação provocada pela paralisação das obras na Avenida Antônio Carlos que, executadas sem o devido cuidado, terminaram por desfigurar o seu patrimônio físico e cultural. (MACHADO E PEREIRA; 1997 p. 38)

Segundo Aguiar (2006) essa região perdeu população ao longo da década de 1970, mas o poder público acreditava em sua recuperação em virtude da grande concentração de investimentos públicos na construção do complexo viário. Contudo, acentuou-se o processo de descaracterização do bairro e sua organização social também foi se alterando. Machado e Pereira (1997, p. 38) afirmam que nesse processo “alguns setores da imprensa se encarregaram de anunciar o que chamavam de ‘a decadência da Lagoinha’, pois ‘A Lagoinha está morrendo, a Lagoinha é ‘um bairro fantasma’, ou ‘vamos salvar a Lagoinha’”.

A proximidade com a ferrovia, a existência do Ribeirão Arrudas, da Avenida do Contorno e posteriormente o Complexo viário, em substituição a chamada Praça Vaz de Melo, foram elementos fragmentadores do espaço e colocaram o bairro Lagoinha em posição de isolamento em comparação ao centro da cidade numa relação de proximidade e distância. Próximo do centro, mas ao mesmo tempo distante pela dificuldade de acesso. Tudo isso alterou a sociabilidade do local.

Visando aumentar a capacidade de escoamento de trânsito da Avenida Antônio Carlos, em 1996, foi realizada a complementação do Complexo Viário da Lagoinha e o alargamento do trecho inicial da avenida contíguo ao Complexo, o que melhorou as condições de circulação na chegada ao centro da cidade. Nessa década, a Lagoinha foi eleita para simbolizar o resgate da história de Belo Horizonte, através da implementação de um projeto de reabilitação urbana, devido as comemorações de seu centenário, onde algumas regiões foram escolhidas para receber intervenções.

A proposta inicial do “Projeto Lagoinha” objetivava uma “reabilitação integrada” para enfrentar os diferentes problemas da região de forma articulada e simultânea, levando em conta a “estrutura de sentimentos” do local (MACHADO e PEREIRA; 1997 p. 37). Com isso as ações seriam de vários tipos, desde intervenções

físicas a projetos culturais, com projetos de desenvolvimento urbano e social, buscando compatibilizar a preservação com o desenvolvimento econômico. Surgiu de uma perspectiva integradora que tinha como base o inventário do patrimônio urbano e cultural de Belo Horizonte que possibilitou identificar áreas de consolidação e renovação do bairro, levando em consideração a vocação econômica do bairro, na época, o comércio e serviço de autopeças, loja de móveis usados e antiquários.

Moraes e Goulart (2002), em uma avaliação dos impactos do Projeto Lagoinha, afirmam que este não alcançou as metas previstas e além dos impactos perversos gerados, levou ainda a descrença dos moradores do bairro com relação ao poder público municipal. A situação centenária de desarticulação nas intervenções no bairro, suas descontinuidades, inércia e morosidade na regulamentação de leis e o controle sobre o uso e ocupação do solo na região, segundo estes autores, teriam influenciado para que os objetivos previstos não fossem alcançados. O projeto aconteceu mais como um investimento em transformações viárias de escala metropolitana do que uma revitalização do bairro e que ainda culminou com a demolição de mais uma quadra inteira para a construção de um viaduto.

IMAGEM 7 - Praça do Peixe, 2010. IMAGEM 8 - Praça Vaz de Melo, 2017



Fonte: Fotografia da autora.

O projeto Lagoinha possibilitou uma intervenção na Praça do Peixe, em cujo entorno se localizavam e ainda se localizam as peixarias do bairro. Trata-se de um espaço planejado por arquitetos e paisagistas, ornamentado com três esculturas de peixes. Um

projeto até sofisticado, na sua intenção, pois de acordo com Carneiro (2001), entre as plantas escolhidas, encontram-se algumas com perfume, para disfarçar o odor característico de peixe. Houve também uma tentativa de resgatar um ponto importante para a história do bairro, a Praça Vaz de Melo. Assim, um espaço resultante da demolição de uma quadra do bairro foi realocado para que fosse construída uma “nova” praça. Trata-se de um grande espaço vago, sem bancos e equipamento que sugira o lazer ou a convivência, que influenciou na sociabilidade local, distanciando mais ainda do que o local foi no passado. Segundo Moraes e Goulart (2002, p. 61) “A nova praça, contudo, resgatou somente o nome, como uma referência nostálgica de um tempo que já passou”. Já para Carneiro (2001), a praça acaba reforçando o papel que a Lagoinha vem desempenhando, que é um espaço de passagem e conexão com outras regiões da cidade, nó viário e porta de entrada da cidade.

A região da Lagoinha passou ainda por intervenções ligadas a Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, onde foram realizadas intervenções em toda a cidade para a realização de tais eventos. O complexo da Lagoinha recebeu obras de reestruturação que construiu uma nova alça no viaduto que liga o bairro da Lagoinha ao Centro, entre outras relacionadas com a implantação do sistema de Transporte Rápido por Ônibus (BRT) na Avenida Antônio Carlos, o que acabou por somar mais uma barreira e gerar tanto o estrangulamento quanto o isolamento físico do bairro da Lagoinha. Maquiaveli (2015) afirma que a maioria das intervenções urbanas, sobretudo as de larga escala, que têm se multiplicado no entorno da Lagoinha, vem causando o estrangulamento do bairro e seu paulatino isolamento em relação à cidade, esvaziando as ruas adjacentes e promovendo a degradação de grande parte do bairro.

A estação de metrô localizada no bairro, de acordo com pesquisa realizada em 2011 pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU, 2014 apud MAQUIAVELI, 2015), está entre as quatro com maior número de usuários por dia, sendo que 8,4 % dos passageiros tiveram nela o seu ponto de origem ou destino. Cerca de 20 mil pessoas transitam diariamente por ali, entrecruzando-se, a despeito da proximidade geográfica, no único percurso de ligação para pedestres entre o centro da cidade e o bairro, que é a passarela suspensa que conecta o Terminal Rodoviário, a estação do metrô, com entrada pela Avenida do Contorno, e as imediações da Praça Vaz de Melo, ponto limítrofe entre as avenidas Nossa Senhora de Fátima e Pedro II.

Recentemente, em 2014 uma área do bairro Lagoinha foi cotada para sediar um Centro Administrativo Municipal, proposta que sugeria uma ocupação distinta das características da localidade. Inicialmente eram previstas a desapropriação de aproximadamente 20 terrenos no bairro, localizados nas ruas Além Paraíba e Bonfim, próximos à Avenida Antônio Carlos. O projeto não foi bem recebido pelos moradores e causou muitas polêmicas, pois se configurou em mais forma de fragmentação da malha urbana do bairro. O projeto foi cancelado e destinado para outro local. De acordo com o poder público¹¹, a mudança de planos ocorreu, pois, o terreno contrapôs a amplitude do projeto e suas consequências, como grande acréscimo de transeuntes e trabalhadores, veículos, demanda para transporte público, e modificação substancial da condição específica do local. Contudo, a mudança de planos se deu devido a questões políticas.

Por tudo isso que foi dito, entende-se que as políticas de "modernização" não levaram em consideração a existência de formas de organização social existentes na Lagoinha e consideram a região como degradada. As obras públicas que marcaram o início do processo de descaracterização do bairro, ocasionaram a desvalorização econômica e cultural, um esvaziamento do bairro devido às inúmeras desapropriações realizadas, além da degradação dos espaços públicos do entorno e a perda de importantes referenciais simbólicos que constituíam a identidade do bairro. Tudo isso contribui para uma reorganização social no local.

De acordo com Machado e Pereira (1997, p. 45) o Lagoinha, mesmo passando por tantos processos conflituosos, como por exemplo, as perdas territoriais, o desleixo com seu patrimônio e o aumento da violência, jamais se constituiu como um “bairro fantasma” ou esteve agonizante, como fizeram crer certos comentários sobre ela. Mas é inegável seu estado de deterioração.

¹¹ “Novo Centro Administrativo para Belo Horizonte”: <http://www.jornaldacidadebh.com.br/cadernos-tematicos/novo-centro-administrativo-para-belo-horizonte>

IMAGEM 9 - Construção do Complexo viário da Lagoinha em 1984



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

IMAGEM 10 - Complexo de viadutos do bairro Lagoinha (2016)



Fonte: Site da Prefeitura de Belo Horizonte

O mapa 3 mostra os principais eixos viários da Lagoinha que são a Rua Itapeçerica e a Rua do Bonfim que delimita o limite do bairro com o Bonfim, a avenida

Antônio Carlos que secciona o bairro, o Complexo de avenidas e viadutos que fica na fronteira com o centro da cidade. As demais vias são quase todas estreitas ou destinadas à circulação de pedestres, o que as torna inadequadas ao escoamento de grandes fluxos de veículos motorizados além de muitas que pelas intervenções urbanísticas deixaram ficaram sem saída, como a rua Jequeri. As vias são revestidas de pavimentação asfáltica ou paralelepípedos e não possuem ciclovias. Além do grande número de pedestres e transporte coletivo nas principais avenidas, são comuns congestionamentos de veículos.

MAPA 3- Bairro Lagoinha – detalhe ruas e avenidas



Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 O bairro da Lagoinha e o patrimônio cultural

A proteção do patrimônio cultural na cidade de Belo Horizonte, acontece através de ações políticas específicas e que diferem entre si de acordo com o objeto a ser

protegido. As regiões inseridas dentro do perímetro da Avenida do Contorno, que compõem a zona urbana da cidade de Belo Horizonte, seja pela sua visibilidade e por sua importância histórica, receberam ações de salvaguarda inicialmente. Contudo os bairros pericentrais, de caráter mais popular, apresentam forte interesse cultural e são aqueles que surgiram nas regiões denominadas, no projeto inicial da cidade planejada, como suburbanos ou colônias agrícolas. Essas áreas tiveram sua ocupação iniciada quase que concomitantemente com a zona urbana, caracterizando os modos de viver e a arquitetura dos primeiros anos da capital, o que faz com que sejam reconhecidos como bairros históricos tradicionais. De acordo com Andrade e Arroyo (2012) o desenvolvimento urbano dessas regiões deu-se relativamente à margem dos investimentos oficiais, os quais se concentravam no perímetro da zona urbana, e seu traçado não espelhava a quadrícula projetada pela equipe de Aarão Reis, mas sim uma lógica própria, derivada das demandas sociais por moradia, comércio, serviços, lazer e deslocamento. Além de preservarem características da ocupação inicial na arquitetura de suas casas e nos seus equipamentos urbanos, mantêm características de “vida de bairro” já extintas nos bairros mais centrais da cidade. Ou seja, apesar de todas as transformações ocorridas na cidade, ainda é possível encontrar nesses bairros exemplares das primeiras residências, descendentes de seus primeiros moradores, assim como núcleos comerciais, áreas públicas de encontro e de lazer que sustentam uma relação de vizinhança típica de bairros residenciais mais tradicionais. Nos bairros da região pericentral, as construções e a arquitetura, ainda que contemporâneas as da zona urbana, diferem significativamente quanto à forma. Mantêm de formas distintas, a condição de bairros residenciais ocupados originalmente por trabalhadores que não eram funcionários públicos do governo estadual transferidos para Nova capital de Minas Gerais, e ainda mantêm o modo de vida e paisagens urbanas mais horizontalizadas além do comércio prioritariamente local.

Os bairros pericentrais são agrupados e denominados assim por terem como características comuns a sua localização, que fica fora da zona urbana definida pelo projeto original de Belo Horizonte; sua antiguidade, pois são da época da construção da cidade; e sua conservação, pois ainda guardam muitas as características da ocupação inicial, seja na arquitetura ou nos modos de vida (ANDRADE e ARROYO, 2012). O uso do conceito pericentro, deve-se também pela necessidade de captar o sentido sociológico e geográfico dessa região, ou seja, a de um espaço ao mesmo tempo próximo mais distinto da zona central.

Contudo, essa paisagem urbana, que derivou de sua ocupação peculiar sofre, atualmente, um acelerado ritmo de modificação, tendo em vista o interesse do mercado imobiliário e mesmo dos novos projetos urbanísticos elaborados pelo poder público. As antigas edificações e o traçado tradicional vão, assim, gradualmente cedendo espaço para novas conformações. Com isso, houve o reconhecimento da importância histórica desses bairros pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) e pela legislação urbanística municipal em vigor desde 1996. Nesse ano, tiveram aprovação a Área de Diretrizes Especiais (ADE) do Bairro Santa Tereza e o Conjunto Urbano Bairro Floresta (ANDRADE e ARROYO, 2012). Para o Bairro Lagoinha também foi definida uma ADE, ainda não regulamentada. A proteção aos bairros situados fora da zona urbana encontra uma série de dificuldades, como o reconhecimento do patrimônio que acontece de forma difusa nesses locais, colocando novos desafios as concepções de patrimônios e as políticas de incentivo e compensatórias.

No bairro de Santa Tereza houve grande articulação da comunidade local na criação de um consenso em torno da ideia de preservação da ambiência do bairro como também para exercer maior pressão sobre a Câmara Municipal inclusive, para a criação de uma ADE para o bairro. A proteção do bairro se deu através de “manchas urbanas” sujeitas a restrições altimétricas, mas não incidiu sobre imóveis específicos. No bairro Floresta, não houve um processo radical de substituição nos seus imóveis tradicionais, a maioria deles permaneceu e muitos foram reformados mantendo as suas características originais. Passados os primeiros anos marcados por muitas reações aos tombamentos realizados, pode-se observar uma mudança por parte dos moradores na compreensão do que seja o reconhecimento de seus patrimônios residenciais. Se num primeiro momento o tombamento foi interpretado como uma imposição autoritária, depois passou a ser visto como um reconhecimento de um valor, também partilhado por seus moradores.

O Lagoinha e seu vizinho, o Bonfim, partilham de um reconhecimento tácito por parte da população, principalmente devido algumas das funções que desempenharam ao longo da história. O Bonfim do Cemitério e a Lagoinha da boemia, são as mais óbvias. Compartilham também, o fato de abrigarem, desde o início da cidade, uma população de origem operária assim como imigrantes italianos além de exibir características sociais e físicas que os colocam como referências culturais. Observa-se certo abandono em relação as renovações da paisagem, usos e principalmente na apropriação como referenciais

simbólicos para as novas gerações. Lagoinha e Bonfim tem uma imagem de decadência e de estagnação.

Assim, em relação às políticas de preservação do patrimônio, Santa Tereza e Floresta já foram alvo de políticas de preservação e compartilham de uma situação mais definida e formal, do ponto de vista das políticas públicas de proteção, já a Lagoinha e o Bonfim ainda precisam de políticas de proteção em caráter mais permanente. A manutenção de modos de vida urbanos em outros bairros residenciais mais tradicionais da cidade - Santa Tereza, Floresta e Bonfim - podem ajudar na compreensão do processo de formação do espaço degradado existente na Lagoinha.

O bairro da Lagoinha pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do solo¹² tem seu zoneamento definido como “Zona de Adensamento Restrito”¹³, ou seja, região com restrições para ocupação, que por infraestrutura inexistente ou deficiente ou por questões ligadas à articulação viária e das condições topográficas tem a ocupação desestimulada. Esta lei trata o bairro Lagoinha como área de importância cultural e econômica para a cidade, garantindo ao bairro proteção como patrimônio cultural, com a preservação de sua paisagem urbana (FREIRE, 2009).

Para a proteção do patrimônio foi criada uma Área de Diretrizes Especiais - ADE, que se constitui como instrumento de preservação de áreas referenciais para a população, que mereçam legislação específica. No caso do bairro Lagoinha, o objetivo seria, por exemplo, definir o perímetro de tombamento do conjunto urbano, indicação de subáreas para tratamento urbano diferenciado e requalificação dos imóveis degradados; como também a proposição de medidas de incentivo e/ou flexibilização de parâmetros urbanísticos que contribuam para requalificação urbana, entre outros¹⁴.

No entanto, a ADE Lagoinha ainda não foi regulamentada e não prevê nenhuma política de proteção para o bairro. O cenário que se apresenta atualmente demonstra que o local passa ainda por processos que continuam a alterar seu espaço físico e patrimonial sem preservá-lo. De acordo com Freire (2009) embora tenham existido algumas iniciativas, estas não supriram as carências do bairro e não deram conta do peso histórico

¹² O zoneamento referente ao bairro, descrito no Anexo II da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo é denominada ZAR- 2 – Zona de Adensamento Restrito. (BELO HORIZONTE, 1996, LEI 7.166cap. II, art.. 8º apud FREIRE, 2009)

¹³ A Zona de adensamento restrito tem como parâmetros urbanísticos o coeficiente de aproveitamento = 1, quota de terreno de 45 m² por unidade habitacional, taxa de permeabilização de 20%, altura máxima na divisa de 5m.

¹⁴ Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

que lhe é atribuído. Assim, o Lagoinha como um bairro tradicional e antigo que tem grande relevância cultural para a história e memória da cidade, é ainda um local onde as intervenções do poder público não corresponderam a sua importância. A falta de atuação mais direta das políticas públicas enfraqueceu o reconhecimento dessas ações por parte dos moradores e ao mesmo tempo a própria imagem do bairro como patrimônio cultural para a comunidade local. Embora seja um bairro tradicional é também próximo do centro e tem uma peculiaridade que é a moradia de menor custo e a oferta de imóveis para alugar o que favorece a rotatividade de pessoas no bairro (ANDRADE e ARROYO, 2012).

De acordo com Teixeira (2010) vários imóveis da região da rua Itapecerica e Além Paraíba merecem preservação cultural, por se tratarem de exemplares arquitetônicos singulares, que retratam a criação de uma paisagem essencialmente popular construída ao longo dos mais de um século de existência. Alguns apresentam tipologias do início do século XX ainda inspiradas nos sobrados oitocentistas; muitos exemplares ecléticos ainda trazem, meio mutilados, singelos e lúdicos ornatos e tipos variados de esquadrias e coroamentos de platibandas. Outros estão implantados no nível da rua ou recuados com jardins frontais nos aclives.

Gonçalves (1988) ao discorrer sobre a importância da proteção do patrimônio cultural, afirma que os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar "ressonância" junto a seu público. O conceito de ressonância para o autor se refere ao "poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante." (GONÇALVES, 1988, p.19) A precariedade da conservação do patrimônio impede que mais indivíduos tomem consciência de sua importância. Para que o patrimônio seja protegido torna-se necessário então, que os indivíduos se mobilizem em prol de sua proteção.

A preservação do patrimônio localizado nos bairros antigos da cidade contribui para a preservação de um modo de vida e de relações de vizinhança que podemos chamar de "tradicionais", em contraposição ao modo de vida mais reservado e moderno que se desenvolveu nos bairros mais novos (SIMMEL, 1979). Segundo Maquiaveli (2015) ao andarmos pelas ruas da Lagoinha, a sensação é de que não cabemos mais nelas. Com isso, a falta de regulamentação ou do cumprimento das leis de proteção ao bairro, o cenário que se tem no local, reforça a desorganização social do lugar, invés de assegurar exatamente o contrário.

3.5 Horizontes do crack. A chegada de uma nova droga na capital mineira

O famoso Bairro da Lagoinha que nasceu junto a construção da capital passou por diferentes processos sociais durante sua história. De tradição a sucataria, da boemia ao esvaziamento, de lugar histórico ao esquecimento. A história atual remete a traços ligados a drogadição e desorganização. Segundo Saporì, Sena e Silva (2010) o tráfico de drogas na capital mineira era composto até por volta do ano de 1995 pela venda de maconha e cocaína, e a partir desse ano, em que data a entrada do crack na cidade, ocorre uma alteração nesse mercado. O crack que chega a Belo Horizonte era vindo de São Paulo e começou a ser comercializado pela quadrilha chefiada pela família Peixoto na Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela da cidade. Com o tempo, o processo de produção e venda da droga passou a ser localizado no próprio estado e o mercado consumidor se propagou para outras localidades. Estes pesquisadores apontam um fenômeno muito peculiar na capital e relacionam o processo de entrada e disseminação do comércio e uso do crack em Belo Horizonte com o recrudescimento dos homicídios em Belo Horizonte, particularmente no período de 1997 a 2004, momento em que se deu a consolidação do tráfico do crack na cidade.

Usando uma outra abordagem sobre a temática, Beato et al. (2001) ao analisarem a existência de conglomerados de homicídios e tráfico de drogas na cidade de Belo Horizonte, contribuem para o entendimento do que aconteceu em áreas da cidade, inclusive na região da Lagoinha, não foi aleatório. A Pedreira Prado Lopes já tinha um cenário de alta incidência de criminalidade, com uma rede de tráfico de drogas bem organizada, com possibilidades de expansão, o que favoreceu a entrada dessa ‘nova pedra’ no caminho. Os autores indicam um conglomerado composto pelos bairros Lagoinha, São Cristóvão, Centro, Pedreira Prado Lopes, Concórdia, Floresta, Bonfim e o Colégio Batista, que apresentaram uma taxa anual alta de homicídios, contando com 22,6 casos por 100 mil habitantes. Os dados sugerem que os conglomerados estão relacionados a bairros e favelas em que parece prevalecer o tráfico de drogas, principalmente naquelas em que o vilão é o crack.

De acordo com Beato et al. (2001), existem muitas possibilidades para associação de crime e drogas, podendo ser devido aos efeitos das substâncias tóxicas no comportamento individual, por exemplo, quando os usuários esgotam seus recursos legais

para o consumo da droga e recorrem ao crime para levantar recursos; ou ainda, por se tratar de um comércio ilegal, gerador de violência entre traficantes, corrupção de representantes do sistema da justiça criminal e ações criminosas de indivíduos em busca de recursos para a manutenção do vício. Ainda de acordo com esses autores, os homicídios e outros crimes, relacionados às drogas, ocorrem com maior intensidade em certas regiões da cidade e suas vizinhanças, onde existe o tráfico ilegal de drogas. Ainda deve-se lembrar que a relação entre uso de crack e mortalidade não é direta, mesmo que seja inegável o grande índice de mortalidade entre usuários, os óbitos tem relação com elementos de tráfico, disputa entre pontos de venda/uso ou enfrentamentos com a polícia do que propriamente pelo dano causado diretamente pela droga em si.

As análises de Beato et al. (2001) e Sapori, Sena e Silva (2010) corroboram para a conexão entre o tráfico de drogas, em especial o crack e o recrudescimento de homicídios, sendo esses fenômenos sociais espacialmente e temporalmente concentrados, pois não acontecem homoganeamente em toda a cidade. As regiões onde há grande consumo dessa droga costumam apresentar índices mais altos de violência e crimes em geral. Esse fato se mostra de grande relevância para esse estudo, pois ajuda a entender o fato da cracolândia se localizar na região da Lagoinha, pois entende-se que o espaço já tinha características peculiares para a conformação de tal realidade. Chamo atenção para a possibilidade de análise da emergência desse tipo de fenômeno social, com base nas questões teóricas da ecologia humana e desorganização social.

Dessa maneira, como o crack começou a ser comercializado na Pedreira Prado Lopes, limítrofe com o bairro da Lagoinha, pela proximidade das “bocas de fumo”, e assim o bairro passou a compor um local de aglomeração dos usuários de crack, sendo que este novo uso do espaço influenciou em uma mudança nas sociabilidades no local. O argumento é que bairro recebe a cracolândia pois tinha as condições “ideais” para tal, contando com alto grau de desorganização social.

As pesquisas apontam um aumento da criminalidade nesta região durante este período e tem a disseminação do tráfico de crack como fator determinante para tal cenário. O Consultório de Rua, programa da Prefeitura de Belo Horizonte para recuperar dependentes, segundo dados de 2012, tinham atendido na região Noroeste da capital, onde se localizam o Complexo da Lagoinha e a Pedreira Prado Lopes, cerca de 3.960 pessoas

em 15 meses¹⁵, o que indica o grande número de pessoas que estavam em situação de uso de drogas nessa região da cidade.

O cenário em que o bairro se encontra nos últimos anos leva ao seu reconhecimento como cracolândia. Um dos primeiros lugares utilizados como ponto de consumo e tráfico de crack da cidade de Belo Horizonte, que se estende desde o Complexo de viadutos até a Pedreira Prado Lopes, passando pelas beiradas da Avenida Antônio Carlos, desde a estação de metrô Lagoinha até proximidades do Hospital Belo Horizonte, com grande concentração atual nas proximidades do Conjunto IAPI. Em outros tempos a tensão e os conflitos no lugar giravam em torno da prostituição e da boemia, atualmente esses mesmos conflitos deixaram de existir. Surgiram outras mais complexas: a violência e os problemas relacionados ao consumo e tráfico de drogas.

O enquadramento de notícias publicadas nos jornais mineiros em que destacam a o crack como principal problema da região, são indicativos da realidade do bairro da Lagoinha na atualidade.

Crack no caminho da avenida. Escombros nos canteiros de obras da Antônio Carlos se transformam numa nova cracolândia. (Hoje em Dia, 4 set. 2009).

Cracking BH – principais pontos do tráfico de crack na Lagoinha. O tráfico de crack e suas implicações na comunidade. O crack está tomando conta da região da Lagoinha em Belo Horizonte. (Jornalismo Online UniBh, 20 set. 2010)

Lagoinha: um bairro tomado pelo Crack. Não existe hora ou lugar para o consumo e a venda da pedra e a presença tímida da polícia parece não intimidar os viciados. (Jornal da Alterosa, 20 set. 2011)

Crack se espalha por BH em novos endereços. Ações policiais e sociais reduzem o movimento no entorno do IAPI, mas viciados migram para outros viadutos e ruas da Região Noroeste e do Centro de BH. Viaduto do congo: na Avenida Antônio Carlos, pelo menos 30 viciados utilizavam o “abrigo” para acender cachimbos. Metrô Lagoinha: Debaxo da marquise de concreto, que deveria fornecer sombra aos usuários do Restaurante Popular I, cinco usuários de crack estão acampados na Avenida do Contorno. (Portal Uai, 02 de abril de 2012)

Moradores da Lagoinha e Conjunto IAPI pedem soluções para criminalidade na região. Número de moradores de rua e usuários de drogas é crescente. (..) a região sempre conviveu com moradores de rua, mas atualmente o uso do crack e o porte de armas brancas os tornaram mais perigosos e ameaçadores. (Site Câmara Municipal de Belo Horizonte, 07 de novembro de 2013)

País tem 1,3 milhão de viciados em crack. Esse número pode ser ainda maior se contarmos quem está nas ruas, em cracolândias, como no entorno do Conjunto IAPI, na região da Lagoinha, em Belo Horizonte. As políticas públicas para ajudar os usuários a largar a pedra são tímidas, insuficientes, esbarram em obstáculos da lei e na falta de vontade dos viciados. (Jornal da Alterosa, em 21 de maio de 2014).

¹⁵ Dados divulgados no Portal Band, em 20/09/2012.

Viciado em crack vaga há quatro anos pelo Bairro Lagoinha, em BH. Na Pedreira Prado Lopes, pedras de crack são vendidas a R\$ 10. A proximidade com o tráfico fez do entorno do aglomerado o maior ponto de consumo em Belo Horizonte. Ao cair da noite, homens e mulheres, cachimbo na mão, descem do morro para o lugar que se convencionou chamar de cracolândia. (Portal UAI, 12 de agosto de 2015)

Cracolândia aumenta sensação de insegurança no Bairro Lagoinha. Que quem mora, estuda ou trabalha nas imediações do hospital Odilon Behrens, no Bairro Lagoinha, Região Noroeste de BH, não esconde o medo e a aflição em ter que passar próximo ao local conhecido como "cracolândia da Lagoinha". A sensação da população é que aumenta a cada dia o número de usuários de drogas na região. O constrangimento em ver 'verdadeiros zumbis' andando pelas ruas e os constantes assaltos são as principais reclamações. (Jornal Itatiaia, em 28 de setembro de 2015)

Programas públicos não conseguem conter expansão do consumo de crack em BH. Câmera em ônibus vai monitorar pontos de uso de drogas. Ônibus caracterizados e com videomonitoramento são a aposta da Polícia Militar no combate ao uso de drogas no São Cristóvão e Lagoinha, Noroeste de BH, e no Santa Mônica, em Venda Nova. (Hoje em dia, em 25 de Janeiro de 2016)

Olho Vivo, polícia e profissionais da saúde não inibem ações na antiga cracolândia de BH. (...) faz parte do cotidiano de comerciantes e moradores da região, que até hoje ainda é conhecida como a cracolândia de Belo Horizonte. Por lá, um sem número de pessoas vagam pelas ruas e, sem o menor constrangimento, acendem cachimbos para fumar pedras de crack. (Hoje em dia, em 24 de Maio de 2017)

Os trabalhos de campo realizados no Bairro da Lagoinha tem tido como objetivo a apreensão da realidade do lugar a partir das representações populares do local, como um bairro histórico, detentor de patrimônio cultural importante para a memória da cidade e também da sua atual condição, de ter se tornado uma Cracolândia. Com todas essas características, esta região se configura como um desafio para autoridades de saúde e segurança pública.

A constituição de um espaço decadente mostrou-se em plenitude na Lagoinha, pois o local vivencia atualmente a degradação social, processo construído socialmente, influenciado pelas configurações da comunidade, da cidade e das políticas urbanas inadequadas ou insuficientes. A Lagoinha apesar de suas características marcantes, vivencia um processo que requer cuidados.

IMAGEM 11 – Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha



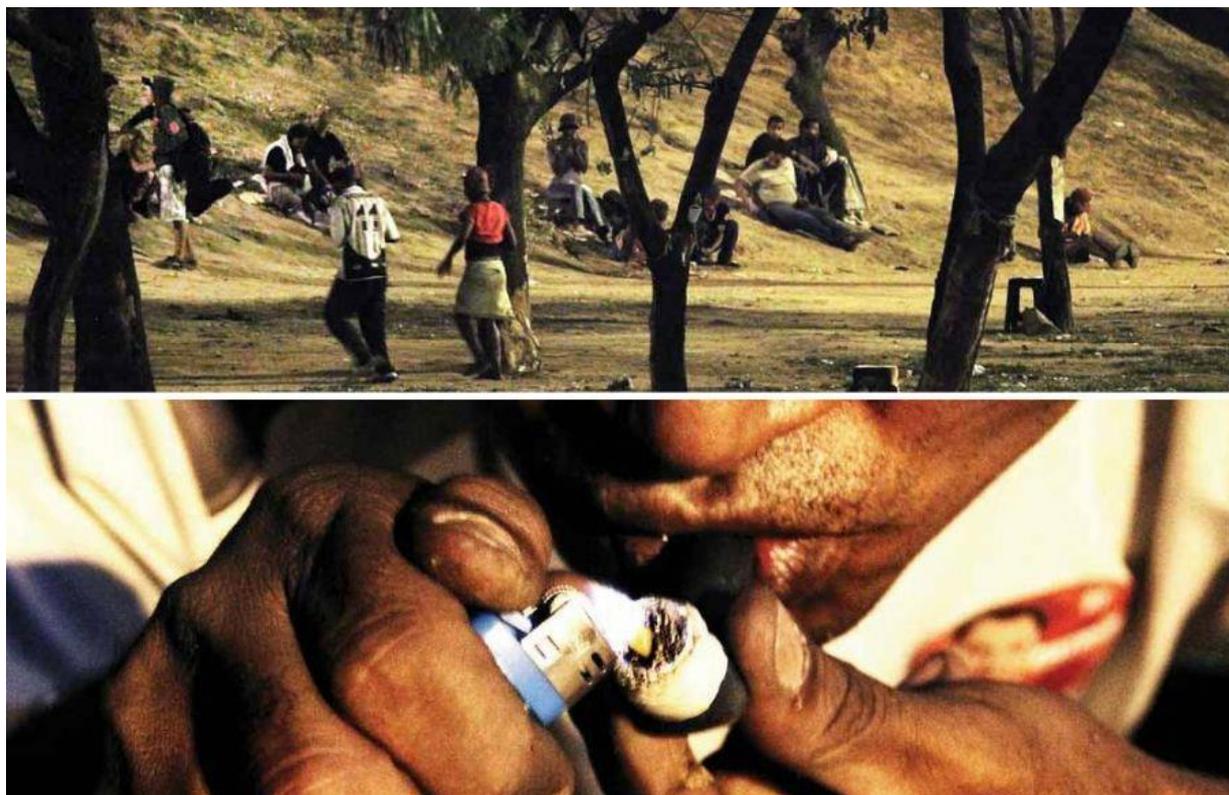
FONTE: Portal Uai, 02 de abril de 2012

IMAGEM 12 e 13 – Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha



FONTE: Hoje em dia, 24 de maio de 2017

IMAGEM 14 – Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha



FONTE: Portal Band, 20 de setembro de 2012.

IMAGEM 15 – Cenas de uso de crack no bairro Lagoinha



FONTE: Portal Band, 20 de setembro de 2012.

3.6 Cenas urbanas – O bairro Lagoinha na atualidade

Passemos agora para a caracterização atual do Lagoinha, realizada a partir das observações e vivências fruto dos trabalhos de campo realizados no local, que nos ajudará a entender o estigma de cracolândia que o bairro recebeu. Remontando tal cenário urbano, podemos perceber a existência de elementos de uma região caracterizada por certo grau de desorganização social, potencializada pela proximidade com a Pedreira Prado Lopes. Essa peculiaridade de estar próximo a um dos maiores aglomerados da cidade de Belo Horizonte, ajuda a entender sua consolidação como cracolândia.

Com base em dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, o bairro da Lagoinha contava com 3.810 moradores e 2.397 domicílios particulares, compondo um bairro de médio porte se relacionado a outros da cidade. O bairro contava com 1.120 domicílios particulares permanentes do tipo casa, e quase o mesmo número de apartamentos, 1.144, o que demonstra que a presença de casas é bastante significativa no bairro. Nota-se no bairro um número crescente de imóveis alugados, de acordo com relatos dos moradores, segundo os dados do censo, o bairro contava com 37% de seus domicílios ocupados por locação.

Quanto ao número de moradores dos domicílios particulares permanentes, o Lagoinha apresentou com apenas um morador 20% dos domicílios, com dois moradores 26% dos domicílios, com três moradores cerca de 22% dos domicílios, outros 19% apresentam média de quatro moradores e com 5 moradores ou mais, são quase 15% dos domicílios. Essas percentagens são muito parecidas, assim o bairro apresenta tanto residências de solteiros como de famílias numerosas. O número de domicílios sem moradores do sexo masculino, é de 20% e sem moradores do sexo feminino é de 13%. A maior proximidade do centro e a presença de tráfico e consumo de drogas podem ser considerados fatores inibidores para as moradias exclusivamente femininas.

O nível educacional dos responsáveis pelos domicílios do bairro tem média de 9,8 anos de estudo, sendo que o tipo de curso mais elevado apontado foi o do ensino médio, 28%; seguido pelo curso superior, 26%; e primário, 18%. Sem estudo ou com menos de um ano de instrução, foram quase 2%. Com relação ao seu rendimento mensal ainda dos responsáveis por domicílios particulares permanentes do bairro da Lagoinha, contam com até 5 salários mínimos, cerca de 42%; de 5 a 10 salários mínimos são 29%; de 10 a 15 salários mínimos o percentual é de 10%; com mais de 20 salários mínimos

foram encontrados 7%, enquanto que sem rendimento nominal mensal foram encontrados quase 5% dos chefes de família. Quanto a presença de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, esses serviços estão presentes no bairro em todo seu território.

Contudo, o bairro Lagoinha apresenta-se como um ambiente degradado. Carneiro (2009) afirma que a desordem física, como a presença de lixo nas ruas, prédios abandonados, pichações, carros abandonados, e social, como a venda de produtos ilegais, consumo de drogas, prostituição, ocupação ilegal de áreas públicas e outros, compõem um tema de estudo relevante, pois gera impactos negativos para a cidade além de se constituir como um problema para seus habitantes e para o poder público. A existência de desordem física e social nas cidades ocasiona situações negativas, por exemplo, o retraimento da atratividade turística, o abandono dos espaços públicos e a desvalorização imobiliária.

Contornado pela movimentada rua Itapecerica, o histórico bairro exhibe claros sinais de degradação oriundas do tempo, descaso e proximidade com uma via de grande porte. Os imóveis dessa borda apresentam paredes descascadas, pichadas, com cartazes e lambe-lambes promocionais e frequentes marcas de fogo, oriundas das fogueiras confeccionadas pelos moradores de rua e usuários de drogas durante a noite. A grande maioria dos imóveis dessa região destinam-se ao uso comercial, com raras exceções para o uso misto, em que antigos sobrados ainda abrigam moradores nos andares superiores. Muitas construções aparentam claro estado de vacância. Algumas totalmente abandonadas, mal mantêm as paredes erguidas, os tetos há muito não existem e seus interiores estão demolidos.

Chegando ao bairro pela estação do metrô, avista-se ainda mendigos, catadores de papel e usuários de drogas perambulando, debaixo dos viadutos, em meio ao lixo e casas improvisadas. Seus barracos improvisados, roupas, cobertores, alguns cercam provisoriamente os cantos com lonas, papelões, tecidos, formando lugares de privacidade. Nas calçadas que mediam as construções fronteiriças do bairro com a avenida Além Paraíba, pedestres andam apressados, alguns vendedores ambulantes rodam próximos aos pontos de ônibus e usuários de drogas se encontram nos nichos formados entre portas e calçadas. O sol incide sobre os viadutos e passarelas e, sob elas, são formadas sombras onde pequenos grupos de moradores de ruas repousam. Essas cenas foram muito mais recorrentes durante os últimos anos, mas ainda acontecem atualmente.

Muitos casarões abandonados, espaços de casas demolidas, ruas e praças passaram a ser utilizados como local de práticas recorrentes de tráfico e consumo de crack. Em vários espaços públicos têm-se a presença de atores sociais marginalizados, traficantes, profissionais do sexo e demais indivíduos que fazem uso de crack (muitos deles homens, mulheres e meninos em situação de rua). A presença desses novos personagens transformou a paisagem urbana em um espaço de tal maneira peculiar que nem as intervenções da prefeitura, nem a violência policial realizadas nos últimos anos conseguiram abafar.

Um importante exemplar da participação italiana na arquitetura de Belo Horizonte, que é a Casa da Loba, construída na década de 1920 por Octaviano Lapertosa para João Abramo, o proprietário, está atualmente descaracterizada e nada restou da belíssima residência em estilo neoclássico italiano. Isso acontece com outros casarões antigos no bairro.

Lemos (1996) compara o potencial de ocupação da Lagoinha com a Floresta, bairro vizinho, também contíguo ao Centro. A autora afirma que a área da Lagoinha sofre uma estagnação, pois se percebe uma expressiva renovação de uso do segundo. Existem no bairro várias casas antigas em mal estado de preservação, várias são reformadas e descaracterizadas. Há também edificações fechadas sem função social. São observadas cenas de um processo de empobrecimento e de ruína das edificações urbanas que remetem a uma ideia de carência e abandono. No lugar de casas antigas que são demolidas, são construídos galpões de grande porte. A Lagoinha sofreu e continua sofrendo intervenções viárias, sem garantia, contudo de uma mudança nos usos residenciais. Nem mesmo a presença dos centros universitários, nos anos mais recentes levaram a ocupação de moradias para extrato superiores de renda.

Com relação a sua rede de comércios e serviços, têm-se um quadro geral de estagnação. Os antiquários ainda permanecem, mas a qualidade das mercadorias é heterogeneia. A rua Itapecerica abriga inúmeros antiquários. Alguns no bairro desde seus primórdios, outros que se instalaram há pouco tempo, todos com sistema de detecção de presença que acionam um alarme quando alguém entra ou portões trancados com vistosos cadeados. As lojas de sucatas se espalham por diversas partes do bairro, mas sua concentração ocorre em pontos estratégicos, em ruas que dão acesso ao bairro e esquinas movimentadas. Compram todo tipo de velharia feito de ferro, aço, cobre, latão. Nos quarteirões próximos a praça Vaz de Melo, há galpões que recebem todo tipo de matéria

de segunda mão, principalmente a mercadoria conhecida como “ferro-velho”, o que contribui para a deterioração dos espaços do bairro. Com isso o bairro fica dotado de uma subutilização que para Lemos (1996) transforma o local em um amplo setor de “depósito do centro” da cidade e dificulta a deflagração de um processo de dinamização econômica e recuperação urbana.

A Praça Vaz de Melo que passou por outra revitalização no ano de 2000, que segundo Maquiaveli (2015) não bastou para requestrar a iniciativa mal formulada e mal sucedida de revitalização urbana promovida pela Prefeitura na segunda metade dos anos de 1990, constitui-se como um lugar de passagem. Trata-se de um amplo espaço vago, sem bancos ou árvores, que não favorecem a estadia. Muitos moradores de rua utilizam do espaço, alguns tentam armar tendas ou deixam seus pertences mas de acordo com entrevistas, existem equipes da Prefeitura e policiais que não permitem que ali se estabeleçam.

Teixeira (2010) afirma que o poder público manteve para a Lagoinha uma visão negativa de degradação, acentuada por intervenções oficiais que alteraram o uso dos espaços, deterioraram o cotidiano e trouxeram a destruição de uma possível convivência heterogênea. A ação pontual do poder público assim como os projetos que não priorizaram o bairro mas se dirigiram para o estabelecimento da ligação entre o centro e a região norte da cidade, favoreceu sua transformação em um espaço de passagem. Assim, predominam em seu espaço, os grandes vazios urbanos, que são as áreas livres criadas pela construção do Complexo de viadutos, reduzidos à condição de remanescentes das ações de adaptação da metrópole. Para a autora, a Lagoinha é um bairro seccionado por um grande corredor de trânsito atualmente, a Avenida Antônio Carlos, ocupado mais por usuários do que por moradores e rodeado de muitos bairros com perfis diferentes.

Inegavelmente o bairro assiste a um processo que o deixa ilhado do restante da cidade, que favorece sua degradação. Mesmo ao lado do centro da cidade, parece distante devido aos espaços especiais constituídos pelos viadutos, avenidas, estação e outros que são como barreiras (MAQUIAVELI, 2015). O bairro é cercado por uma sobreposição de zonas de fronteiras que acabaram por dificultar a relação do bairro com o centro ou com bairros ao seu redor, de forma que as vias de conexão com o bairro são a passarela de pedestres que liga a estação Lagoinha a rodoviária e ao baixo centro ou a travessia da Avenida Antônio Carlos em direção aos bairros Concórdia e Floresta. Essas vias acabam como impedimentos a livre circulação, já que em determinados horários, principalmente

a noite, os problemas com a falta de segurança acirram a situação. As vias de trânsito rápido que passam dentro e ao entorno do bairro, geram a sensação de desconforto e dificuldade para transitar ali, tal tensão provém do ordenamento do espaço urbano que tem que conviver com o espaço público e os espaços especiais que são encontrados no, agora, pequeno bairro, tão perto e tão longe do centro da cidade de Belo Horizonte.

Na próxima parte, será realizado um aprofundamento analítico sobre o processo de formação de um território psicotrópico no bairro da Lagoinha. Para que se consolidasse, a cracolândia necessitava de certas condições ambientais, de acordo com as teorias da desorganização social que, em Belo Horizonte, estavam em estado “ótimo” nessa região.

CAPÍTULO 4

O CRACK SOCIAL

Entende-se aqui que o uso de drogas seja um fenômeno social que compreende dimensões afetivas, pessoais e comunitárias além de estar envolvido em um imaginário social que é internalizado nas práticas cotidianas. Com isso, observar e analisar as práticas cotidianas leva a compreensão do imaginário social dos sujeitos pesquisados, suas configurações e peculiaridades.

O presente trabalho tem como objetivo verificar a relação entre espaço urbano e uso de drogas, especificamente o crack, de forma que esse aspecto – a distribuição dos desvios e crimes no espaço interno das cidades - ainda tem sido pouco estudado no Brasil, de acordo com sua relevância. Assim, essa parte do estudo se delinea através das análises de dados realizadas, inicialmente com a pesquisa relacionada a ocorrências conexas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte e, posteriormente, com a pesquisa empírica no bairro estudado.

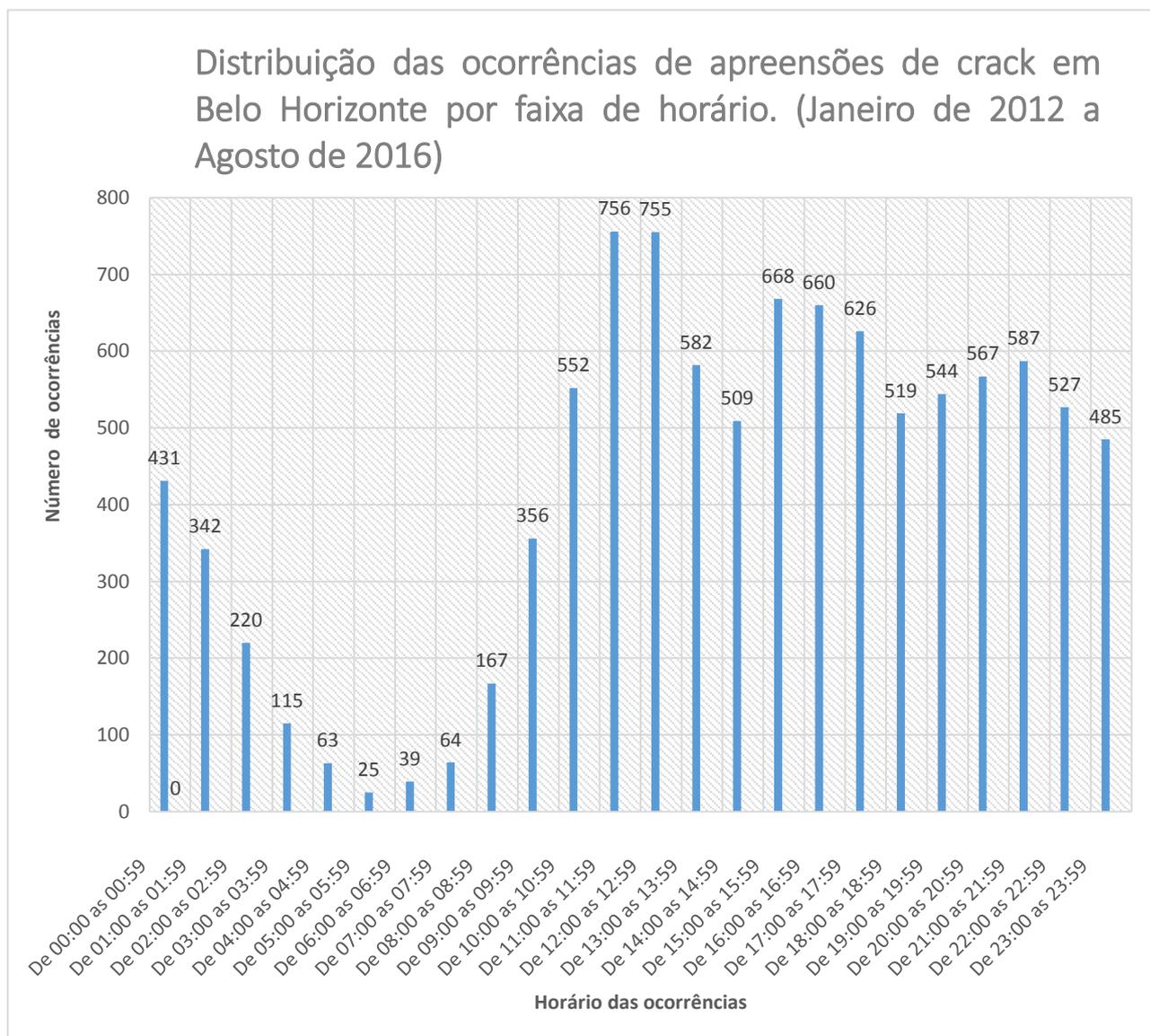
4.1 Análise de dados sobre ocorrências relacionadas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte

Foram analisados dados fornecidos pela Diretora de Estatística e Análise (DEA), do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS); órgão da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) do Estado de Minas Gerais, disponibilizados após envio de documentos solicitando os dados com a explicação do propósito do trabalho para o responsável do órgão.

Quanto aos dados trata-se de duas bases sobre registros de ocorrências de Tráfico Ilícito de Drogas consumados na capital Belo Horizonte entre janeiro de 2012 e agosto de 2016 (código da subclasse IO4330), contendo as seguintes variáveis: data, horário de início e fim do atendimento policial, endereço, código, natureza principal, descrição e finalmente latitude e longitude. A primeira base de dados continha as informações sobre as ocorrências; sendo 32.442 notificações e a outra base de dados com o detalhamento dos materiais arrolados nas mesmas, especificamente os que envolviam o crack (somente apreensão de crack, apreensão de crack e outros materiais) e que contaram 10.159 casos.

Como etapa inicial da investigação os eventos criminais relacionados as drogas foram analisados de forma agregada para a identificação de aspectos gerais. Dessa forma, iniciamos a análise a partir da avaliação dos horários das apreensões de crack na cidade de Belo Horizonte no período de janeiro de 2012 a agosto de 2016. O gráfico mostrou que existe uma espécie de padrão temporal em relação aos horários, havendo durante todo o recorte temporal analisado uma considerável concentração de ocorrências durante o período compreendido de 12 horas até 20 horas. Isso nos levou a indagar se essa concentração seria resultante da maior presença de policiais nas ruas durante esses horários.”

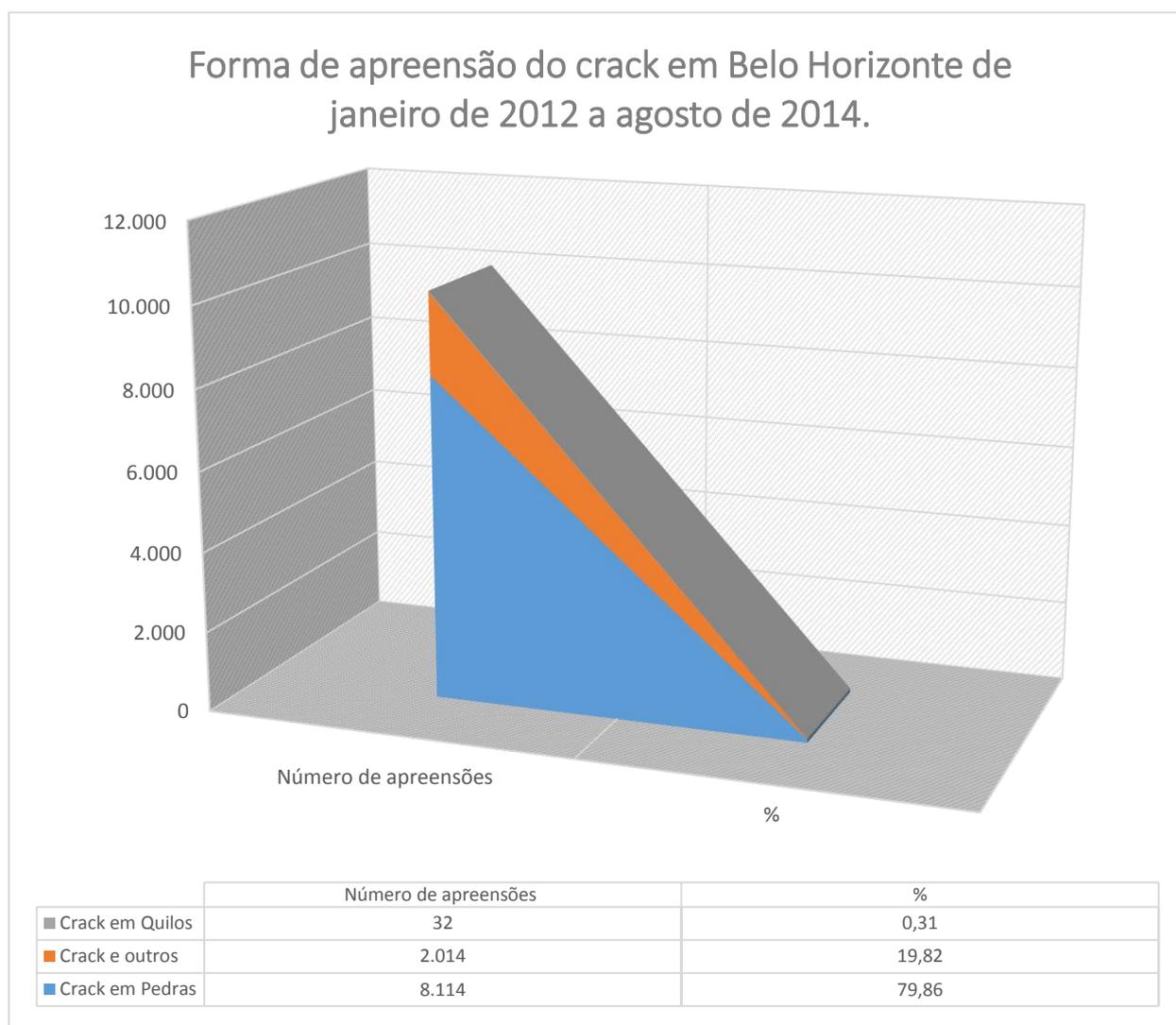
GRÁFICO 1- Distribuição das ocorrências de apreensões de crack em Belo Horizonte por faixa de horário. (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)



FONTE: Elaborado pela autora.

Os dados obtidos diferiam com relação ao tipo de material apreendido, são de 8.113 casos de crack em pedras (representando 79,8% do total), 2014 casos de apreensões de crack juntamente com outras drogas (representando 19,8% do total) e o restante, 32 casos da droga em quilos (0,32% do total de casos). O gráfico 3 mostra que a maior quantidade de apreensões acontece em pequenas quantidades da droga, o que sugere que a polícia aborda mais usuários e pequenos revendedores do que traficantes.

GRÁFICO 2- Forma de apreensão do crack em Belo Horizonte (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)



FONTE: Elaborado pela autora.

Importante salientar que os dados obtidos se referem a dois tipos de desvios, o tráfico e o consumo de drogas. O tráfico de drogas consiste em importar, exportar,

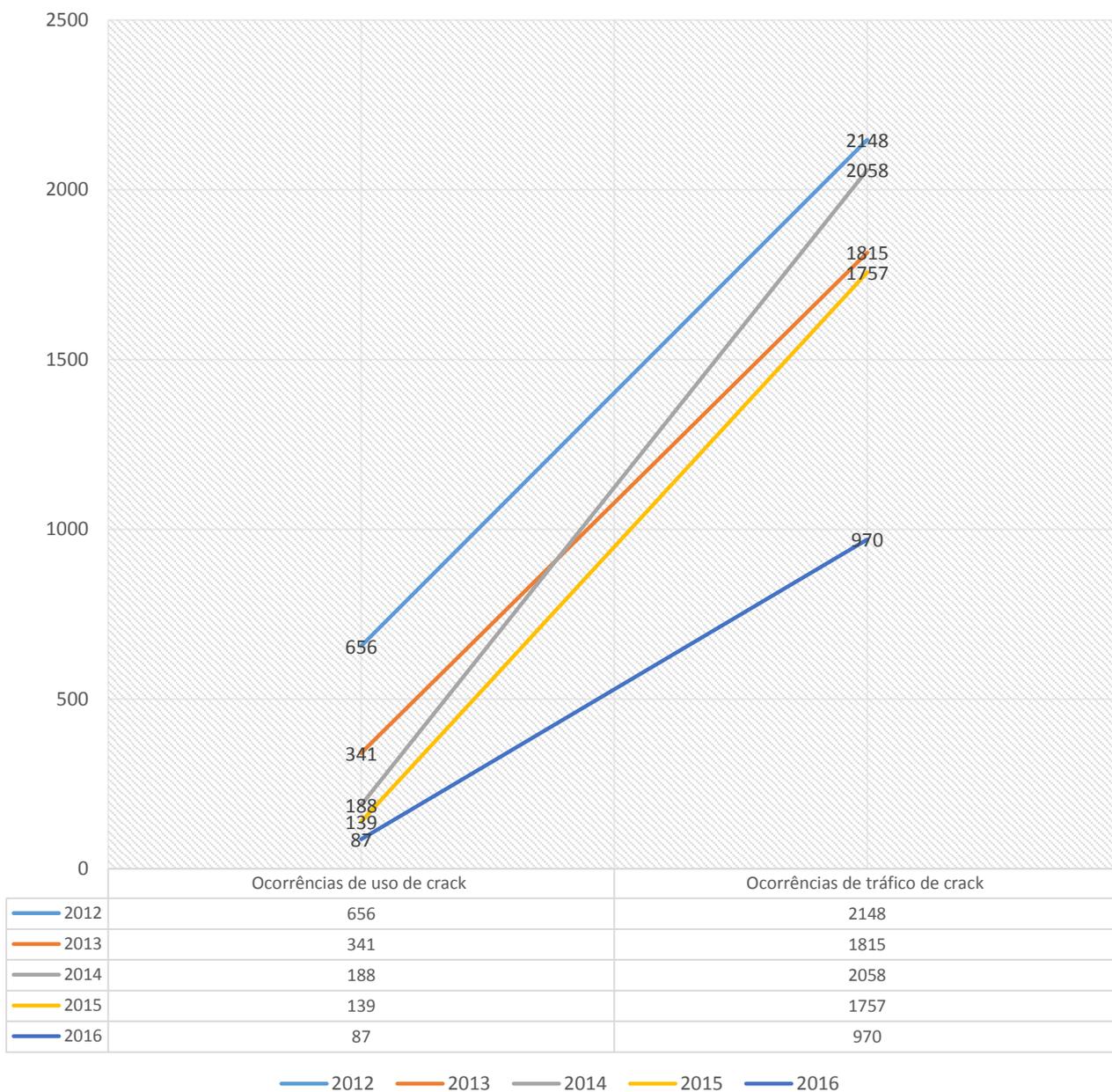
remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Como uso de drogas, entende-se o ato de adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

No gráfico 3, logo abaixo, houve a diferenciação entre as ocorrências de consumo e de tráfico de crack na cidade no período avaliado. As ocorrências de tráfico foram muito mais notificadas em relação as ocorrências de consumo o que leva a hipótese do foco da ação policial que se diferencia para usuários e traficantes.

A seguir no gráfico 4, uma lista com os bairros de Belo Horizonte nos quais mais ocorreram ocorrências relacionadas ao uso e tráfico do crack. A região central aparece com destaque, devido a maiores investidas policiais e também por ser local de maior acesso a droga, por ser um lugar estratégico para esse tipo de comércio, onde há grande fluxo de pessoas e veículos, população de rua, e outras características que a teoria das oportunidades chama a atenção, que favorecem a ocorrência do crime. Logo depois aparece a Pedreira Prado Lopes, lugar onde o crack se instalou inicialmente na cidade durante a década de 1990 e que continua ofertando o crack para o mercado ilegal, sendo que os bairros ao seu redor também aparecem na lista como a Vila Senhor dos Passos e Lagoinha.

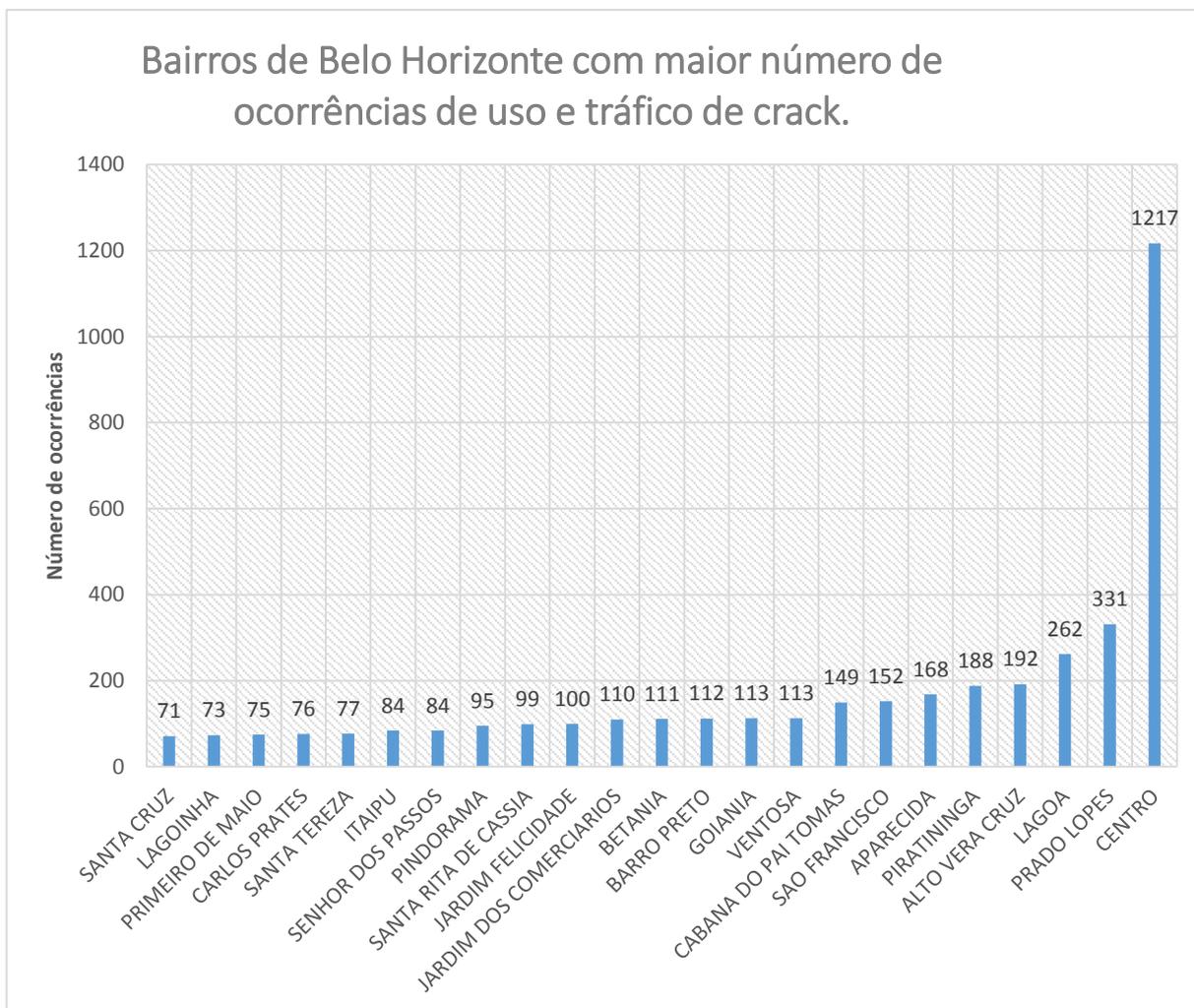
GRÁFICO 3- Ocorrências de consumo e tráfico de crack em Belo Horizonte (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)

Ocorrências de consumo e tráfico de crack em Belo Horizonte
(Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)



FONTE: Elaborado pela autora.

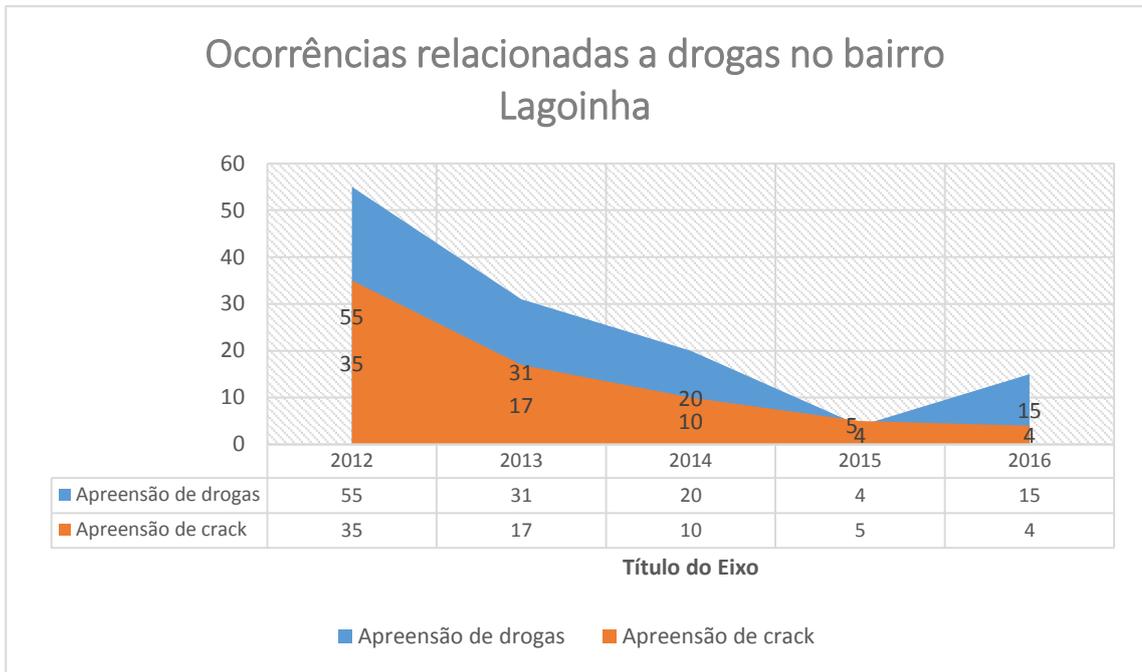
GRÁFICO 4- Bairros de Belo Horizonte com maior número de ocorrências de uso e tráfico de crack de Belo Horizonte (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)



FONTE: Elaborado pela autora.

Especificamente sobre o bairro Lagoinha, os dados relativos a ocorrências relacionadas ao uso e tráfico de crack no período de 2012 a 2016 foram 125 notificações, sendo que 73 delas estavam relacionadas com o crack. Abaixo um gráfico mostrando a distribuição do número de ocorrências por ano.

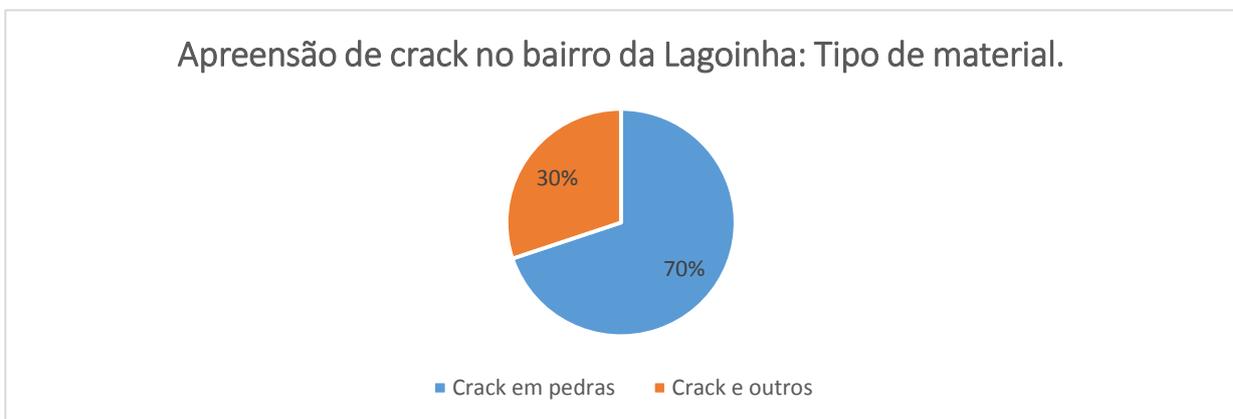
GRÁFICO 5- Ocorrências relacionadas ao problema das drogas no bairro Lagoinha (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)



FONTE: Elaborado pela autora.

Analisando os dados referentes ao tipo de material apreendido no bairro Lagoinha, nos 73 registros, a maioria, 51 (69%) foram notificados como apreensão de crack em pedras e os 22 (30%) outros casos, foram de apreensão de crack juntamente com outras drogas. Diferenciando as notificações de uso e de tráfico, no primeiro caso foram 35 casos (47%) e na segunda categoria, foram 38 casos (52%).

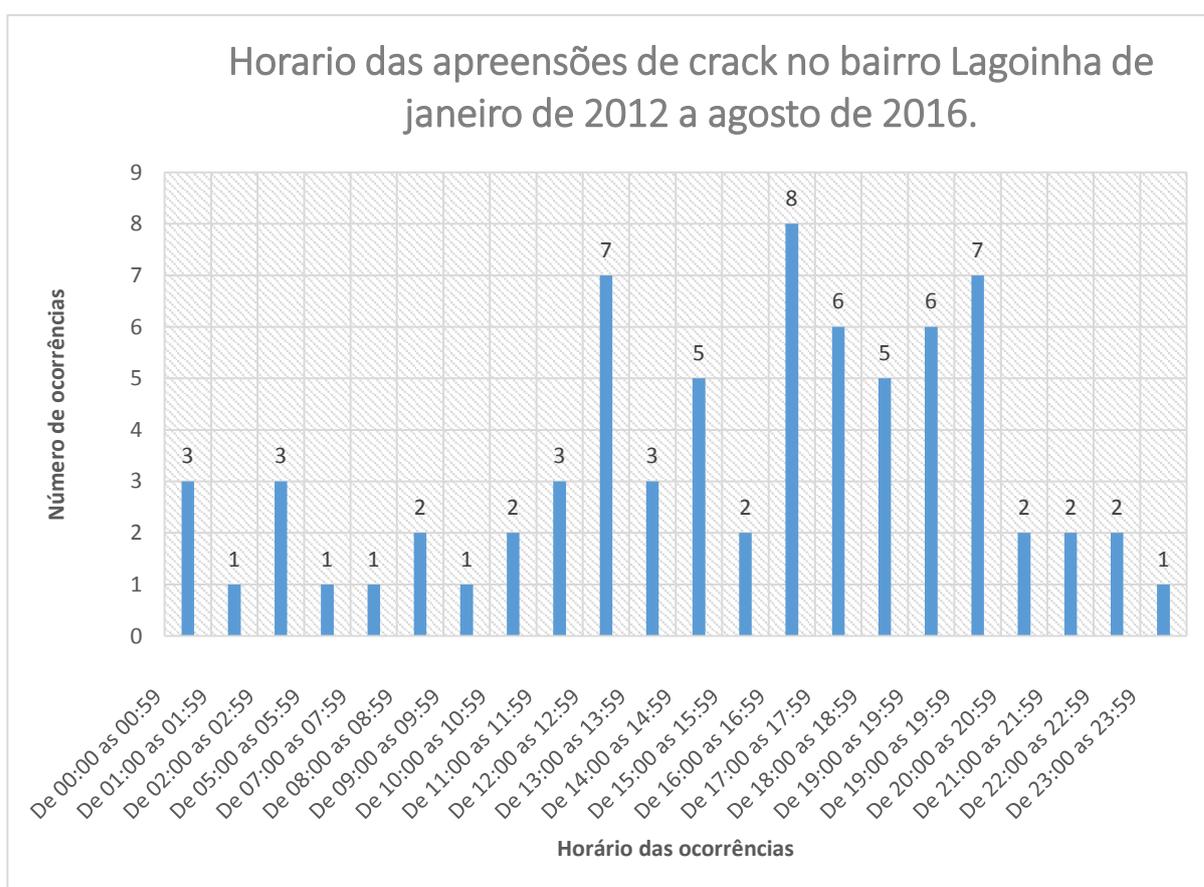
GRÁFICO 6- Apreensão de crack no bairro Lagoinha (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)



FONTE: Elaborado pela autora.

Sobre os horários das ocorrências no bairro Lagoinha, o maior número de apreensões aconteceu durante o dia, na faixa de 12 horas até o começo da noite, às 20 horas, na mesma média dos acontecimentos descritos na cidade, o que pode se relacionar com o horário de trabalho de campo da polícia e também por causa da maior visibilidade das cenas de uso de crack.

GRÁFICO 7- Ocorrências relacionadas ao problema das drogas no bairro Lagoinha (Janeiro de 2012 a Agosto de 2016)



FONTE: Elaborado pela autora.

Dados importantes também são os que descrevem o início e o fim das ocorrências policiais. Analisando somente as ocorrências relacionadas ao consumo do crack no bairro da Lagoinha durante o período de Janeiro de 2012 a Agosto de 2016, a média de tempo gasta nas 73 ocorrências é muito alta, sendo mais de uma hora para cada ocorrência. Assim, são muitos os gastos – econômicos, infraestrutura, recursos humanos - envolvidos nessas ações, já que cada carro da polícia se locomove contando com dois ou três policiais.

4.2 Análise espacial de dados sobre ocorrências relacionadas ao crack e outras drogas na cidade de Belo Horizonte.

A metodologia utilizada obedeceu a um esquema sequencial, composto pelas seguintes etapas: levantamento de dados pré-existentes, validação dos dados, a inserção dos dados no Sistema de Informação Geográfica QGis, a análise em SIG e finalmente a análise dos resultados. Foi realizada uma espacialização das apreensões de drogas com o objetivo de mapear a apreensão de drogas e especificamente o crack, desde janeiro de 2012 até agosto de 2016, utilizando a análise de dados espaciais, fazendo a geocodificação do crime de tráfico de drogas no município de Belo Horizonte. As operações dessa seção foram realizadas adotando soluções de geoprocessamento baseados em um software livre, o Sistema de Informação Geográfica QGis 2.18, que possibilitou diagnosticar os principais locais de apreensão de drogas na cidade, informações que podem ser usadas para o apoio de atividades de planejamento urbano além de também contribuir para o avanço das reflexões acerca dos problemas criminais urbanos mais imediatos.

Com tudo isso, os mapas temáticos foram criados nesse trabalho com foco para a análise com relação ao tempo, espaço (locais onde mais tiveram ocorrências) e número de repetição dos crimes. Acumulando os dados podemos buscar informações específicas sobre o bairro da Lagoinha, objeto de estudo dessa dissertação, e que serão melhor analisadas a partir de uma metodologia qualitativa posteriormente.

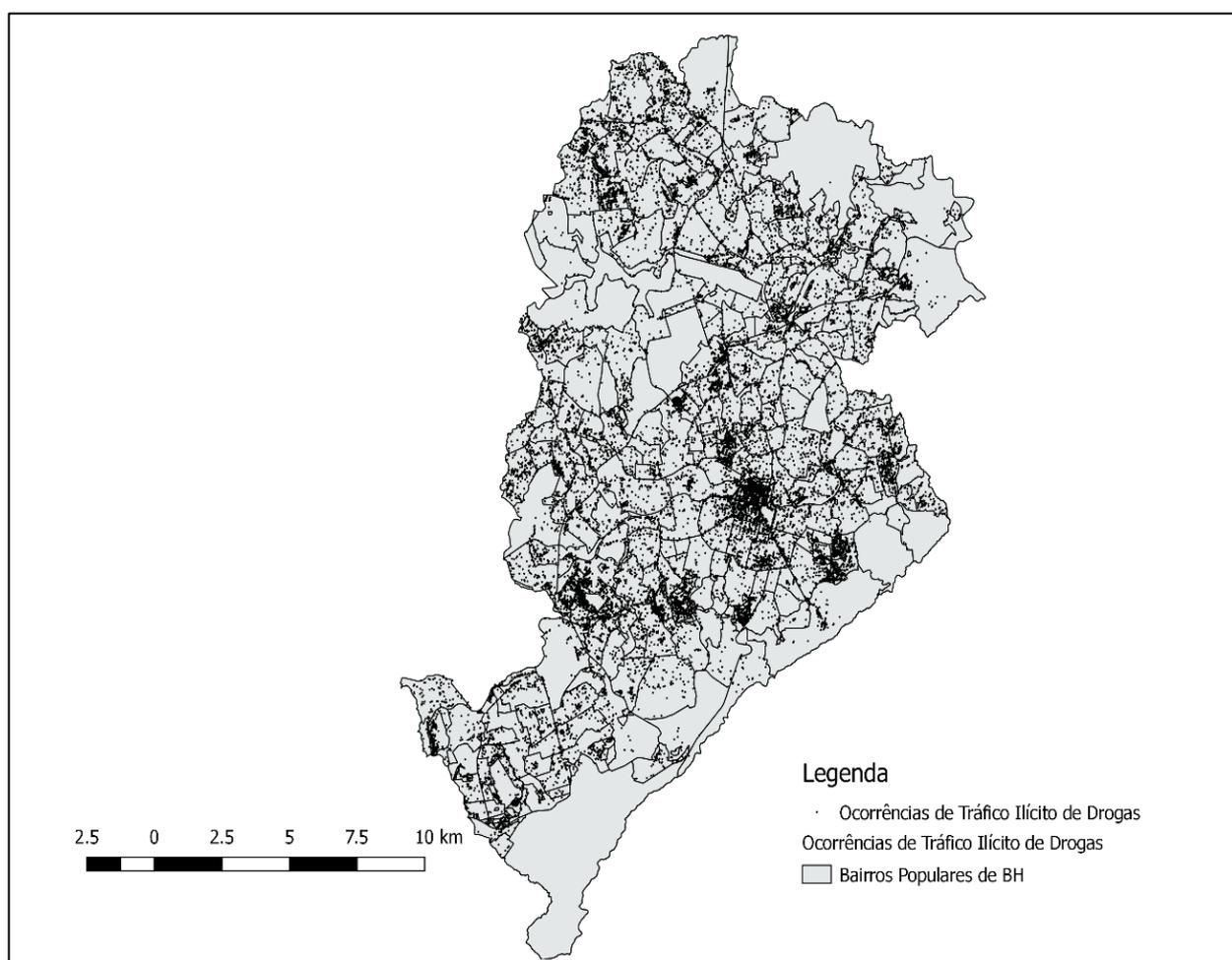
A base cartográfica com os limites dos bairros e logradouros do município e os dados que compõem o layout dos mapas foram disponibilizados em shapefiles pelo site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e para a criação dos mapas temáticos foi utilizado no software livre Quantum GIS (QGIS) um plugin específico para a manipulação dos dados, onde estes são apresentados como um mapa de calor, criados através de um mapa de pontos, que nesse caso se compõe das coordenadas geográficas das apreensões de drogas na cidade de Belo Horizonte. Esse mapa de calor apresenta a densidade ou a magnitude das informações relacionadas dos pontos, onde “áreas quentes” podem ser identificadas facilmente. O Mapa de Calor, cujo método estima padrões de comportamento espacial por meio de interpolação, gera intensidade pontual na área de estudo demonstrando a distribuição dos crimes no espaço.

Na cidade de Belo Horizonte a Polícia Militar utiliza o método de geocodificação das ocorrências policiais militares através da associação das edificações com

coordenadas, o que resulta em uma localização exata. Para análises do programa QGis, foram excluídas dos bancos de dados aquelas notificações que não continham endereço exato e, conseqüentemente, não tinham as referências latitudinais e longitudinais. Com isso, o banco de dados sobre ocorrências de uso e tráfico de drogas na cidade passaram de 32.442 para 30.500 casos e a base de dados com especificação sobre apreensão de crack o número de 10.159 casos sofre redução para 9.472 casos.

Abaixo o mapa 4, a cidade de Belo Horizonte e sua divisão em bairros do ano de 2010, de acordo com a Prefeitura da cidade, onde são pontuados os locais de ocorrências relacionadas ao tráfico e consumo de drogas na cidade, de modo geral, durante o período de janeiro de 2010 a agosto de 2016. Chama atenção a concentração de ocorrências no espaço da cidade, que correspondem principalmente a locais de aglomerados e o centro da cidade.

MAPA 4- Belo Horizonte: divisão de bairros. Pontos de apreensão de drogas

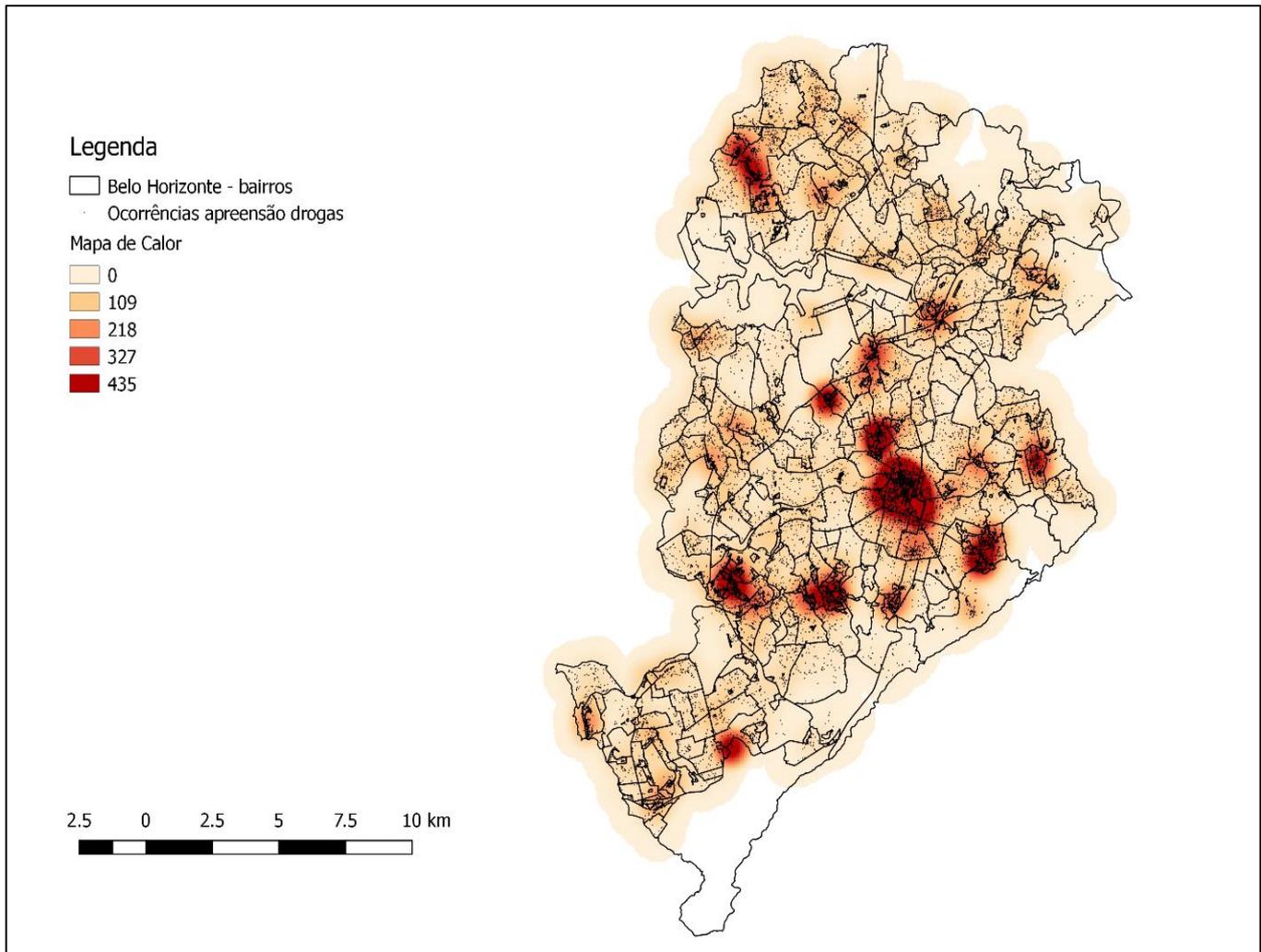


FONTE: Elaborado pela autora.

O mapa 5 é a elaboração do mapa de calor que proporciona melhor visualização dos pontos da cidade que mais sofreram com o problema das drogas no período analisado, uma tendência bastante usual na análise criminal atual que é identificar “hot spots”, método que identifica pontos onde as ocorrências de crimes têm alta concentração. Muito utilizado para a análise espacial da criminalidade, os mapas de calor determinam através da aplicação da função de Kernel e por gradação de cores, os lugares em que há as maiores concentrações de eventos em um determinado raio. Do mais quente ao mais frio, o mapa nos permite visualizar com clareza as regiões da capital em que existem hot spots de ocorrências, também chamadas de manchas quentes, por serem simbolizadas por manchas em tom de vermelho.

Esses mapas indicam como o tráfico de drogas tem se consolidado na cidade e preocupa por servir como a base para que aconteçam inúmeros processos que geram a violência urbana. Os centros urbanos como Belo Horizonte, são consumidores e geram mercados que favorecem a estruturação de redes de fornecimento altamente organizadas de tráfico. Contudo, diferentemente do comércio legal em que o Estado é o marco regulador, o comércio ilegal das drogas, tem como regulador uma estrutura de dominação que visa o comércio através de regras próprias, fazendo uso da violência para garantir o território e o processo produtivo que as drogas envolvem. O caso de Belo Horizonte, corrobora com a associação registrada na literatura entre a presença desse tipo de atividade nas áreas centrais e a ocorrência elevada de eventos criminais.

MAPA 5 – Mapa de calor Belo Horizonte para apreensões de drogas

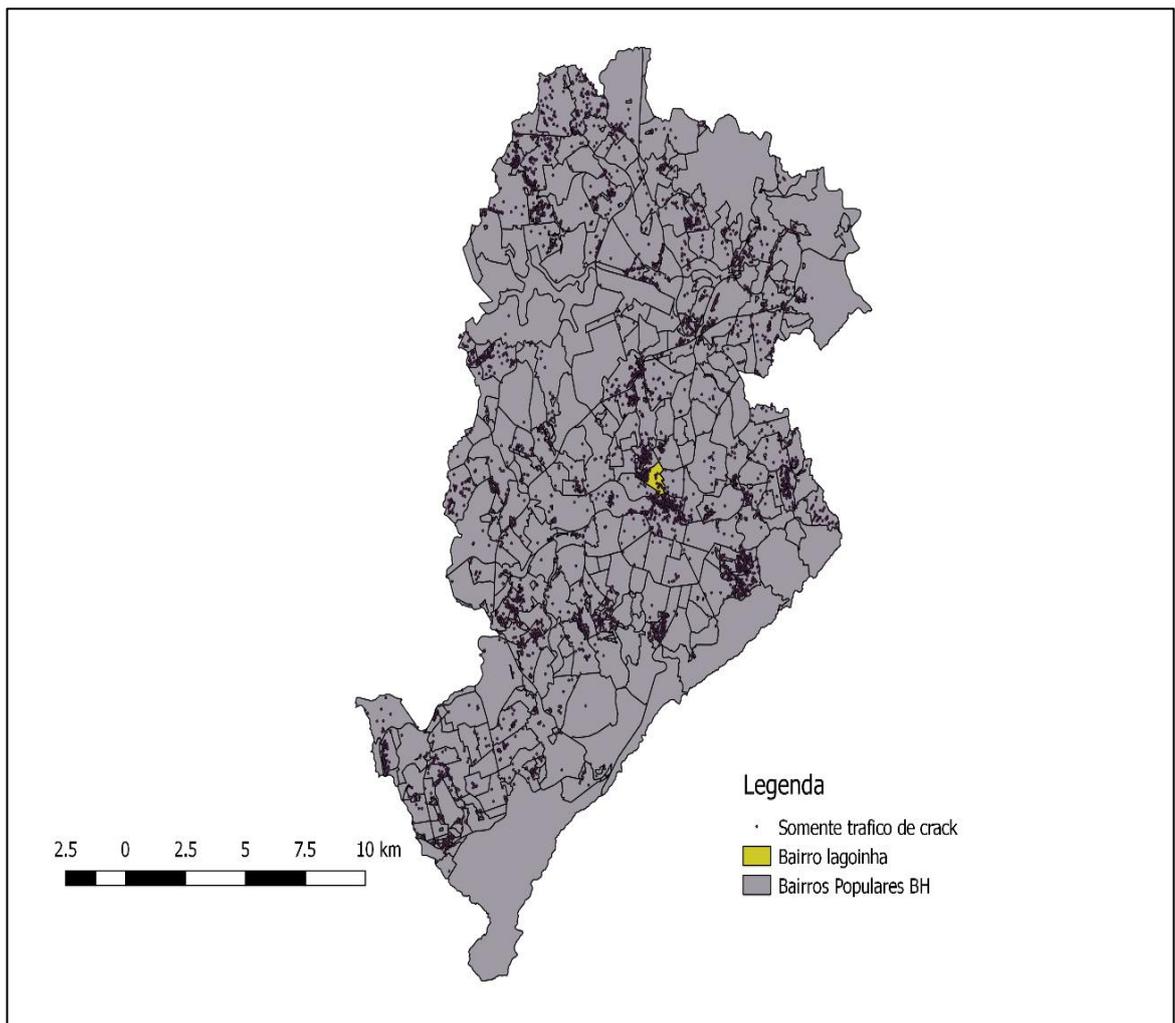


FONTE: Elaborado pela autora.

Logo após, segue o mapa 6, especificando as ocorrências relacionadas ao tráfico e consumo de crack – tema de interesse nessa pesquisa- no mesmo período de tempo com destaque para o território do bairro Lagoinha, que demonstra que nem todos os lugares da cidade tem esse tipo de ocorrência, elas estão concentradas no território, de forma não-aleatória.

MAPA 6- Belo Horizonte: divisão de bairros - destaque para a Lagoinha.

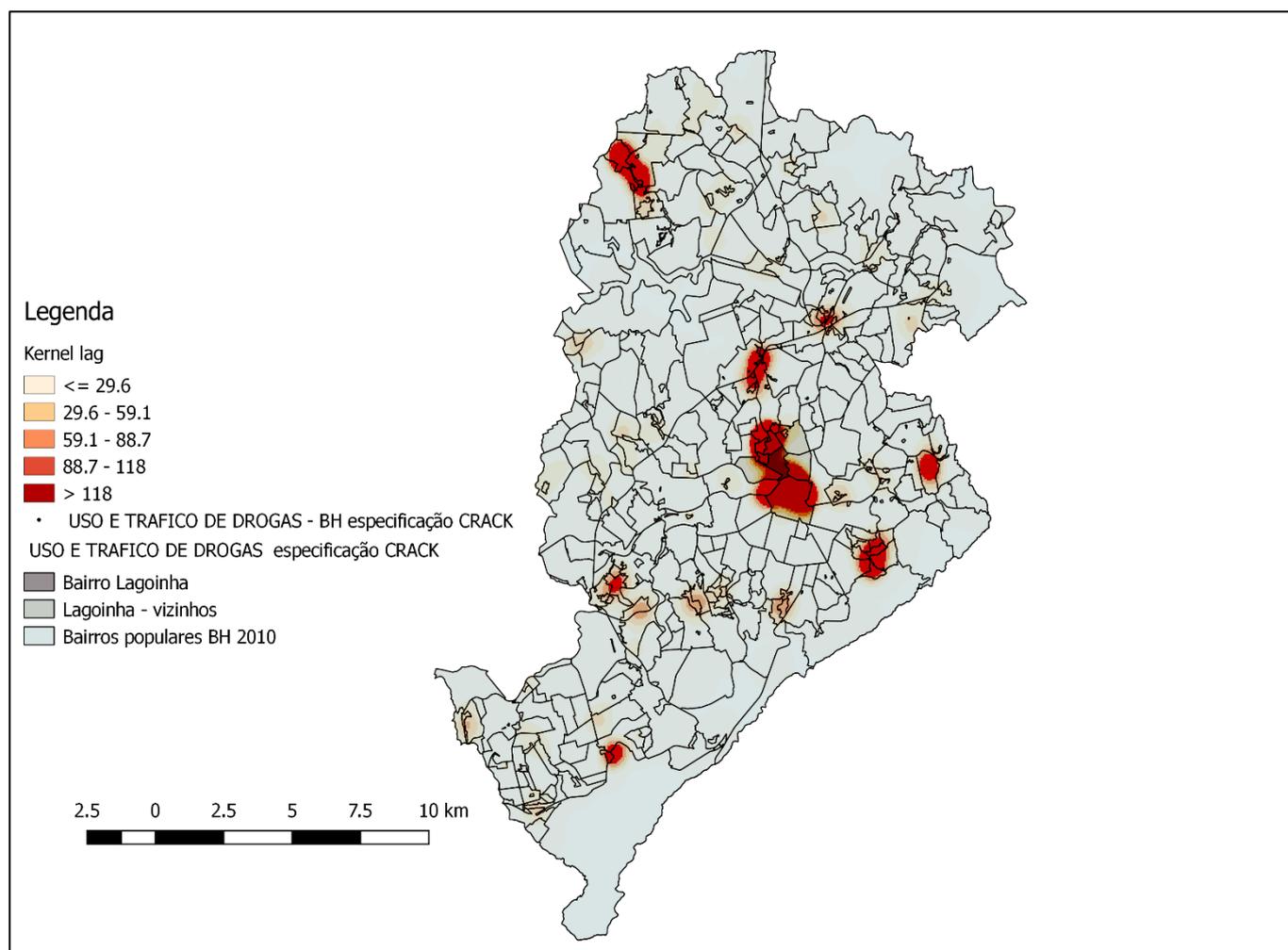
Pontos de apreensão de crack na cidade de Belo Horizonte



FONTE: Elaborado pela autora.

O mapa 7 é a elaboração do mapa de calor dos pontos da cidade com maior número de ocorrências relacionadas ao tráfico e consumo de crack. Lembrando que o Kernel é a estimação de processos pontuais, representados por uma densidade (cor), que reflete a concentração de eventos na área.

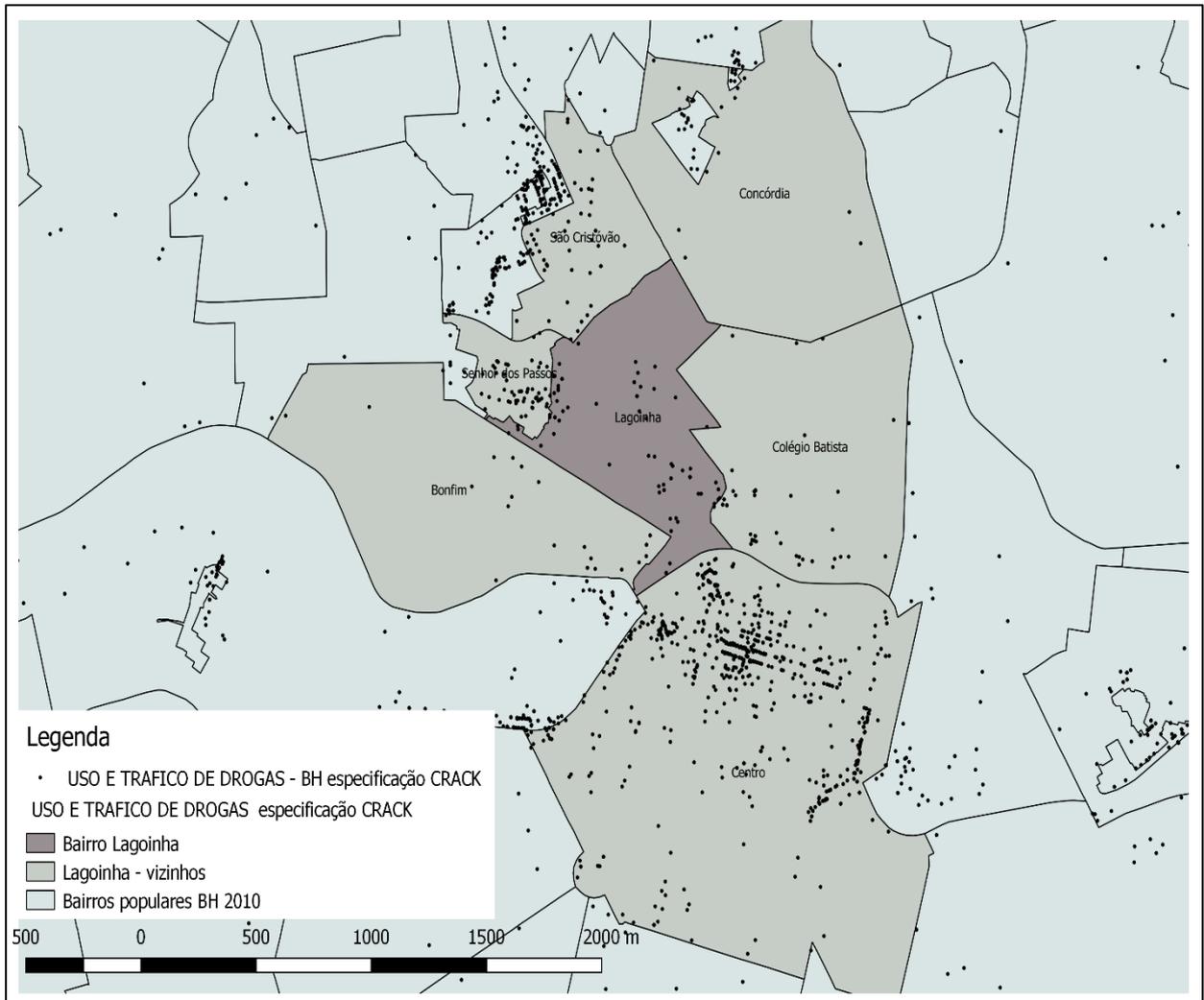
MAPA 7- Belo Horizonte: divisão de bairros. Mapa de calor da apreensão de crack na cidade de Belo Horizonte



FONTE: Elaborado pela autora.

Os mapas números 8 e 9, a seguir, mostram especificidades sobre os bairros que rodeiam a Lagoinha, sendo que são eles Centro, Pedreira Prado Lopes, Bonfim, Colégio Batista, São Cristóvão e Concórdia. Analisando-os, percebe-se, em geral, uma clara associação entre as ocorrências de tráfico e consumo de crack e sua concentração - hot spots - em bairros próximos a Lagoinha, como no Centro e na Pedreira Prado Lopes. Trata-se de um fenômeno que acompanha a tendência geral, identificada na revisão da literatura, como um “efeito vizinhança” da criminalidade. São de grande importância para a influência do padrão de distribuição espacial das ocorrências, características ambientais do território, trata-se de um aglomerado, locais de passagem e grande tráfego, o baixo centro da cidade que concentra bares, estabelecimentos de diversão, locais degradados e com incidência de prostituição e marginalidade.

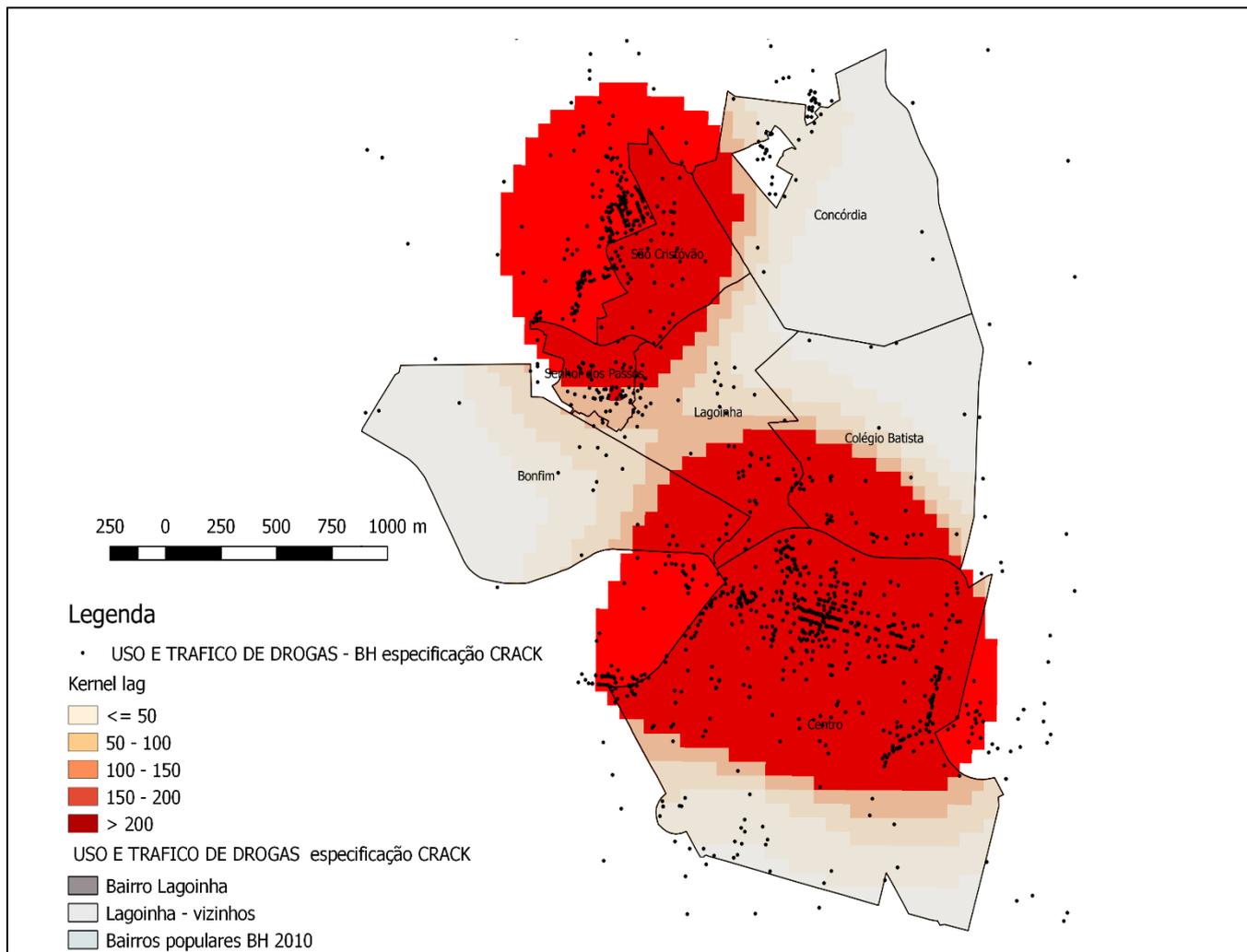
MAPA 8- Região Lagoinha



FONTE: Elaborado pela autora.

Em outras palavras, o crime emerge em locais onde há uma alta vulnerabilidade com base nas influências espaciais combinadas a vários recursos que induzem a criminalidade. Para afirmar se um lugar é susceptível à ocorrência do crime, vale considerar se outros crimes ocorreram no mesmo lugar antes ou em áreas próximas, assim, a probabilidade de novos crimes ocorrerem aumentará consideravelmente.

MAPA 9 – Região da Lagoinha

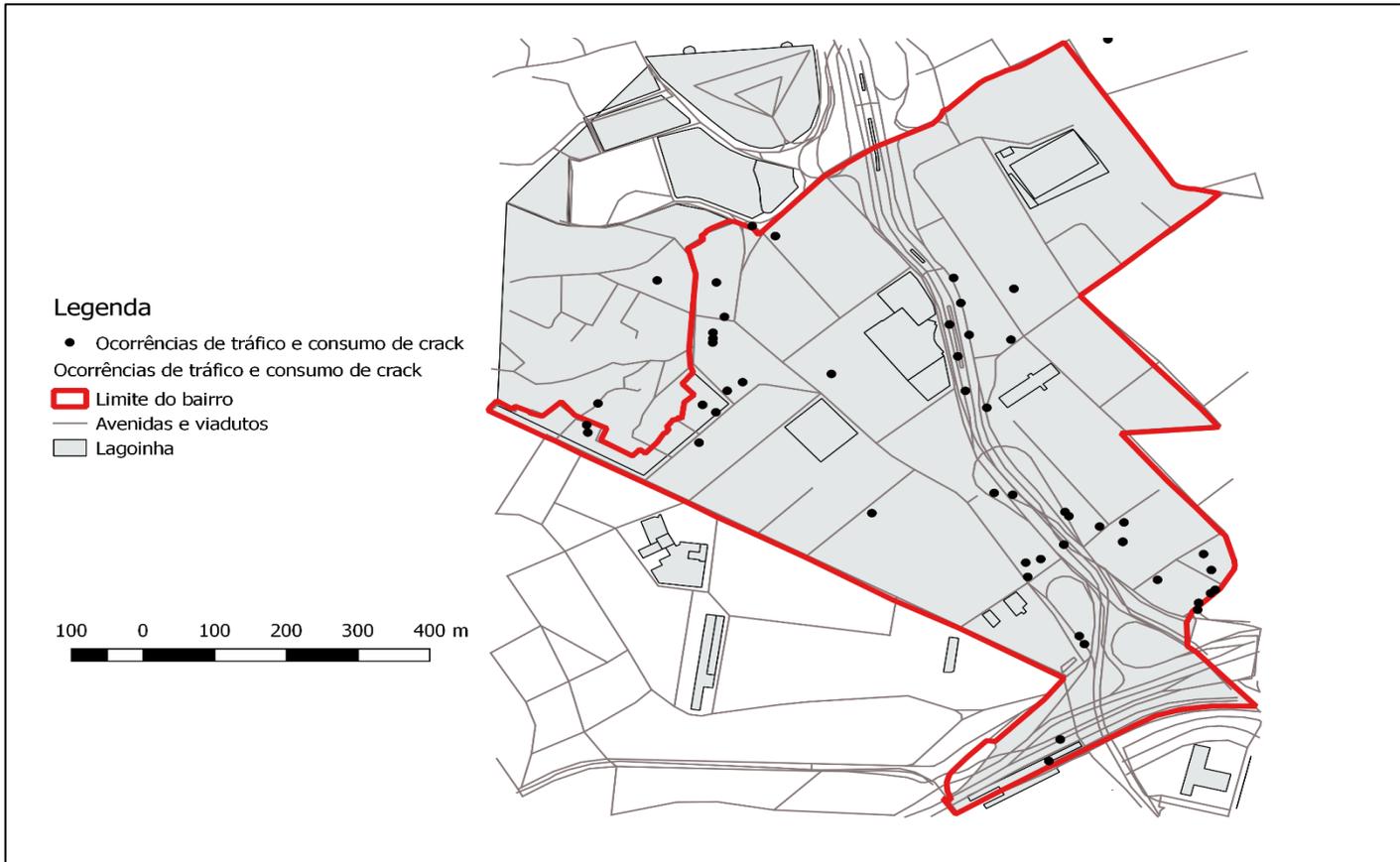


FONTE: Elaborado pela autora.

Os mapas que seguem, especificam informações sobre o bairro Lagoinha.

O mapa 10 mostra a estrutura de ruas, avenidas e viadutos do bairro Lagoinha e os pontos de ocorrência de consumo de crack, que mostram a tendência de espraiamento do crack pelo território do bairro, com ajuntamentos próximos a Pedreira Prado Lopes e a Avenida Antônio Carlos.

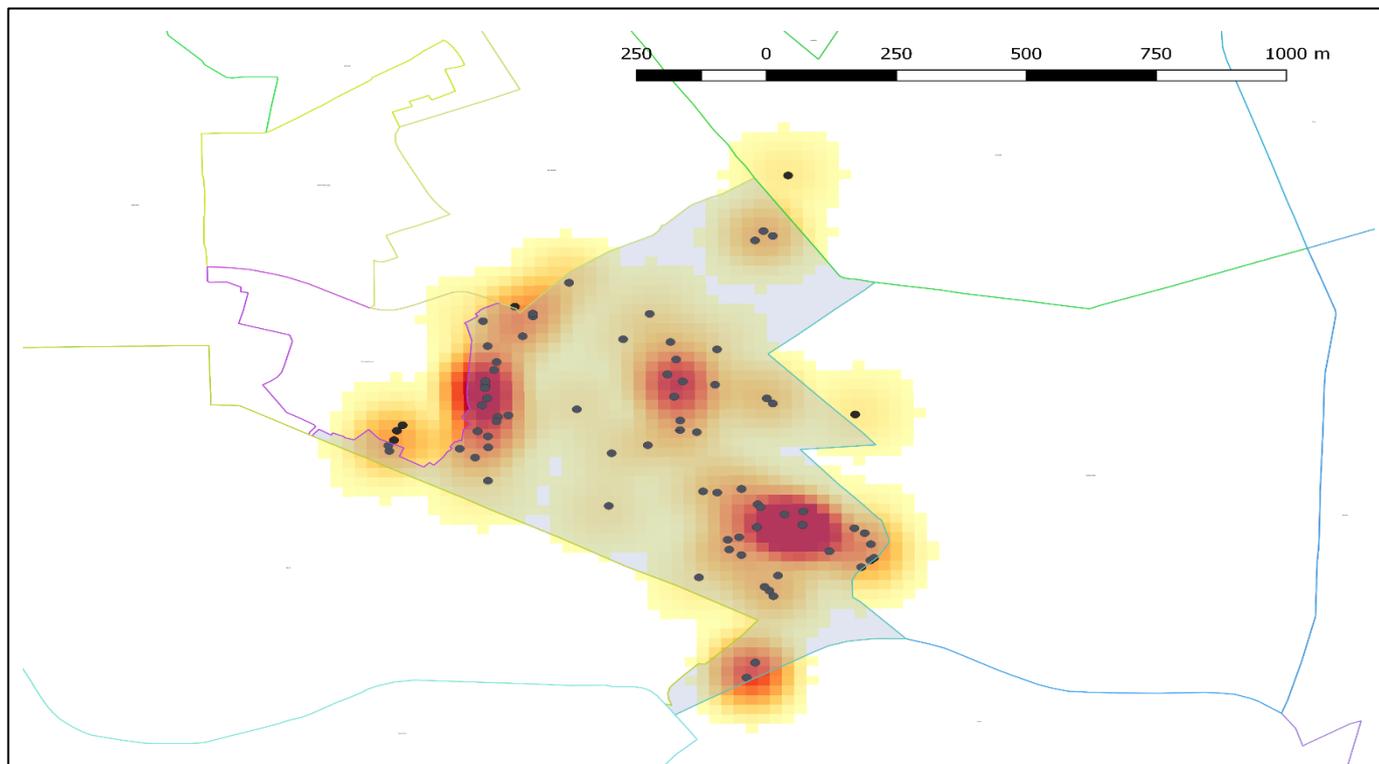
MAPA 10- Bairro Lagoinha em detalhe a estrutura do bairro e pontos de consumo de crack



Fonte: Elaborado pela autora.

No mapa 11 segue o mapa de calor - Densidade Kernel- das ocorrências de consumo de crack durante o período analisado no bairro Lagoinha.

MAPA 11- Mapa de Calor bairro Lagoinha em detalhe pontos de consumo de crack



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse estudo traz à tona o debate relevante na criminologia, que busca explicar por que o contexto social pode afetar a propensão de um indivíduo a se envolver em crime. Uma possibilidade é que o comportamento criminoso seja afetado por "efeitos contextuais" - atributos dos moradores da vizinhança, incluindo o status socioeconômico (Wilson e Kelling, 1982) ou a vontade dos vizinhos de manter a ordem, que Sampson et al. (1997) chama de "eficácia coletiva". Contudo, outra alternativa, segundo Ludwig e Jeffrey (2007) entre outros escritores, é que o comportamento criminoso seja "contagioso". A prevalência local de um determinado tipo de comportamento criminoso pode alterar a propensão do indivíduo a engajar-se nesse mesmo comportamento, afetando o estigma social associado ao ato; as percepções sobre comportamento ou ainda a probabilidade de restrições. Com isso seria importante para a aplicação da lei e para as políticas a forma como as pessoas são classificadas através de medidas sociais, pois o comportamento criminoso reflete os efeitos causais do contexto social ou simplesmente como as pessoas de alto risco são classificados em áreas e conseqüentemente afetam a forma como as pessoas são distribuídas através de bairros e escolas. Nesse caso, os mapas

8 e 9 fornecem evidências sobre os efeitos de vizinhança para o fenômeno da criminalidade.

Não se ignorar ainda que esse estudo refuta a falácia ecológica, que se entende como aquelas inferências a respeito de relações no nível agregado - relativa aos espaços de uso de crack, nesse caso – que, na realidade, refletem relações no nível individual, e que ocorrem quando medidas agregadas são inadequadamente utilizadas para inferências individuais. Do ponto de vista mais qualitativo, o primeiro ponto a observar é que existem variáveis envolvidas na definição de uma área de estudo, como os conflitos reais e latentes entre atores sociais e a multiplicidade de interesses envolvidos nesses conflitos. A análise de dados realizadas aqui, constitui o argumento de que existem áreas propícias para se tornar espaços de uso de crack, como as cracolândias; a falácia ecológica ocorreria se a conclusão fosse de que todos os lugares da cidade têm chances de se transformar em tal realidade, pelo fato de ocorrer tráfico e consumo de crack na cidade toda.

Assim, apesar da existência do perigo da falácia ecológica, o uso de dados agregados em bairros para corroborar uma teoria e inferir como o contexto e a localidade influencia o uso de drogas é válido, pois o objetivo é verificar como o contexto socioespacial influencia o fenômeno. De acordo com Ross (2007) os estudos sociológicos como os da violência, em que o interesse está nas macrocondições ou no contexto, uma perspectiva de área usando como unidades administrativas será legítima.

Com isso, as análises espaciais aqui apresentadas demonstram que as ocorrências criminais não estão dispersas aleatoriamente no espaço e ocorrem geralmente em áreas que tem características espaciais vinculadas às localidades mais propícias ao fenômeno- indubitavelmente sem negar a importante influência de fatores socioeconômicos macroestruturais como pobreza e desemprego sobre a criminalidade. As oportunidades proporcionadas pelo ambiente é o que nos chama a atenção aqui, que constituem o elemento desencadeador do desvio estudado, pois o contexto ambiental influencia na decisão de praticar o delito.

4.3 Conexões urbanas – Sobre entrevistas e impressões no bairro da Lagoinha

De acordo com Bastos e Bertoni (2014) o Brasil dispõe atualmente de séries históricas de pesquisas domiciliares, inquéritos escolares e estudos realizados em

contextos clínicos (clínicas especializadas, ambulatórios de psiquiatria e/ou dependência química e similares), mas carece de inquéritos abrangentes referentes às cenas de uso de drogas. Em relação a estas últimas, destacam-se estudos qualitativos realizados em determinadas localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, já destacadas nessa pesquisa. Com isso, destaca-se a importância dessa parte do estudo, que se trata de um dos poucos registros verídicos de cenas de uso de crack na cidade de Belo Horizonte. Assim com o objetivo de completar esse estudo e baseado no conceito de que os moradores são parte desse espaço urbano, foram feitas entrevistas.

Esse estudo exploratório, de natureza qualitativa, aconteceu durante o período de abril de 2016 a maio de 2017, e se valeu de um conhecimento aprofundado dos lugares de interação da população sob estudo e da compreensão etnográfica das suas características e dinâmica. Foram realizadas visitas ao bairro, em dias e horários aleatórios, para realização da observação da cena e realização de entrevistas, contudo os períodos noturnos foram evitados visando a proteção à integridade da pesquisadora. As idas ao bairro aconteceram semanalmente, principalmente em dias de semana, durante manhãs e tardes, quando havia muito movimento de pessoas e trânsito nas ruas, durante finais de semana também ocorreram idas ao local, que fica menos movimentado. Objetivou-se a variação de horários e dias da semana para as idas ao local de forma a entender melhor suas dinâmicas.

O modelo de entrevistas para uma pesquisa pode variar conforme o grau de controle exercido pelo entrevistador sobre o diálogo. A escolha aqui, foi por entrevistas semiestruturadas, pertinentes com as entrevistas em profundidade, com algumas partes mais estruturadas e outras menos, onde o entrevistador faz perguntas específicas, mas também permite que o entrevistado responda em seus próprios termos. O roteiro apresentou certa flexibilidade para favorecer o diálogo com os entrevistados, aprofundando aspectos importantes para a compreensão de seu pensamento e sentimentos sobre o objeto de pesquisa. Assim a ordem das perguntas foi alterada, de acordo com as respostas dos entrevistados, outros itens não foram questionados quando já embutidos nas reflexões realizadas. O uso do gravador só foi feito com a autorização dos interlocutores.

Durante o trabalho de campo foram realizadas muitas conversas com os residentes e passantes no local, donos de comércio e outros que também serviram como orientadores da pesquisa, contudo foram selecionadas cerca de quinze entrevistas mais aprofundadas e recentes para essa análise. O roteiro de entrevista utilizado foi bastante

flexível, nem sempre seguido totalmente, na medida em que o interlocutor teve liberdade para expor suas próprias reflexões.

Uma das formas de recrutamento foi a técnica da bola de neve, em que os participantes sugerem outros participantes para serem entrevistados. Foi realizada uma focalização contínua na amostra (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2000), na medida que novos aspectos relevantes da situação foram identificados pela análise que acompanhou a coleta, foi necessário incluir outros que estavam mais relacionados a essas questões emergentes. O encerramento da coleta foi realizado com o ponto de redundância, quando não mais se justificou a inclusão de novos elementos. Os dados foram transcritos na íntegra, contudo o nível de detalhamento das transcrições foi decidido caso a caso.

A seguir, tem-se a descrição de achados referentes ao material empírico coletado que serão sistematizados através de extratos de descrições das cenas e de trechos de observações do local.

Ao entrevistar os residentes do bairro, comerciantes e lojistas, em sua maioria afirmaram que gostam de morar no Lagoinha. Quando indagados sobre a possibilidade de se mudar do bairro, não demonstraram esse desejo, justificando que já se acostumaram com a dinâmica do lugar. A proximidade do centro é sempre ressaltada como característica positiva do bairro. Foram muitos os relatos sobre o passado do bairro, descrito como mais tranquilo, com festas, rodas de sambas, bares e com espaços públicos frequentados pelos moradores e crianças.

Um comerciante e morador¹⁶ do bairro afirma que gosta de ter loja nas proximidades da Rua Itapecerica, trabalha na região a quase 45 anos e o considera um dos melhores bairros de Belo Horizonte, que tem crescido muito. Mesmo com a proximidade da Pedreira Prado Lopes que afirma ser tomada pelo tráfico, considera o bairro ainda tranquilo. Outro entrevistado, um aposentado, morador do bairro há 42 anos, diz adorar o bairro: “Adoro, nunca vou sair daqui, aqui é muito bom, aqui tem tudo pertinho, é fácil de locomover, vai no centro rapidinho e volta, tem o hospital, tem tudo aqui perto, não precisa de ir a outros lugares. Não tem pontos negativos não”. Uma entrevistada ressaltou ainda melhorias na infraestrutura do bairro, o policiamento e termina afirmando que trabalha até as madrugadas no local e não tem problemas. Outra

¹⁶ Os nomes dos entrevistados não serão revelados de acordo com ética de pesquisa e não serão utilizados nomes fictícios de acordo com o estilo de escrita do texto. Serão realizadas breves descrições verídicas dos entrevistados.

comerciante pontua problemas, mas também afirma gostar do bairro além de ressaltar o passado do lugar:

“O Lagoinha já foi um bairro bom, o movimento [do comércio] era muito bom, mas agora não, a respeito desse pessoal que fica na rua, droga e tudo... então diminuiu bastante, o comércio está tudo fechando, você pode ver as lojas aqui todas fechadas. Mas aqui já foi bom para trabalhar.”

Parte dos entrevistados tenderam a valorizar o bairro, afirmando pontos positivos, os anos de moradia no lugar dentre outras características positivas. Quando indagados sobre os problemas relacionados a segurança, a tendência foi minimizar os problemas locais ou colocá-los como parte do aumento da violência da cidade como um todo. Como se pode ver na entrevista a um dono de restaurante do bairro: “Claro que tem pontos de droga aqui, como em todos os lugares da cidade. Tem roubo, tem violência como em toda cidade”. Com isso, essa parte dos entrevistados, quando indagados sobre as descrições da Lagoinha como Cracolândia, aos moldes do que mídia já divulgou, renegaram o estigma, já alguns disseram não saber sobre o assunto e outros afirmaram que a cracolândia fica na Pedreira Prado Lopes. Ainda, outra parte dos entrevistados mesmo afirmando o gosto em morar ou trabalhar no bairro, afirmaram sobre os problemas de violência relacionados ao uso e comércio do crack e ainda concordaram com a afirmação sobre o Lagoinha abrigar uma cracolândia.

A observação do bairro estudado, mostra que as intensas transformações por que esse passou, desencadearam um processo de degradação visível. São muitas construções antigas, tombadas pelo patrimônio histórico da cidade, que estão abandonadas ou em mau estado de conservação, ao lado de novas construções mais modernas que mostram resquícios de renovação do lugar. Quanto às condições de preservação do patrimônio imobiliário, há muita descaracterização de edifícios históricos, com o uso indevido de letreiros ou painéis de propaganda, reformas que interferem no estilo arquitetônico dos prédios, situações especulativas ou de abandono, onde se observam vários edifícios em ruínas. À semelhança de outras áreas centrais antigas de cidades brasileiras, o Lagoinha também experimenta um processo de degradação física, em que a principal causa do fenômeno foi, inicialmente, o abandono dessa parte das cidades pelas famílias de alta renda como local de moradia e, posteriormente, como local preferencial para a aquisição de bens e serviços. Mesmo diante desse quadro de deterioração ambiental, o comércio local continua a atrair consumidores de rendas baixas e médias.

Sobre a política de preservação do patrimônio, os entrevistados afirmam sobre sua pontualidade. Um comerciante afirmou sobre as divergências entre interesses das gerações mais novas, que são os herdeiros dos casarões do bairro, que diferentemente dos pais- moradores antigos, sempre assinalam pela renovação e não manutenção do patrimônio, de forma que aponta exemplos de casarões na Rua Itapecerica que estão abandonados intencionalmente, para que possam ser destruídos, sem prejuízo da legislação de tombamento.

Ao redor da Igreja Nossa Senhora da Conceição aconteceram menos demolições de casas antigas e ainda se tem uma ocupação mais tradicional. Por ali, na porta da igreja ainda são vistos moradores de rua, principalmente à noite, que segundo relatos do porteiro de um Clínica de Saúde próxima, “dormem, usam drogas, as vezes fazem bagunça, brigam entre si, uma farar só”.

Durante a pesquisa de campo, foram observadas intervenções urbanas no bairro. Se, antes das obras na Avenida Presidente Antônio Carlos em 2012 (em outros trabalhos de campo realizados no local) já havia um cenário complexo, seja do ponto de vista social, ou pelas sucessivas intervenções urbanas que resultaram em perdas de partes do bairro para a construção de viadutos e avenidas, ainda em 2017 o bairro tem locais em obras, paradas ou em andamento, sendo que predominam ainda grandes vazios urbanos, remanescentes das ações de adaptação da metrópole. Sendo assim, o espaço urbano não apresenta mais a vitalidade social de antigamente, no que diz respeito às apropriações cotidianas, de acordo com o trabalho de campo realizado. As obras na região e a presença de pessoas de fora do bairro alteraram a vida no lugar, os trajetos, os pontos de referência, a especialidade e as relações de vizinhança, de acordo com as entrevistas realizadas. De modo geral as obras, principalmente na Avenida Antônio Carlos, parecem ter criado um ambiente ainda mais favorável para aumento de usuários de drogas, pessoas sem trabalho e transeuntes circulando no bairro. É importante afirmar ainda que imóveis desapropriados para alargamento da via que se transformaram em lotes vagos ou ruas que ficaram sem saída, são hoje usados como pontos para tráfico e consumo do crack.

Nesse sentido os entrevistados assinalaram como nula ou quase nula a atuação do poder público no bairro, alguns reafirmam ainda a ideia de que os projetos modernizadores, durante toda história do bairro, sempre se centraram no sistema viário, deixando de lado a vida do bairro. Esse diagnóstico foi uma constante inclusive quando indagados sobre as mais recentes intervenções e projetos realizados.

As casas antigas que estão em mau estado de conservação e lotes vagos foram apontadas como item negativo do bairro, principalmente aquelas abandonadas que tem a possibilidade de serem utilizadas por usuários de drogas. Sobre os espaços públicos locais, foi relatado que são poucos ou que não existem. Foram relatadas situações que demonstraram que a relação dos usuários de crack entre si e com os próprios moradores é conflituosa, sendo que esses se apresentam mais intimidadores, quando estão sob o efeito da droga.

Os entrevistados relataram que ocorrem furtos de fios elétricos na região, que são queimados para a extração de cobre e vendidos para ferro-velho e são importante fonte de renda para alguns usuários. Sobre a sensação de insegurança, um entrevistado afirma ser um “pesadelo” atravessar a passarela da Estação de Metrô Lagoinha, onde transita diariamente para acessar o trabalho:

“Dá pra ver fezes humanas, urina... Tem assaltos, drogas... Isso tudo faz parte do ambiente no dia a dia daquela parte ali. Tem também os camelôs e drogados, que não respeitam as famílias que passam diariamente, minha esposa já foi desrespeitada verbalmente por estes indivíduos, e aí eu disse para eles respeitarem, caso contrário eu iria acionar a polícia, só que a resposta deles foi que ali quem manda são eles, e que não tem medo de polícia.”

Outro morador afirma que já foi vítima de tentativa de assalto no mesmo lugar:

“Aquela região ali tá cheio de usuários de drogas, tem muitos camelôs, tem tráfico, tem prostituição. Uma das portas de entrada da cidade, tão importante e tá desse jeito. Chamei a polícia duas vezes e não tive resposta, algo precisa ser feito rapidamente para melhorar e evitar piorar esse setor tão importante e abandonado da cidade.”

Em entrevista ao dono de um comercio localizado dentro da rodoviária da cidade, próximo ao acesso da passarela do metrô, o senhor falou sobre a rotina do trabalho da noite, onde é comum os pedintes e até alguns assaltos e pequenos furtos, pois segundo ele “os cara ficam hibernando na droga muito tempo, depois voltam com fome, aí sempre pedem comida.” Afirma ainda que o cenário já foi mais perigoso, sendo que presenciou até assassinato por dívida de droga nas escadarias da estação do metrô. Um guardador de carros na Rua Além Paraíba informa do transito de usuários de droga durante o dia, “Passam pedindo, roubando transeuntes, ameaçam quando negam ajuda”. Conta ainda uma situação da semana anterior a entrevista, sobre morte de morador de rua no bairro, ainda me adverte “Olha ali na esquina, aquele moço ali vendendo. Repara quando você

descer”. Entrevistando o dono de um bar, as respostas repercutiram junto aos clientes presentes, que discordaram principalmente quando ele afirmou ser tranquilo andar pelo bairro, até a madrugada. Ainda outro morador do bairro, afirmou como ponto negativo do bairro a presença dos usuários de drogas e ladrões, a quem culpabiliza pelo fato do bairro deixar de ser calmo. “Essas ruas a noite ficam cheias de usuários de drogas. Vi outro dia até uma mulher sem calcinha usando droga na rua. Nos grupos de usuários de drogas, eles matam quase todo mês uma pessoa”. Dessa maneira, essas e outras passagens das entrevistas realizadas indicam as muitas narrativas relacionadas ao consumo e tráfico de crack na região e suas consequências, que são contadas até mesmo com muita naturalidade pelos entrevistados, demonstrando que essas situações compõem o cotidiano do lugar.

Por todo o bairro, pode-se observar a presença de mendigos, pedintes, usuários de drogas, imagens que se confundem entre si. A característica sempre presente ao falar dos usuários de crack, é a degradação física. Os “Corpos abjetos” de acordo com Rui (2012), são presentes e demonstram a todo o tempo, mesmo que em graus diferentes, a exposição a situações de risco, o que evidencia a urgência de políticas públicas. Os trapos de roupas, a sujeira da pele, a demência e as vezes a tristeza aparente de alguns assusta.

Pela rua Itapecerica, ao redor do IAPI, nos limites com a Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos, os usuários de crack transitam em busca da droga. Ainda na Avenida Antônio Carlos, são vistos usuários, pessoas espalhadas entre os canteiros, perambulando pelos viadutos ou simplesmente caminhando sem rumo certo, alguns concentram-se na porta do Mercado da Lagoinha principalmente a noite, quando esse encontra-se de portas fechadas. Ironia talvez seja o fato de um dos pontos mais intensos de consumo do crack se localizar na avenida José Bonifácio, que fica ao lado do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa, rodeada de carros da polícia, local que conta com uma guarita da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Durante finas de semana e durante a noite, pode-se encontrar muitos transeuntes e usuários de drogas pelo bairro, inclusive algumas aglomerações próximas a passarela de pedestres e entre os viadutos, nas redondezas da Rua Além Paraíba ao Hospital Odilon Behrens. Em becos próximos a Vila Senhor dos Passos são detectados atividades de consumo do crack, em outros mais ermos, tem-se a venda das drogas ilícitas. Assim, a proximidade com o tráfico fez do entorno do aglomerado o maior ponto de consumo em Belo Horizonte.

Os viadutos novos da região - República do Congo, Senegal e Júlia Kubitschek - são ocupados por grupos de dois, três, ou mais usuários, que dividem os gramados e escadas da infraestrutura viária local. Nos últimos anos, locais próximos aos viadutos foram aterrados para evitar que pessoas em situação de rua se fixassem ali, mas pode-se observar que foram feitos grandes buracos no topo dos aterros, criando cantos insalubres, cheios de roupas descartadas, excrementos, restos de fogueira e sofás velhos, nas suas proximidades também são encontradas malocas improvisadas com lonas de plástico, tecidos esticados, e ripas de madeira.

Os usuários de crack podem ser flagrados perambulando também nas imediações da Estação de Metrô Lagoinha, na região do baixo centro da cidade, ou nas calçadas debaixo do Viaduto Santa Tereza. Os grupos se formam em locais protegidos das intempéries; embaixo de viadutos, beiradas de estações de metrô, praças, e menos distante possível do fornecedor de drogas.

Com isso, a partir das investigações realizadas confirma-se que acontecem deslocamentos dos usuários de crack pelos circuitos do território das drogas e esse processo acontece de acordo com as ações públicas no espaço, seja através de operações policiais, circuitos de câmeras de segurança ou por intervenções urbanísticas. Os “nóias” dispersam-se e convergem para outros pontos da mesma região, próximo dos locais da venda do produto. A migração de usuários e traficantes de drogas sofreu influência das intervenções realizadas para a Copa do Mundo FIFA 2014 assim como de ações de cunho social e de repressão policial. Pode-se presenciar também na região, equipes da prefeitura que retiram os objetos pessoais e barracos construídos pelas pessoas em situação de rua, além de operações da polícia militar de repressão ao tráfico de drogas. Dessa forma, expulsa das imediações da antiga cracolândia, na região do baixo Lagoinha, afloraram cenas de uso de crack em outras regiões da Região Noroeste e do Centro da cidade. Apontamento realizado pelos entrevistados, haja vista que afirmaram sobre a dinâmica relacionada ao consumo da droga no Lagoinha era mais forte em anos anteriores e agora o “fluxo” fica nas imediações da Pedreira Prado Lopes. Durante o período desse estudo afloraram cenas de uso de crack em outras regiões nas proximidades da região da Lagoinha.

Dessa forma, por mais que os esforços governamentais tentem acabar com o consumo e o tráfico do entorpecente, a circulação de usuários no bairro ainda é muito grande. A realidade observada ainda é composta por pessoas em situação de risco

pessoal, social e em uso de substâncias psicoativas que constitui-se como um problema para a cidade e que necessita de intervenção qualificada.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. Com a introdução de uma cultura diferente, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem que se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga- processo em vigor na Lagoinha. Corroborando com os dados estudados, as entrevistas também reafirmam a existência de novas referências na modernidade para a região da Lagoinha: um lugar de trânsito, de passagem, de embarque e desembarque, ligação para os diversos pontos da cidade, espaço da estação, dos trilhos do metrô, dos viadutos, das avenidas e dos automóveis, do crack e da cracolândia.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Fumaça feia
Capitães do mato versus capitães de areia
Tristeza, pé no chão
No país referência em arma antimanifestação
Ódio na íris, drogas num pires, terra brasílica (...)
E só parar quando pôr uma faixa preta no arco-íris (...)*

*É importante dizer que é preciso amar, é preciso lutar
e resistir até morrer
Quanta dor cabe num peito ou numa vida só
É preciso não ter medo, é preciso ser maior.
(Emicida – Samba do fim do mundo.)*

Essa dissertação, teve por objetivo discutir o uso do crack em cenas abertas – a cracolândia. A dinâmica de fatores ambientais na distribuição de desvios e crimes nos espaços das cidades tem sido cada vez mais utilizada, tanto para reflexão da atividade criminosa, tanto para o desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional. No contexto brasileiro, trata-se de uma inovação conceitual e teórica.

Com isso, ponto importante foi o entendimento, que corrobora a hipótese inicial, sobre a construção social das condições ecológicas ideais para o surgimento de espaços urbanos do uso de crack, que tanto no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, em cidade brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Porto Alegre, ou ainda em cidades da América Latina, apresentam singularidades, quão intensamente dimensões de degradação social considerável e mecanismos de controle social informal debilitados, além de serem territórios que passaram por intervenções urbanas ou processos urbanísticos que geraram escombros e ruínas, e com elas, novas dinâmicas de sociabilidades, novas apropriações e também novos usos, dentre os quais o fenômeno das cracolândias. Esses espaços de uso de crack são descritos como áreas barulhentas, degradadas e desvalorizadas, cercadas por prédios que abrigam atividades como casas de prostituição e hotéis baratos, afora os diversos estabelecimentos ligados à atividade de reciclagem. O que nos permite refletir então, na hipótese de que espaços provisórios, que ocupam os interstícios de territorialidades em processo de reacomodação espacial, simbólica e cotidiana, como os escombros de grandes obras de remodelamento urbano, constituem locais férteis para a constituição ou a consolidação de práticas e rotinas associadas ao uso do crack (Raupp e Adorno, 2015).

Evocando a alusão que GOBIRA e GARCIA (2016) sugerem entre um usuário abusivo de drogas e um flâneur, que teriam como traço em comum o laço com a rua, o que por si só, gera um grande incômodo social, já que a “ociosidade do flâneur é um protesto contra a divisão do trabalho, enquanto a ociosidade do usuário de drogas se faz antiprodutiva e nesse ócio não se vê a possibilidade de se explorar nem mesmo a criatividade”; assim se conclui sobre a influência do “lugar” para se pensar o objeto desse estudo, levando em conta a importância das teorias da ecologia social que foram subsídio pertinente para as análises, ao ligar a desordem urbana e a existência de desvios e crimes. Dessa forma, esse estudo demonstra a perspectiva ecológica do crime de que o fenômeno assim como outras modalidades de desvios e, conseqüentemente o crime, é um problema do lugar – efeito da desorganização, perda de laços de sociabilidade, de coesão e menos das pessoas. Os estudos pontam também para a necessidade de ampliar as intervenções ambientais mais seguras para as populações que fumam crack, ou seja, intervenções que remodelam os cenários em que ocorre o uso de drogas para promover a redução do risco e a segurança.

A distribuição dos crimes de consumo e tráfico de drogas e especificamente de crack, no espaço urbano é múltipla e complexa, tanto quanto o próprio fenômeno da violência. Para tanto, é fundamental o processo de consolidar e descrever tendências e movimentos da criminalidade seja pelas universidades, institutos de pesquisa ou por órgãos governamentais. Com isso foi de grande importância os mapas de Kernel que possibilitaram compreender como a dinâmica das áreas quentes atingiu Belo Horizonte e especificamente a região da Lagoinha. É importante também o mapeamento dessas áreas de maior incidência criminal na cidade para antecipar-se ao crime e preveni-lo. Fatores ambientais explicam a razão de se cometerem desvios como consumo e tráfico de crack em pontos específicos de uma estrutura maior – o bairro ou uma rua.

Quanto as intervenções que tem sido realizadas nas “Cracolândias” brasileiras, essas sinalizam sempre para a área da repressão. Na cidade de São Paulo principalmente, as políticas públicas têm sido ignoradas em favor de medidas da esfera policial, como exemplo, as ações da gestão João Dória, que abandonou o projeto De Braços Abertos – projeto de viés mais humanístico e de saúde pública - e optou pelo extermínio desse grupo, chegando a uma “Ação antidrogas” em que máquinas da prefeitura começaram a

demolição de prédios na área da “cracolândia” em que haviam pessoas dentro.¹⁷ Em Belo Horizonte, as ações seguem a mesma linha, visando prioridades no investimento em segurança pública. Na Cracolândia coexistem atos violentos que atingem todos os seus atores e a ausência de outros tipos de políticas públicas reforçam essa dinâmica, reforçando a negligência social justificada pela ilegalidade das atividades do lugar. Nesse contexto são vitimizados os grupos compulsivos de usuários de drogas mais carentes, que se mostram o lado trágico da questão, ou seja, o lado dos abandonados, dos dependentes desconectados da sociedade e da vida familiar, dos pobres a quem já não se dava lugar na sociedade— constituintes da ralé, corroborando com Souza (2016).

Assim, as ações de higienização antidrogas são muito complexas, pois envolvem o desrespeito aos direitos humanos e garantem pouca eficácia. No entanto, a mídia, a sociedade civil e o poder público têm combatido “a ponta do iceberg” acreditando atingir a sua raiz. O que fica exposto na análise dos dados sobre os registros de boletins de ocorrência relacionadas ao consumo de crack na cidade, que demonstram o gasto social com a repressão da cracolândia, especificamente a ação das polícias.

O tema do uso abusivo de drogas deve ser tratado também como um desafio para a saúde pública, que deve seguir um quadro referencial para a reflexão e para sua ação de forma a interferir nas esferas individual, social e ecológicas, relacionadas a problemática. Dessa forma, a perspectiva de atuação, precisa ser bem fundamentada pelo debate entre cientistas sociais e cientistas naturais, entre organizações não governamentais e representantes das secretarias e coordenações de programas de saúde e de outros setores da ação pública, além daqueles responsáveis pela repressão do crime. Por outro lado, programas de apoio e tratamento àqueles já dependentes devem ser incentivados, disseminados, descentralizados e tecnicamente apoiados pela Saúde Pública e outras áreas competentes, sempre em uma perspectiva de respeito à identidade e cidadania do paciente (ROSS, 2007). O atendimento a estes usuários dependentes não pode deixar de lado seus direitos como pessoa e sujeito, pois parte de seus problemas são decorrentes não do uso da substância, mas aqueles frutos da marginalização provocados por tal ação. Aliar políticas sociais ao tratamento é fundamental, pois quando a dependência está associada à vulnerabilidade social, a realidade desses indivíduos se agrava.

¹⁷“Gestão Doria inicia demolição de prédio na cracolândia com moradores dentro. Três pessoas ficaram feridas durante ação da prefeitura no local, no centro de São Paulo.” El País, 24 de maio de 2017.

Indubitavelmente, o espaço urbano não é formado somente pelos equipamentos e pela paisagem natural, mas também é formada pelas pessoas que vivem nesse espaço. Nesse sentido, se a sociedade participa da cidade e suas particularidades irão também interferir nesse espaço. As intervenções do espaço urbano não podem excluir a cultura contida nos elementos que o compõe e nem os simplificar a conceitos geográficos ou inanimados. O que fica evidente então é a grande necessidade da realização de projetos de intervenção urbana para o bairro Lagoinha, mas de modo participativo, com o respeito aos direitos humanos, que impliquem em processos de consulta pública e aprovação dos próprios cidadãos implicados na realidade estudada.

Atualmente pode-se perceber facilmente os problemas relacionados as desigualdades sociais que se circunscrevem no ambiente das cidades, gerando espaços desprovidos de infraestrutura, rincões de pobreza e insegurança e por outro lado, lugares providos de infraestrutura, cercado de conforto e segurança. Essa desigualdade decorrente do processo de urbanização é injusta e fruto do descaso e da atenção voltada apenas para o setor de maior poder aquisitivo da população. Assim os espaços de usos de drogas, são considerados como “ilhas” de segregação dentro do mesmo bairro ou territórios urbanos, o que contraria a ideia de tornar a cidade mais justa para todos, que é a essência do Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e tem como objetivo a democratização do espaço no país através instrumentos, urbanísticos, tributários e jurídicos, que auxiliarão na reforma urbana e que podem garantir efetividade ao Plano Diretor (FILÁRTIGA, 2007). Obviamente, somente a jurisdição não resolverá todos os problemas presentes hoje na cidade, mas possibilita a sociedade compreender o processo de transformação urbana e sobretudo se posicionar frente a ela de forma mais democrática e inclusiva.

Observa-se a expansão do uso do crack no Brasil desde a década de 1990, e desde então tem sido tratado de formas pouco embasadas cientificamente e que fracassam em impedir o aumento de seu consumo e sua disseminação. A questão ainda é cercada por muitos mitos, como aquele que relaciona o crack a segurança pública, quando na verdade é uma questão social; ou de que o crack é uma epidemia e, também o de que os usuários não querem abandonar o vício. Por tudo o que foi dito, conclui-se reforçando a importância das pesquisas, produção e sistematização de dados sobre abuso de drogas, que são fundamentais para o reconhecimento da realidade social e assim podem servir como base para ações governamentais, para o direcionamento de intervenções em

conjunto com a comunidade acadêmica, sociedade e governo além da desmitificação acerca da problemática.

CAPÍTULO 6

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História). UFMG, Belo Horizonte.

AHUMADA, Graciela; HYNES, Marya; CUMSILLE, Francisco. Consumo de drogas y vulnerabilidad social: las Cocaínas Fumables. IIº Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de Cuyo. Universidad Nacional de Cuyo, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Mendoza, Argentina; 2015. Disponível em: <http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/7158/consumo-de-drogas-y-vulnerabilidad-social.-cocainas-fumables.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2016.

ÁLVAREZ, William Andrés. Sobreviviendo con la pipa: Drogas, violencia y conflictos inter-étnicos en El Paraíso. 2014. Dissertação de Mestrado. Quito, Ecuador: Flacso Ecuador.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. Pioneira, 2000.

ALVES, Ygor. A Cracolândia como “Communitas” e o frade craqueiro. In Ramminger, Tatiana & Silva, Martinho (Organizadores). Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas. 1ª Edição. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde)

ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Orgs.). Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre E. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. Cadernos Metrôpole, São Paulo, n.11, 2004.

ARANTES, Antônio. A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência. In: ARANTES, Antônio. Paisagens paulistanas: transformações do espaço público. São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas, SP, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta de. “A vida nos subúrbios: Memórias de uma outra Belo Horizonte.” Cadernos de História. Belo Horizonte, v. 2, n.3, p. 50-56, out, de 1997.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Loyola; 2010.

BARREIRA, Irys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. In: *Análise Social*, vol. XLII, pp. 163-180, 2007.

BASTOS, Francisco Inácio e BERTONI, Neilane. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014

BEATO FILHO,, C. C., Assunção, R. M., da Silva, B. F. A., Marinho, F. C., Reis, I. A., & de Mattos Almeida, M. C. (2001). Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999 Homicide clusters and drug traffic in Belo Horizonte, Minas Gerais State, Brazil. *Cad. Saúde Pública*, 17(5), 1163-1171.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

BERNARDES, Brenda Melo e BORSAGLI, Alessandro. A metamorfose de uma paisagem: a construção, o apogeu e o processo de descaracterização do bairro Lagoinha. *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte / v. 1, n. 1 (2014)*. – Belo Horizonte, MG: PBH, Fundação Municipal de Cultura, 2014.

BURSIK, Robert J., Jr. and GRASMICK, Harold G.. 1993. *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*. New York: Lexington.

CARNEIRO, Maria Lúcia Faria de Azevedo. Um olhar sobre a Lagoinha. Fundação João Pinheiro. Mestrado em Administração Pública. 2001

CARNEIRO, Leandro Piquet. *Políticas Locais de Segurança Pública: o Desafio do Controle da Desordem*. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo (USP) Março, 2012.

CARVALHO, Adriana Pereira Dantas. O Estado de exceção e a droga da morte: crack. Ano 2 (2013), nº 14. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*.

DOMANICO, A. Craqueiros e cracados: bem-vindo ao mundo dos nórias!: Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos piloto do Brasil. 2006. Tese de doutorado UFBA, Salvador, 2006.

FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*, IFCH/Unicamp. Tese de doutorado, 2008b.

FERNANDES, L.; PINTO, M. El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. In: *USO DE DROGAS E*

DROGODEPENDÊNCIAS, Monografias Humanitas, n. 5. Barcelona: Fundación Medicina y Humanidades Médicas, 2004.

FILÁRTIGA, Marila. Transformação urbana: um estudo de caso do bairro de Cacupé, Florianópolis, SC. Paisagem e Ambiente, n. 23, p. 34-41, 2007.

FREIRE. Cíntia Mirlene Pela. Cotidiano, Memória e Identidade: o bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz de seus moradores. Dissertação de Mestrado. PUC Minas. Belo Horizonte, 2009.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. Revista Ponto Urbe, São Paulo, ano 4, ago. 2010.

FRÚGOLI JR., H.; CAVALCANTI, M. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. Anuário Antropológico, 2013, 73-97.

GARCÍA, Mario J. Domínguez. Jóvenes usuarios de drogas em la Ciudad de México: etnografía de la gestión em el uso del crack. Escuela Nacional de Antropología e Historia. Posgrado en Antropología social. Mexico, D.F., Julio, 2014.

GOBIRA, Pablo e GARCIA, Daniela Ramos Garcia. Entre becos, e passagens: um olhar estético das cenas aonde arte e drogas transitam. Amerika, Mémoires, identités, territoires. (2016). Disponível em <<https://amerika.revues.org/7252#authors>> Acesso em 24 de maio de 2017.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1978. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf> Acesso em 24 de maio de 2017.

GONÇALVES, Antônio custódio. Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. Revista da faculdade de Letras-Geografia. I série. Vol. IV – Porto, 1988.

GUTIERREZ, Carlos Benedito Barreiros et al. Mapeamento da criminalidade na cidade de Castanhal utilizando ferramenta de integração e análise de dados espaciais (Crime mapping in Castanhal city using integration tools and spatial data analysis). Revista Brasileira de Geografia Física, v. 9, n. 4, p. 1223-1233, 2016.

KESSLER, Felix; PECHANISKY, Flavio. Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, p. 96-98, 2008.

LEMOS, Celina Borges. A lagoinha e suas imagens- a refiguração do seu presente. Cadernos de Arquitetura e urbanismo. Belo Horizonte, n.4, p. 121-160, 1996.

LUDWIG, Jens; KLING, Jeffrey R. Is crime contagious?. The Journal of Law and Economics, v. 50, n. 3, p. 491-518, 2007. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w12409.pdf>> Acesso em 27 de maio de 2017.

MACHADO, Heloisa Guaracy e PEREIRA Maria de Lourdes Dolabela. A recuperação da Lagoinha dentro de uma nova concepção de política urbana. Cadernos de História. Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 36-49, out. 1997.

Magnani JG. Os circuitos dos jovens urbanos. Revista Tempo Social, 2005; 17(2):173-205

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. Entre sacizeiro, usuário e patrão: Um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. TAVARES, L. A.; Crack: contextos, padrões e propósitos de uso. Salvador: Editora UFBA, Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, p. 223-314, 2013.

MAQUIAVELI, Janaina. Tão perto e tão longe: os mapas de movimento como representação espacial das barreiras de acesso ao bairro da lagoinha em belo horizonte. 2015.

MEDEIROS, Regina. Clínica e Croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. Regina Medeiros. In: Crack: um desafio social. Org. SAPORI, L.F. e MEDEIROS, R. Editora PUC-Minas; 2010.

MORAES, Fernanda Borges e GOULART, Mauricio Guimarães. As dinâmicas da reabilitação urbana: impactos do Projeto Lagoinha. Cadernos de Arquitetura e urbanismo. Belo Horizonte, v.9, n.10, p. 51-71, dezembro de 2002.

PARK, R. E. Human Ecology. Human Communities: The City and Human Ecology. New York: Free Press, 1952.

PARK, R. E. and BURGESS, E.W. 1984 [1925]. The City: suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press.

PARK, R. E.; BURGESS, E.; MCKENZIE, R. D. The City. Chicago: The University Chicago Press, 1925.

RAUPP, Luciane e ADORNO, Rubens C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). Revista Ciência & Saúde Coletiva. Volume 16, nº 5, pp. 2613-2622, 2011.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 803-815, 2015.

RODRIGUES, Igor de Souza. “Crack, a nóia da mídia”. In: *Crack e exclusão social*. Jessé de Souza (Org). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 360 p. Organização, Jessé Souza. 2016.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota e SILVA, José Augusto da. “Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo.” In: *Crack e exclusão social*. Jessé de Souza (Org). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 360 p. Organização, Jessé Souza. 2016.

RODRIGUES, Corine Davis; DE OLIVEIRA, Valéria Cristina. Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. *Revista Teoria & Sociedade*, 2012.

ROSS, Steven Dutt. Denúncia e dependência socioespacial: uma análise dos elementos da mobilização na cidade do Rio de Janeiro por meio do disque-denúncia, a partir de um modelo de regressão espacial. Tese de Doutorado, 2007. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3489> > Acesso em 28 de maio de 2017.

RUI, T. Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RUI, T. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 23, n.1, p. 91 – 104, 2014.

SAMPSON, Robert and GROVES, W. Byron. 1989. “Community Structure and Crime: Testing Social Disorganization Theory.” *American Journal of Sociology*.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*, v. 277, n. 5328, p. 918-924, 1997. Disponível em < <http://science.sciencemag.org/content/277/5328/918>> Acesso em 25 de junho de 2017.

SANTOS, M. A. F., 2016. Territórios do crime no espaço urbano e mecanismos de prevenção. *Revista da ANPEGE* 11, pp. 279-341.

SAPORI, Luis Flavio; SENA, Lucia Lamounier; SILVA, Braulio Figueiredo Alves. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. In: *Crack: um desafio social*. Org. SAPORI, L.F. e MEDEIROS, R. Editora PUC-Minas; 2010.

SARTIN, Philippe Delfino. Sobre liminaridade: relendo Victor Turner em chave pós-estrutural. *Revista de Teoria da História*, Universidade Federal de Goiás, v. 3, 2013.

SHAW, Clifford R. e MCKAY, Henry D. (1942), *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago, University of Chicago Press.

SILVA, Bráulio Figueiredo A. da. (2004), *Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*. Dissertação de mestrado, Programa de Sociologia, UFMG.

SILVA, Selma Lima da; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia. *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change*, v. 4, n. 2, 2013.

SILVA, S. L., *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso de crack*. Dissertação de mestrado em saúde pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

SIMMEL, Georg. *Métropoles et mentalité*. L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine, Aubier, Paris, p. 61-77, 1979.

SOUZA, Jessé. (Organizador) *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

TAVARES, Felipe Rangel. "Territorializações precárias na cidade: um estudo de caso sobre as cracolândias." *História, Natureza e Espaço-Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF 2.2* (2014).

TEIXEIRA, Letícia Miguel. *O Habitar Popular nas Paisagens Urbanas Tradicionais*. Dissertação. Mestrado. Universidade de Brasília. UNB, 2010.

TOLEDO, Lidiane; GÓNGORA, Andrés; PM BASTOS, Francisco Inácio. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social—uma revisão narrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 1, 2017.

TURNER, Victor W. *O Processo Ritual*, Editora Vozes, Petrópolis, 1969.

UCHÔA, Marco Antônio. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo: Ática, 1996.

VALLIM, D. C.; ZALUAR, Alba; SAMPAIO, Christiane. *Uma etnografia das cenas de uso de crack no Rio de Janeiro e seus efeitos nos usuários. Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas*. São Paulo: Hucitec, 2015.

VERÍSSIMO, Marcos. Quem são os ‘cracudos’? Apontamentos para o estudo antropológico de um ‘problema social’. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 2 – 2015.

WILSON, James Q. e KELLING, George L. (1982), “Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety”. Atlantic Monthly, vol. 249, no 3, pp. 29-38.

Reportagens e sites acessados

2,500 Colombian police raided a network of crack dens and found something horrifying. Business Insider, em 2 de junho de 2016. Disponível em <<http://www.businessinsider.com/r-police-crackdown-on-bogota-crack-den-exposes-children-used-as-sex-slaves-2016-6>> Acesso em 03 de junho de 2017.

A cracolândia de Bogotá, dúvidas após um ano de intervenção policial no bairro. El país em 29 de maio de 2017. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/27/internacional/1495899061_785384.html>. Acesso em 02 de junho de 2017.

BRASIL já tem pelo menos 29 grandes cracolândias, dispersas por 17 capitais. Jornal Estadão; 10 de dezembro de 2011. Disponível em <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-ja-tem-pelo-menos-29-grandes-cracolandias-dispersas-por-17-capitais,809340>>. Acesso em 03 de junho de 2017.

BRONX: uma entrada para o inferno movida a crack no centro de Bogotá. El País, 7 de junho de 2016. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/03/internacional/1464965893_571477.html>. Acesso em 03 de junho de 2017.

CRACK avança na América do Sul. Gazeta do Povo em 23 de junho de 2010. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/crack-avanca-na-america-do-sul-1lm8j27o8drxfcbdb3qfner0u>> Acesso em 03 de junho de 2016.

CRACK no caminho da avenida. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 4 set. 2009. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/crack-no-caminho-da-avenida-1.9184>> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

CRACKING BH: principais pontos do tráfico de crack na Lagoinha. Jornalismo Online UniBh, Belo Horizonte, 20 set. 2010. Disponível em:

<<http://jolunibh.wordpress.com/2010/09/20/cracking-bh/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.

“GESTÃO Doria inicia demolição de prédio na cracolândia com moradores dentro.” Jornal El País, 24 de maio de 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/politica/1495579264_276005.html>. Acesso em 27 de maio de 2017.

LAGOINHA: um bairro tomado pelo Crack. Jornal da Alterosa, Belo Horizonte, 20 set. 2011. Disponível em: <http://www.alterosa.com.br/html/noticia_interna,id_sessao=7&id_noticia=61311/noticia_interna.shtml> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

CRACK se espalha por BH em novos endereços. Portal Uai, 02 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/02/interna_gerais,286660/crack-se-espalha-por-bh-em-novos-enderecos.shtml> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

KINGDOM of Thieves: El Cartucho, Bogotá. 21 de dezembro de 2014. Disponível em < <http://www.expatriates.com/2014/12/el-cartucho-bogota/>>. Acesso em 03 de junho de 2014.

VICIADO em crack vaga há quatro anos pelo Bairro Lagoinha, em BH. Portal UAI, 12 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/12/interna_gerais,434005/viciado-em-crack-vaga-ha-quatro-anos-pelo-bairro-lagoinha-em-bh.shtml> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

CRACOLÂNDIA aumenta sensação de insegurança no Bairro Lagoinha. Jornal Itatiaia, em 28 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.itatiaia.com.br/noticia/cracolandia-aumenta-sensacao-de-inseguranca-no-bairro-lagoinha>> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

MORADORES da Lagoinha e Conjunto IAPI pedem soluções para criminalidade na região. Site Câmara Municipal de Belo Horizonte em 07 de novembro de 2013. Disponível em <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2013/11/moradores-da-lagoinha-e-conjunto-iapi-pedem-solu%C3%A7%C3%B5es-para-criminalidade>> Acesso em 03 de junho de 2017.

PROGRAMAS públicos não conseguem conter expansão do consumo de crack em BH. Hoje em dia, em 25 de Janeiro de 2016. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/programas-p%C3%BAblicos-n%C3%A3o-conseguem-conter-expans%C3%A3o-do-consumo-de-crack-em-bh-1.352809>> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

OBSERVATÓRIO Argentino de Drogas. (2007). Aspectos cualitativos del consumo de Pasta base de Cocaína/Paco. Disponível em <https://www.hcdiputados-ba.gov.ar/ijosenes/documentos/centro/adicciones/Aspectos_cualitativos_del_consumo_de_pasta_base_de_cocaina.pdf>. Acesso em 27 de Outubro de 2016.

OLHO Vivo, polícia e profissionais da saúde não inibem ações na antiga cracolândia de BH. Hoje em dia, em 24 de maio de 2017. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/olho-vivo-pol%C3%ADcia-e-profissionais-da-sa%C3%BAde-n%C3%A3o-inibem-a%C3%A7%C3%B5es-na-antiga-cracol%C3%A2ndia-de-bh-1.466957>> Acesso em: 24 de maio de 2017.

PAÍS tem 1,3 milhão de viciados em crack. Jornal da Alterosa, em 21 de maio de 2014. Disponível em <<https://www.alterosa.com.br/2014/05/21/pais-tem-13-milhao-de-viciados-em-crack-2/>> Acesso em 03 de junho de 2017.

PORTAL CMN. Confederação Nacional de Municípios. Disponível em <<http://www.cnm.org.br/>> Acesso em 03 de junho de 2017.

PORTAL EBC. “Pesquisa aponta que uso do crack é consequência, e não causa de exclusão social”. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/pesquisa-aponta-que-uso-do-crack-e-consequencia-e-nao-causa-de-exclusao-social>>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

PORTAL INPAD. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas. Disponível em <<http://inpad.org.br/>> Acesso em 03 de junho de 2017.

UNODOC. United Nations Office on Drugs and Crime. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/index.html>> Acesso em 03 de junho de 2017.

QGIS. (2012) “Quantum GIS”, <http://www.qgis.org>